

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ CARLOS DA SILVA LIMA

TERRA: PODER E LIBERDADE:
A OCUPAÇÃO SEMTERRA NA FLOR DO BOSQUE

Maceió
2016

JOSÉ CARLOS DA SILVA LIMA

**TERRA: PODER E LIBERDADE:
A OCUPAÇÃO SEMTERRA NA FLOR DO BOSQUE**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós Graduação em História.

ORIENTADORA: Célia Nonata da Silva

Maceió
2016

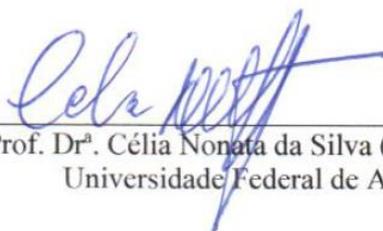
JOSÉ CARLOS DA SILVA LIMA

**TERRA: PODER E LIBERDADE:
A OCUPAÇÃO SEMTERRA NA FLOR DO BOSQUE**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós Graduação em História, sob a orientação da Professora Célia Nonata da Silva.

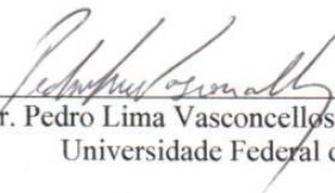
Aprovação em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

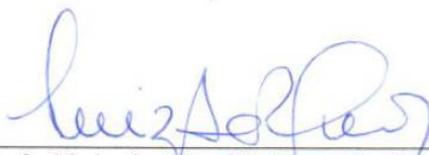


Prof. Dr.ª. Célia Nonata da Silva (Orientadora)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pedro Lima Vasconcellos (Examinador Interno))
Universidade Federal de Alagoas



Prof. Dr. Luís Sávio de Almeida (Examinador Externo)
Universidade Federal de Alagoas

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

L732 t Lima, José Carlos da Silva.
 Terra: Poder e liberdade: a ocupação Sem Terra na Flor do Bosque / José Carlos da Silva Lima. - 2016.
 161 f. : il.

Orientadora: Célia Nonata da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 139-145.
Apêndice: 146-148
Anexos: f. 149-161.

1. Alagoas - História. 2. Terra – Conflito social. 3. Latifúndio. 4. Luta pela terra. 5. Trabalhadores rurais. 6. Poder. I. Título.

CDU:981.35:316.482.3

Às famílias semterra,

que lutam cotidianamente no desmonte do agrarismo alagoano, em particular àquelas que ocuparam a Fazenda Flor do Bosque em 27 de novembro de 1998.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria Vitória da Silva Lima,
pelas preces e velas acesas à Maria de Nazaré;

A memória do meu pai, Petrócio Paes de Lima;

Aos meus filhos, Iago e Pedro e a minha filha, Sara,
razão de alegria na minha vida;

A Cláudia Amaral,
pelo incentivo ao retorno aos estudos;

Ao professor Robertinho,
por estimular a conclusão do curso de História;

Ao mestre Sávio Almeida,
por acreditar numa intelectualidade marginal;

Ao meu amigo Josival Oliveira,
de tantas caminhadas;

Ao Professor Pedro Lima Vasconcelos,
Por contribuir na qualificação deste trabalho;

A Rosana Kely,
pela guarida e compreensão nas minhas ausências;

A orientadora Célia Nonata,
por mostrar caminhos e trilhas;

Aos que fazem a CPT de Alagoas,
por encorajar a pesquisa;

Ao departamento de História da UFAL.

“Cair na melhor estrada que existe no Brasil, para um colega analfabeto, para uma pessoa que não tem uma profissão, não tem nada, é o sem-terra. Porque você tendo coragem de trabalhar, sabendo plantar uma roça, sabendo alguma coisa e, mesmo que não saiba, mas ele sendo inteligente, aqui a gente ensina para ele, e é o único caminho que tem para o pobre. Porque trabalhar para o latifundiário, eu trabalhei na minha vida de nove anos até os meus 52 anos de idade e nunca arrumei nada. Nunca arrumei nada. Que o trabalhador alugado é o seguinte: ele trabalha o dia todo e quando é de noite ele está passando fome. E aqui, não. Eu trabalho um dia aqui, eu passo um mês comendo. Foi assim que eu vim para o acampamento”.

José Feliciano da Silva (“Saúba”)

RESUMO

Este trabalho evidencia o confronto entre famílias semterra e o latifúndio canavieiro, ocorrido nas terras da fazenda Flor do Bosque (1998-2006), no município de Messias, na mesorregião leste de Alagoas – Zona da Mata –, predominantemente ocupada com a produção de cana-de-açúcar. A terra é tomada tanto como poder (manutenção do *status quo*) como uma habilitante para a liberdade (luta política dos semterra). A matriz de produção, desde a origem colonial, organiza uma economia dependente, uma política violenta e uma sociedade excludente, condições criadas pelo agrarismo alagoano para o seu funcionamento. A ocupação semterra numa área de “controle” do mando senhorial resulta em tensões, ações e reações. São forças contrárias que passam a atuar nas terras açucareiras da Flor do Bosque, em uma contenda de oito anos, com enfrentamentos constantes. A memória e as falas dos semterra são instrumentos fundamentais deste trabalho. Elas protagonizam a ação de um sujeito coletivo e político que contesta uma ordem secularmente estabelecida. É um conflito localizado, com a capacidade política de refutar o sistema agrário nacional. Demonstra como os semterra, uma força política esvaziada e espoliada pelo capital, torna-se, num processo de afirmação da consciência, um sujeito político que articula apoios, que se mobiliza, que confere ao conflito uma perspectiva de liberdade. A Igreja, por meio da ação pastoral da CPT, é parte integrante desse conflito, colocando-se claramente ao lado dos semterra e opondo-se ao mando senhorial. O apoio eclesial contribui na resistência dos semterra e na conquista de 350,8 hectares de terras na Flor do Bosque. Evidenciam-se termos-chaves do conflito; não se busca uma conclusão, um fechamento. Intenta-se, em verdade, construir um caminho para entender o inacabado nacional, a partir da experiência e da memória dos semterra da Flor do Bosque.

Palavras-chave: Terra. Conflito. Poder. Liberdade. SemTerra. Resistência. Latifúndio.

ABSTRACT

This work highlights the clash between landless families and sugarcane latifundio, occurred on the grounds of the farm Flor do Bosque (1998-2006), in Messias, a town located in the mesoregion east of Alagoas – *Zona da Mata* -, predominantly occupied with sugarcane production. The land is taken as much as power (status quo) as a qualifying for freedom (political struggle of the landless). The array of production, since the colonial origin, organizes a dependent economy, a violent political and exclusionary society, conditions created by the agrarian sector of Alagoas for its operation. The landless occupation, in an area controlled by the landlords, results in tensions, actions and reactions. Hindering forces start to act in the sugar lands of Flor do Bosque, in a contest of eight years, with constant confrontations. Landlesses' memories and their speeches are the key tools of this work: They represent the action of a political and collective subject who fights against a secularly established order. It is a localized conflict with the political capacity to refute the national agricultural system. It demonstrates how the landless people, a depleted political force and plundered by capital, become, in a process of affirmation of consciousness, a political subject that articulates support, that mobilizes, which gives the conflict a perspective of freedom. The Church, through the CPT pastoral action, is an integrated part of this conflict, clearly in favor of the landless and opposing the landlord command. The Church's support contributes to the resistance of the landless and the conquest of 350.8 hectares of land in Flor do Bosque. The key-terms of the conflict are highlighted; a conclusion, an ending is not being searched. It intends, in fact, to build a path to understand the national unfinished, from the experience and memory of the landless people of Flor do Bosque.

Key words: Land. Conflict. Power. Freedom. Landless. Resistance. Latifundio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Informações sobre a CPT Regional Nordeste II	47
Figura 1	Localização geográfica das CPT em território nacional	48
Figura 2	Municípios com instâncias da CPT no Estado de Alagoas I (por região)	51
Figura 3	Municípios com instâncias da CPT no Estado de Alagoas II (por região)	52
Figura 4	Municípios com instâncias da CPT no Estado de Alagoas III (por região)	53
Figura 5	Natal dos trabalhadores	73
Figura 6	Romaria da Terra – Serra da Barriga	74
Figura 7	Feira Camponesa – Grupo Poeira Nordestina (2005)	83
Figura 8	Mapa da Fazenda Flor do Bosque	106
Figura 9	Marcha (2003)	115
Figura 10	Sem Terra X Polícia Militar	126
Figura 11	Paralisação da Rodovia BR 101	131
Figura 12	Ato político em Messias – Comemoração da conquista da Fazenda Flor do Bosque	133

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA	20
1.1	A questão agrária	20
1.2	Contexto histórico nordestino	22
1.3	A reforma agrária	23
1.4	O conflito agrário	24
1.5	Redes e tensões	27
1.6	Marcos significativos	28
1.7	A liberdade semterra	29
1.8	Um longo percurso de distorções	30
1.9	A Igreja progressista	30
1.10	O processo germinal de formação da CPT	31
1.10.1	A organicidade da Comissão Pastoral da Terra	41
1.10.2	Missão da CPT	43
1.10.3	O Congresso: escutas e rumos	43
1.10.4	Os Regionais	45
1.10.5	O Regional Nordeste II	46
2	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS	54
2.1	O serviço pastoral	54
2.2	A transição: de Pastoral Rural à Comissão Pastoral da Terra	55
2.3	O cenário: conflitos e opções	58
2.4	A compreensão da realidade: autonomia política e pastoral	59
2.5	Primeiro período: formação sindical e assessoria jurídica	61
2.5.1	A área de atuação: mesorregião leste	61
2.5.2	A sociedade açucareira: devastadora e escravocrata	62
2.6	Nucleação	64
2.7	A formação sindical	65
2.8	A assessoria jurídica: um combate à violência	68
2.9	Pastoralidade	72
2.10	Segundo período: a reforma agrária como prioridade	76
3	A IMPORTÂNCIA DA FLOR DO BOSQUE	84
3.1	Terra: Capitalista X Semterra	87
3.2	O apoio pastoral	90
3.3	O pensamento católico	98
3.3.1	A Flor do Bosque cartorial	103

3.3.2	O acampamento semterra	108
3.3.3	O acirramento: segunda fase do conflito	112
3.3.4	A marcha em defesa da reforma agrária e contra o latifúndio	114
3.3.5	A BR 101: memória política	130
3.3.6	Desfecho	131
4	NO CAMINHO DA CONCLUSÃO	134
	REFERÊNCIAS	139
	APÊNDICES	146
	ANEXOS	149

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trabalhou documentos que constam nos arquivos da Arquidiocese de Maceió e da Comissão Pastoral da Terra de Alagoas (CPT/AL)¹: registros sobre ocupação de terra, conflito agrário e cotidiano de acampamentos e assentamentos ligados à estrutura de operação pastoral da Arquidiocese de Maceió. O interesse centrou-se em verificar o material referente à Zona da Mata do Estado de Alagoas.

A dissertação, entretanto, fundamenta-se prioritariamente no aporte da experiência histórica e da memória política dos semterra² que estiveram no conflito na Fazenda Flor do Bosque. Será grafado desta forma (semterra) para acentuar o termo, atribuindo aos que lutam pela terra uma natureza de sujeito coletivo e político. Essa abordagem foi fundamental por ocorrerem ganhos, dentre eles, o fato de que diversas falas estão presentes na construção do texto e respondem pela necessidade de os protagonistas terem presença, garantindo a necessária polifonia quando nos aproximamos das assertivas de Bakhtin. “Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada termina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência” (BAKHTIN, 2008, p. 293).

Os semterra entram no texto sem que haja o objetivo de subordinar as suas falas. É o contrário da homofonia, na qual a solidão do autor determina as existências e as conexões, valendo observar que se está em face da obra de Dostoiévski, onde, segundo Bakhtin, “tudo em seu mundo vive em plena fronteira com o seu contrário” (BAKHTIN, 1981, p. 153 apud ROMAN, 1992-93, p. 212).

A existência de fronteiras definidas é o que permite interações, pois elas somente podem acontecer mediante a manutenção das diferenças. Quando essas diferenças são anuladas a condição social é refeita.

As interações que interessam a este texto vão até a transformação da Flor do Bosque de área de denso conflito a um assentamento produtivo inserido na luta nacional pela reforma agrária. Neste espaço de diálogo com a circunstância da Flor do Bosque e dos semterra, privilegia-se a fala dos semterra que, particulariza a posição do oprimido no processo, deixando, conseqüentemente, que a fala do antagonista seja explicitada pelo exercício da opressão ideológica e instrumental que será ressaltada ao longo do texto.

¹ Doravante citada como CPT/AL.

² Far-se-á uso dessa grafia de acordo com Almeida (2010).

O percurso que escolhemos permitiu observar a atuação de lideranças católicas institucionais, o que levou às discussões oriundas de Charles Tilly (2004) quanto ao seu conceito de repertório coletivo.

Tilly queria assinalar as formas especificamente políticas de agir. Emprestou, então, da música a noção de “repertório” para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico. O conceito ressaltava a temporalidade lenta das estruturas culturais, mas dava espaço aos agentes, pois que a lógica volátil das conjunturas políticas os obrigaria a escolhas contínuas, conforme oportunidades e ameaças cambiantes – em contextos democráticos, passeatas são mais seguras que guerrilhas; em contextos repressivos, pode bem ser o contrário. O conceito de “repertório de ação coletiva” visava, então, incluir cultura na teoria tillyana do processo político³.

Esta aproximação com o autor mencionado não vai à busca da explicação do conflito Flor do Bosque. Ela, a explicação, está situada na experiência histórica dos semterra. No entanto, sem dúvida, permite verificar a posição formal da Igreja dentro de um contexto de conflito que se estabeleceu numa orientação pastoral.

A condição sócio histórica e o repertório coletivo para compreender os movimentos sociais propostos por Tilly são elementos instigantes para a discussão das ações das lideranças e dos atores sociais envolvidos, embora não os explique totalmente. Considera-se relevante, neste momento do texto, dialogar com o autor referido, pois a categoria conceitual do repertório pode ser relacionada à noção de rede, da tessitura contextual das ações das lideranças, em que motivos e expectativas são realçados e entrelaçados no contexto social de Alagoas.

Assim, observando o papel da CPT/AL e de algumas lideranças, o repertório coletivo identificado nos conflitos rurais foi capaz de incorporar a luta pela terra à tradição de uma experiência de conquista agrária, que se interliga a concepção da Doutrina Social da Igreja – apregoada no contexto histórico estudado como a “linha” mental para as ações coletivas sociais, por parte da Arquidiocese de Maceió.

Pode-se constatar pela documentação que se segue, a importância dada aos procedimentos da organização e orientação pastoral aos envolvidos no movimento; trata-se de uma *performance* entendida como a formação bíblico-teológica, espiritual e política identificada na formação do movimento. Esta linha de fundamentação pode ser vista em um texto de relatório da CPT/AL:

³ ALONSO, A. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. Disponível em: http://revistappgsa.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2015/05/3-ano2v3_artigo_angela-alonso.pdf. Acesso em: 15 jan. 2016. Ainda a esse respeito, ver o livro: TILLY, C. Regimes and Repertoires. London, 2006.

Fizemos cinco encontros sobre alguns temas acima citados: Retiro dos trabalhadores, Encontro Ampliado, Encontro de Espiritualidade, Encontro sobre a Violência, Seminário sobre a Reforma Agrária. Entretanto, foi avaliado que esses momentos de formação precisam ser ampliados, não apenas em número, mas principalmente em qualidade, nossos agentes carecem de maior capacitação para poderem ter uma intervenção mais qualificada. Pelo exposto fica claro que devemos investir nos encontros de espiritualidade teológica e na formação política⁴.

Neste contexto, diversas condições de crítica social e de fundamentação teórica aparecem e devem ser somadas às grandes indicações do próprio trabalho pastoral. Uma delas, relativa ao sindicalismo, é a constatação da CPT/AL que, em 1994, não conseguiu desenvolver o seu trabalho junto a ele. Diz o mesmo relatório mencionado: “Com relação ao sindicalismo não tivemos trabalho em 1993. Até então tínhamos um trabalho de oposição sindical em parceria com a comissão de formação sindical, o trabalho vai continuar (...)”⁵. Na relação com o sindicato, contudo, foi possível manter ações junto à oposição sindical em Jundiá, reforço das lutas em União dos Palmares, defesa para a segurança e a vida denunciando as expulsões e assassinatos no campo, além da defesa da cidadania ampliada para todos os membros⁶. Ainda na linha dos repertórios da CPT Alagoas, surgem as Romarias da Terra, prática estendida até hoje, trabalhada no conjunto da ação pastoral. Assim, teve-se como exemplo a atuação em 1993 da preparação da Romaria da Terra, em agosto, com o tema escolhido: A resistência nos 500 anos e os sinais da Esperança⁷.

Ainda no conjunto do repertório da CPT, podemos encontrar a “troca de experiências”, que tem a finalidade de sustentar a solidariedade entre o grupo e os membros dos assentamentos e acampamentos. Esta experiência visa o fortalecimento dos laços de confiança e solidariedade, minimizando os conflitos interpessoais e aumentando a confiabilidade entre os participantes⁸. Isto é fundamental para a construção de uma história conjunta, de sentido de pertencimento e ajustamento coletivo.

Esta prática leva ao encontro da história de vida e da memória dos semterra, numa rede política e econômica. Parte-se do pressuposto de que a grande escrita da história do semterra está na sua memória. Quando, por exemplo, um grupo de famílias semterra ocupa um imóvel numa situação de conflito, não pode ser ignorado ou invisibilizado o processo que a tensão assume historicamente e o registro que, infalivelmente, se dá na memória coletiva

⁴ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: relatórios. Avaliação CPT Mata Norte. Alagoas. 1994, p. 5.

⁵ Idem, ibidem, p. 5.

⁶ Idem, ibidem, p. 11.

⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas: Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Relatórios. Reunião ordinária da CPT Alagoas. 1993, p. 2.

⁸ Arquivo Eclesiástico de Alagoas: Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Relatórios. Assembleia da CPT Alagoas. 1992, p. 1.

dos movimentos agrários. Neste sentido, há a memória do indivíduo e a memória coletiva dos acampamentos e assentamentos. São duas realidades distintas que formam a experiência da luta pela reforma agrária.

O assentamento altera o modo de ocupação e da utilização da terra, inclusive com mudanças no cotidiano do campo e da cidade. Aponta para transformações na estrutura agrária e na produção, aprofunda o sentido político e constrói, mesmo dentro de um modelo predominantemente senhorial, espaços comunitários e autônomos:

O assentamento significa a possibilidade de se pensar uma nova realidade comunitária de produção, e o grande e urgente desafio é como habilitá-los a produzir sem reduzi-los ao esquema típico de subordinação dos pequenos na grade do *business* que invade outra ideia cara ao sistema: a cadeia produtiva, possivelmente verdadeira em sua lógica sistêmica, mas insuficiente para os territórios livres que são os assentamentos (ALMEIDA, 2010, p. 30).

Evidente que o acampamento antecede à experiência do assentamento. É a ação de ocupar um latifúndio que inaugura um acampamento, fundando um local que demarca posição física e espacial do andamento da luta pela liberdade. Entende-se por acampamento a forma como é organizada a ocupação de terras realizadas pelos semterra. Ele vai além da demarcação da área ocupada. No presente do acampamento é exercitado o modelo de assentamento. Quando um acampamento é bem organizado na política, na produção e na vida comunitária, ele se aproxima da ideia de território e de liberdade.

Nesse sentido, cumpre ressaltar o lugar e a ação desses desafiantes do modelo agrário prevalecente. O texto “História dos, nos e por meio dos periódicos”, de Tania Regina de Luca (2014), versa sobre a importância de uma história que indo além das razões econômicas, adentra a ideia da cultura, demonstrando as teias de enlaçamento das ações e das razões políticas que se efetivam. Nisto se dá o encaminhamento do viés teórico semelhante à *history from below* de Thompson.

A história vista de baixo procura tomar pessoas comuns como seus personagens, concentrando-se em suas experiências e perspectivas, contrastando com o estereótipo da história política tradicional e seu foco nas ações dos “grandes homens”. Nisto também se diferencia da história do trabalho tradicional. Com isto pretende-se dizer que metodologicamente seria fundamental ouvir os semterra, cuja grande escrita histórica é a experiência e a memória, construídas em interação política. Neste sentido, é preciso uma aproximação ao cotidiano. Um bom encaminhamento deste viés de Thompson é dado no seguinte texto de Luca:

O abandono da ortodoxia economicista, o reconhecimento da importância dos elementos culturais, não mais encarados como reflexo de realidades mais profundas, o que era comum em leituras reducionistas, e a verdadeira revolução copernicana

efetuada por Thompson ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*), trouxeram ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados e inspiraram abordagens muito inovadoras, inclusive a respeito de cultura de resistência (LUCA, 2014, p. 113-114).

Prossegue-se numa abordagem similar àquela que efetivamos sobre o caso do acampamento Lucena (Lima, 2011), ao se considerar que a Flor do Bosque jamais estaria num vazio político, no sentido de que ela se basta como evidência de si mesma. O conflito é mais vasto e traz a questão da mediação da terra como fator de liberdade e de reorganização da sociedade. A construção do texto leva em conta que todos os acontecimentos a serem trabalhados relacionam-se com a terra:

Nós estamos diante de uma trama que toma a terra como elemento central na organização da ordem do poder e que passa, necessariamente, pelo trabalho e pela propriedade, discussão que pode ser vista em Almeida (2008). Tomando Ianni (2003) em consideração, a chamada questão nacional somente se resolve ao serem vencidos os pontos radicais. Dentre eles, como coluna mestra, está a terra, segundo entendemos, e nos aproximamos de Mariátegui (2002) ao considerarmos a organização quanto a terra em relação com a organização do modo de produção (LIMA, 2011, p. 46-47).

Em outro texto, situa-se a Flor do Bosque de forma idêntica à que se faz neste trabalho: um sujeito político chamado semterra, em confronto com uma razão política de dominação chamada latifúndio. Não foi um conflito a ser visto apenas como localizado, mas como já dito, uma ação que questiona e, mais do que isso, enfrenta a estrutura agrária do país. Inspiram outras ações em Alagoas e para além das suas fronteiras. Daí insistirmos na ideia de rede, na compreensão de que a ocupação da Flor do Bosque contribui no reparo do inacabado nacional:

A disputa pelas terras da Flor do Bosque foi uma batalha entre o sujeito político organizado sem-terra e o latifúndio. Ousadas, as famílias ocuparam o imóvel, resistiram às decisões judiciais e mobilizaram apoios políticos dentro e fora de Alagoas. Romperam as cercas das fronteiras coronelísticas, expondo aquele conflito agrário e suas tensões (LIMA, 2014, p. 390).

Não há como perceber de modo diferente, pois toda razão do conflito é política: há um movimento pela liberdade que se opõe frontal e abertamente a uma estrutura secular. Vale acrescentar: em Alagoas, a terra é o mais importante elemento político arcaico, e somente os movimentos sociais que trabalham a reforma agrária afetam de modo significativo o comportamento tradicional do mando político aliado à posse e à propriedade da terra.

Neste contexto, trabalhar a terra como propriedade ou posse é deixá-la apenas no rol das situações de um direito patrimonialista que esgota a terra na dimensão de mais uma coisa. Neste texto ela é bem mais do que isso. Significa mediação para o problema central da

reforma agrária, e então a dimensão do político, e conseqüentemente do poder, aparece como a temática central dos objetivos de um movimento como o dos semterra.

Esta ênfase na terra como problema político é observada nos autores que se dedicam a examinar criticamente a estrutura do mando em Alagoas. É tão forte o enlaçamento, que alguns autores chegam a identificar integralmente a relação entre a terra e a história de Alagoas, ao ponto que uma passa a ser entendida como respondendo pela outra: a história de Alagoas é a história da luta pela terra (ALBUQUERQUE, 2009).

A economia nordestina se caracterizou no passado e, ainda hoje, pela concentração extremamente elevada da propriedade de terras agricultáveis, monopolizando tanto a produção como a posse das áreas regionais. Assim, a economia nordestina permanece como um sistema fechado e orientado para um tipo de produção que condiciona toda a realidade social e política da região.

A terra tem de ser entendida dentro desta organização da matriz de produção. Ela não é somente a generalidade de terra, mas terra de açúcar, terra de algodão, terra de gado, o que demonstra a sua especificação dentro do espaço. A questão social do acampamento da Flor do Bosque é a terra açucareira – para esta área de vale, massapê e cana-de-açúcar. Ou seja, este sistema econômico fechado, que a Igreja começou a criticar por volta de 1950, embora sempre submetida ao sistema de dominação política.

Os problemas sociais em Alagoas, provocados em grande medida pela concentração de terras na área canavieira alagoana e pela expansão das áreas cultivadas com a cana-de-açúcar a partir da década de 1950, impeliram a Igreja Católica na Arquidiocese de Maceió a intervir na questão agrária. Surgem, como iniciativas da Arquidiocese, a partir de 1956, as Semanas Ruralistas (MEDEIROS, 2007, p. 97-98).

A forma escolhida para dialogar com a experiência histórica dos semterra foi a utilização de um recurso da história oral. A ênfase recaiu na entrevista considerada, por alguns, como fundante da metodologia da história oral. Como exemplo tem-se Alberti (2014), que chega ao extremo de datá-la em função da tecnologia de registro, julgando-a derivada da inovação tecnológica do gravador.

Serão utilizados os registros coletados, mormente na terceira parte, quando se tratará diretamente da experiência da ocupação da Flor do Bosque e suas conseqüências políticas. Pois, sem a memória dos sujeitos políticos e históricos que agiram na ocupação, na resistência e na conquista de parte da terra, o diálogo restaria débil e incompleto. As falas dos semterra supera a impotência da escrita tradicional, já que são carregadas de dores, de angústia, de

endurecimento, mas, sobretudo, de esperança e de futuro. Sem elas, fica evidente: que não se atingiria a complexidade que envolveu a disputa pelas terras da Flor do Bosque.

Dialogou-se, também, com as categorias experiência e expectativa, postas por Koselleck (2006). Trata-se de uma aproximação instigante, realizada com senso hermenêutico, da busca ao passado que, efetivamente, não é atualizável, mas interpretável, o que obrigatoriamente, não lhe dá uma aproximação do presente, mas, tão só, de habilitação à crítica do que foi desenvolvido historicamente. Não fosse assim, as gerações não se encontrariam.

A experiência da ocupação da Flor do Bosque e o modo de viver e encaminhar a luta em acampamento, com toda a precariedade – barracos de lona ou de palha, sem água potável, sem energia elétrica etc. – são encarados pelos ocupantes como um meio de chegar à liberdade (perspectiva). No horizonte semterra, a terra assume ou representa a mediação ou habilitação à marcha pela liberdade, sob a ideia de que a experiência é uma construção histórica, à medida que se constrói o próprio espaço.

Também ocupará uma posição significativa neste trabalho a categoria expectativa, em diálogo com Koselleck (2006), no sentido de apontar o que há de vir, a resultante das ações projetadas e, neste caso, construídas coletivamente. Os que se arriscam na ocupação de uma propriedade rural partem da realidade em que vivem; excluídos do acesso e uso da terra, apostam na ação de ocupação como um meio de alcançar a conquista da terra (assentamento) e, conseqüentemente, uma espécie de liberdade, quase uma salvação. Sonham e agem no hoje, para experimentar esse novo ainda no presente:

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é o futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Estas ponderações teóricas que foram realizadas levaram a pensar em como construir o texto, tanto no sentido do que dizer quanto no sentido de como dizer. Haverá uma evidente preocupação de se tentar encontrar na escrita uma forma adequada de deixar que o conflito, suas razões e personagens se demonstrem. Ela tem de resguardar as características e o modo de desenvolvimento do processo onde os dois termos (oprimidos e opressores) se confrontam. A escrita, a forma de dizer, tem de se mostrar adequada à temática do diálogo desenvolvido com o conflito do qual a Flor do Bosque é emblemática, em decorrência de como e quando aconteceu.

A dissertação acha-se dividida em três partes. Na primeira, trata da Comissão Pastoral da Terra, abordando o processo histórico no qual surgiu. Por isto, enfoca-se a Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação, componentes teológicos e ideológicos essenciais na gestação da CPT. A seguir, aborda-se o contexto histórico do Brasil, a partir da década de 50 do século XX, dando espaço para as agitações em que vivia o campo com a formação das Ligas Camponesas, a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e os movimentos de leigos surgidos na Igreja, além da sindicalização rural. Os documentos **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**, Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Felix do Araguaia, datada de 10 de outubro de 1971, e **Eu ouvi os Clamores do meu povo**, publicado em 6 de maio de 1973, assinados por bispos e superiores religiosos do Nordeste, foram leituras-chave nessa parte. Eles são, de certa forma, o sêmen que deu origem à CPT.

Na segunda parte, estuda-se a CPT alagoana, suas origens, sua composição, as conjunturas políticas, econômica e eclesial dos finais dos anos 80 e sua área de atuação; bem como a formação da propriedade em Alagoas, a destruição das matas, a constituição do latifúndio canavieiro e a concentração das terras. Em suma, observa-se como foram construídos e constituídos o estatuto senhorial e o agrarismo alagoano. A violência utilizada pela oligarquia rural para a manutenção do seu poder – ora pela utilização da pistolagem, ora por “meios legais” – e para criminalizar os movimentos sociais do campo, suas lideranças, agentes pastorais e os que apoiam e lutam na via do desajuste do mando senhorial.

Na terceira parte abordam-se, a partir do acontecimento Flor do Bosque, os conflitos agrários, dando espaço ao sujeito coletivo e político semterra. Explicita-se como a CPT/AL se envolveu nesse conflito, como dialogou com a área Pastoral do Vale do rio Mundaú (São José da Lage, União dos Palmares, Branquinha, Murici e Messias) e, ainda, como influenciou em tomadas de decisão da hierarquia da Igreja de Alagoas.

Necessariamente não se está em busca de conclusão, mas de evidenciar os termos chave do conflito, como apoio ao desenvolvimento de futuros trabalhos. Este texto pretende ser mais germinativo do que conclusivo, no sentido usual da palavra. Assim, podemos observar com Medeiros (2007) quando toma Saviani para a caracterização de monografia de base:

Nesta perspectiva, podemos caracterizar o presente estudo como uma monografia de base, tal como define Saviani, enquanto monografia que organiza as informações disponíveis sobre determinado assunto, preparando o terreno para futuros estudos mais amplos e aprofundados (MEDEIROS, 2007, p. 25).

Apesar de lidar com a relação semterra e latifúndio, considera-se que existe uma temática permeando todo o texto, que passa pela Igreja Católica e a evolução da sua linha pastoral. Não pode ser diferente. Ao se falar de CPT/AL obrigatoriamente se fala sobre o trabalho pastoral das Dioceses de Alagoas, especialmente, a Arquidiocese de Maceió.

A Arquidiocese de Maceió, que ocupa uma área de 8.534,835 km², abrange 37 municípios tomados pelo plantio da cana-de-açúcar, que vivenciam a mais antiga relação entre o capital e o trabalho em Alagoas, fundada na concentração da terra e na mais acentuada exploração da força do trabalho. Apesar do peso urbano que tem no seu contexto geográfico, a linha pastoral da Igreja em Alagoas entende a problemática do campo, absorve seu planejamento e responde, em parte, com os trabalhos da CPT/AL. Por isto, obrigatoriamente, a Igreja Católica constitui um dos mais importantes sujeitos nas relações em rede que serão estudadas.

Vale considerar que a Flor do Bosque basicamente dá início a um trabalho que é desenvolvido atualmente em 14 áreas de acampamentos e em 20 áreas de assentamentos, cobrindo praticamente todo o Estado de Alagoas.

1 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

1.1 A questão agrária

Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), existem cerca de 100 milhões de hectares de terras ociosas no Brasil. Entre 2010 e 2014 observa-se o movimento de reajuste dos dados referentes a propriedade no país. Além do crescimento das grandes propriedades, aumentou o registro dos demais tipos de imóveis rurais públicos e privados. Os minifúndios caíram de 8,2% para 7,8% da área total de imóveis; as pequenas propriedades, de 15,6% para 14,7%; e as médias, de 20% para 17,9%. As grandes propriedades privadas e públicas foram de 56,1% para 59,6% da área total.

Esses dados oficiais certificam a ofensiva do capital no campo brasileiro. Estamos diante de uma marcha iniciada desde o processo das capitânicas hereditárias, passando pela Lei Terras de 1850, pela abolição da escravidão e, sem dúvida, pela inacabada redemocratização do país após o golpe militar de 1964. Esse movimento concentra a propriedade da terra. Neste sentido, a economia nordestina continuou a ser um sistema fechado de recursos a serem disponibilizados apenas pelas elites agrárias usineiras, onde o “monopólio da terra e a existência de excedentes populacionais garantiriam o controle da oferta de trabalho” (REIS, 1998, p. 145).

A concentração de propriedade é responsável por um número significativo de pessoas que se encontram excluídas do acesso e do uso da terra. Sobre essa questão, o historiador Caio Prado Junior (2000) expõe:

Acima de 30 milhões de brasileiros, ou seja, mais da metade da população do País, dependem necessariamente para seu sustento – uma vez que não lhes é dada outra alternativa, nem ela é possível nas atuais condições do País – da utilização da terra. Doutro lado, por força da grande concentração da propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira, bem como das demais circunstâncias econômicas, sociais e políticas que direta ou indiretamente derivam de tal concentração, a utilização da terra se faz predominantemente, e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria. Decorre daí os ínfimos padrões de existência daquela considerável parcela da população brasileira – padrões materiais, e como consequência, também culturais (PRADO JUNIOR, 2000, p. 15).

O modo como o sistema econômico avançou no campo transformou o acesso, a posse e o uso da terra numa exclusividade de algumas famílias, o que se repete em Alagoas. Essa prática é uma realidade em todas as regiões do país e resultou numa das maiores concentrações de terra mundial, tendência que foi recentemente confirmada pelos dados do

INCRA, acima mencionados, com ampla repercussão na imprensa nacional. Esse movimento de concentração da propriedade da terra faz dela um dos elementos-chave na resolução da questão nacional, que para Ianni (2003) se encontra inacabada, com equacionamentos sempre provisórios:

A rigor, visto assim, em perspectiva histórica ampla, no Brasil a questão nacional continua a ser fundamental, enquanto problema mal equacionado, não resolvido, apenas ocasionalmente acomodado, em geral a partir de cima, dos donos do poder, em moldes autoritários (IANNI, 2003, p. 15).

Terra e conflito agrário são praticamente sinônimos; terra e o inacabado nacional são elementos articulados. De tal forma isto é significativo que ela é o elemento central deste texto, envolvendo toda uma discussão da estrutura do poder e, também, de uma economia política fundada sobre o princípio de exclusão social, desde que se formou a matriz de produção no período colonial.

O conceito de matriz de produção é retirado de Almeida (2008). Esse autor diz que a matriz é montada sincronicamente ligada ao objetivo de povoar e gera uma economia dependente, uma política violenta e uma sociedade excludente, fatores de longa duração visíveis, mudando o que deve ser mudado, no caso da Flor do Bosque.

O tripé vai sendo implantado pelas razões práticas do sistema, pela oportunidade das mercadorias, e jamais poderia ser desenvolvido pelo acaso, desde que a sociedade colonial não se formaria por mistérios probabilísticos de incontáveis cenários. Desde os seus inícios que o cenário estava esclarecido. O básico a nos interessar reporta-se ao algodão, açúcar e gado irem sendo os elementos essenciais de sustentação econômica, responsáveis, praticamente, pelo montante da renda, pela demarcação do produto e são, por consequência, ligados às circunstâncias do desenvolvimento da Cabanada (ALMEIDA, 2008, p. 67).

Esta mesma longa duração mencionada por Almeida é o que permite a Manoel Correia de Andrade (de quem Almeida deriva) lidar com a articulação no tempo que permeia a luta pela terra e a construção dos movimentos sociais visando democratizar o país. É dela que vem o inequacionado brasileiro tratado por Ianni. Ao estudar a Cabanada, Manoel Correia de Andrade afirma:

Nestas condições, sem terras para trabalhar, sem capitais e meios para desenvolver as aptidões comerciais, sem facilidades e garantias em empregos, era natural que a grande maioria da população pobre tivesse de submeter-se aos caprichos e prepotências dos proprietários, formando a sua “clientela”, ou reagisse através do banditismo, ou aguardasse o momento em que aparecesse um líder que os trabalhasse para uma revolução (ANDRADE, 2005, p. 237).

1.2 Contexto histórico nordestino

O projeto de ocupação do território nacional arquitetado pela Coroa e por seus agentes caracterizou-se por inúmeros conflitos de terras. Conforme Andrade (1989), o processo de colonização encontrou no uso da violência o instrumento eficaz para liberar a terra:

A conquista da terra, iniciada na quarta década do século XVI, com o processo de colonização, revestiu-se de grande violência: foi feita à custa do aprisionamento e expropriação do indígena, a quem o conquistador, o homem branco, considerando-se superior, transformava em sua propriedade (ANDRADE, 1989, p. 8).

O uso da violência, inicialmente promovido pela Coroa, e depois pelo mando senhorial, não foi capaz de evitar os levantes e lutas sociais desencadeadas no campo, a exemplo do Quilombo dos Palmares (1590-1695); dos Cabanos (1832-1835); de Canudos (1896-1897); e do Contestado (1912-1916), entre outras manifestações políticas. Seja no Brasil colônia, Império ou República, os conflitos são sinais de resistência e de recusa à dominação.

No século XX, na sua quinta década, as Ligas Camponesas foram uma das organizações que atuavam no campo a protagonizar um debate fundamental em torno da redistribuição da terra, tendo um programa radical: reforma agrária na lei ou na marra. Essa trajetória foi interrompida pelos militares golpistas em 1964. As lutas incidem sobre a fundamental compreensão do que representa para a história do País o predomínio de estruturas sociais que determinam modos de pensar, fazer política e de viver de toda a sociedade brasileira nos seus mais de cinco séculos de existência.

Setores da Igreja Católica e os movimentos sociais do campo têm, ao longo dos anos, atuado para romper com o modelo que exclui milhares de famílias do acesso à terra. Inúmeras são as famílias que há séculos lutam pela terra e desafiam o poder público e as oligarquias com a ocupação dos latifúndios. A posse e a propriedade da terra são elementos históricos necessários na leitura da sociedade brasileira.

Muitas dessas implicações foram vistas no clássico trabalho sobre o Nordeste, escrito por Manoel Correia de Andrade, fundamental para o entendimento da economia agrária, como destacou Caio Prado Júnior. Com base no histórico da matriz de produção e na persistência dos fatores coloniais na atualidade da questão agrária brasileira, este texto irá privilegiar o conflito, a tensão, a resistência e o sujeito coletivo semterra. É inconcebível uma compreensão histórica mais próxima do real do Brasil que deixe de fora o processo violento empreendido

contra os povos indígenas, posseiros, quilombolas, entre outras populações, desde sempre tomadas pelo sistema como obstáculos ao desenvolvimento da nação.

1.3 A reforma agrária

A questão da terra vai além da reforma agrária. Entende-se como reforma agrária tanto a política do governo federal, que toma a Constituição brasileira como instrumento para efetivá-la, como, também, o processo de luta dos semterra; dos movimentos sociais do campo; dos intelectuais comprometidos com essa causa; dos partidos políticos de esquerda, setores da Igreja Católica e de Igrejas protestantes.

Esse confronto entre os que desejam e lutam pela reforma agrária e os que se mantêm no poder, tendo a terra como lastro, não deve ser resumido à realização da reforma agrária. Analisando a reforma agrária na virada do milênio, José Gomes da Silva utiliza as constituições brasileiras para esclarecer o porquê da não efetivação da referida reforma. Verificando as três últimas constituições do Brasil (1946, 1969, 1988), ele ressalta o entrave jurídico sobre o *pagamento* das terras desapropriadas e evidencia a *forma* (dinheiro ou título), a *época* (prévio ou posterior) e o *preço* (justo ou injusto). Conforme Silva (1997), a Constituição de 1946 não permitiu a realização da reforma agrária no Brasil, pois exigia o pagamento - em dinheiro - das desapropriações por interesse social.

Quando o tema é a Constituição Federal de 1988, Silva (1997), mesmo reconhecendo que se verificaram avanços significativos como a elaboração de uma parte especial, pela primeira vez, sobre a reforma agrária, no qual se enunciam elementos como a função social da terra e a perda sumária das áreas de psicotrópicos, ele irá apontá-la como *madrasta da reforma agrária*, e considera a falácia da propriedade produtiva e o restabelecimento do pagamento prévio como uma derrota, retrocedendo aos níveis de 1946.

Compreende-se que o arcabouço jurídico é um instrumento derivado de um Congresso que, com raríssimas exceções, é composto por políticos de direita com compromissos ideológicos e financeiros com o agronegócio. Um fato é recorrente quando o assunto é reforma agrária: o debate em torno da sua realização ou da sua necessidade ao País. Existem, pelo menos, três pensamentos nesse campo de estudo: os que argumentam que o Brasil não fez a reforma agrária; os que defendem que ela já foi realizada; e os que afirmam que existe um processo em curso.

O que se pode chamar de reforma agrária brasileira é, antes de tudo, resultado dos enfrentamentos políticos dos semterra e dos movimentos sociais do campo. Isso implica que se concorda com a tese de que existe no País, além dos debates ideológicos e acadêmicos, uma luta *in loco* e processual pela posse e uso da terra. Neste espaço de pensamento, dos que percebem a Reforma Agrária como resultado do conflito, da correlação de forças entre os movimentos sociais, governos e agronegócio, atua o geógrafo, Bernardo Mançano Fernandes. Ao tempo que enxerga um movimento articulado contra a efetivação da reforma agrária, ele visualiza nos assentamentos de famílias e conquistas de territórios camponeses essa realização:

Ao mesmo tempo em que a reforma agrária como projeto não se realiza, ela se realiza todos os dias na luta pela terra em cada assentamento que é criado. Eu mesmo demorei anos para compreender esse processo que se movimenta e não sai do lugar. Todavia, há um movimento criando vários lugares, frações do território camponês há muito tempo, mas que pode não ser visto como um todo, porque a reforma agrária é uma luta permanente e, no Brasil, não tem data para acabar (FERNANDES, 2015, p. 153).

1.4 O conflito agrário

O conflito agrário pela posse e uso das terras é resultado de uma ação de resistência ao sistema agrário modelado pela acumulação capitalista e, secularmente, estabelecido no Brasil desde a montagem inicial da matriz de produção, a gerar uma sociedade de exclusão e uma política de violência.

O movimento é de resistência aberta e clara, coordenada e com tensões permanentes. As conquistas de terras são o resultado dessa experiência conflituosa e da organização coletiva. As resistências dos semterra são argumentos políticos contra a estrutura agrária arcaica ou, conforme o caso, contra a modernização inconsequente do agronegócio, que imprime uma lógica de acumulação sobre a pobreza. Os semterra são aqueles que se recusam a permanecer à margem das disputas políticas e não aceitam a dominação.

O sujeito coletivo e político que se envolve no conflito são as famílias semterra; elas são as protagonistas que mantêm a tensão quando assumem o engajamento político ou quando ocupam um imóvel rural e estabelecem naquela propriedade uma rotina de vida e uma defesa coletiva e sistemática do acampamento. Ademais, aprofundam este conflito quando resistem a todo tipo de ameaças e constrangimentos, como a utilização de capangas, de pistoleiros, ou

dentro da “ordem”, como uma decisão judicial que determina a reintegração de posse do imóvel ocupado ao suposto proprietário, despejando as famílias, sem nenhum tipo de amparo por parte do Estado. Esses conflitos expõem e denunciam a concentração da propriedade como impeditivo ao acesso à terra. Nesse caminho, Fernandes (2001) assevera:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, consequentemente, à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores; à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas e ao mercado; ao campo e à cidade; à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política (FERNANDES, 2001, p. 23).

A experiência de viver e conviver com o conflito fez da CPT uma especialista na leitura, na interpretação e na divulgação dessas contendas. O Caderno de Conflitos no Campo Brasil, publicado todos os anos, desde 1985, é um instrumento eficaz de denúncia, no qual são registrados os conflitos por terra e águas, as ameaças de mortes, os assassinatos, as prisões e o trabalho escravo. A CPT fez da publicação do Caderno de Conflitos uma forte ferramenta de denúncia da violência empreendida contra os que lutam ou resistem na terra. Tais dados são recolhidos e trabalhados com o rigor científico que é exigido, sendo examinados e aprofundados a partir da realidade do campo.

Pesquisadores nacionais e internacionais utilizam esses dados para compreender o processo violento construído pelas elites agrárias, tendo a terra como elemento essencial para essas leituras. Confirmam que esses conflitos violentos são fundamentais para evitar o acesso e a permanência na terra dos grupos subalternos, garantindo à classe dominante sua perpetuação naquela propriedade e, consequentemente, no poder.

Em média, a cada seis dias uma pessoa é assassinada no campo brasileiro. De acordo com a CPT, de 1985 a 2013 foram assassinados 1.595 pessoas por envolvimento em conflitos por terra, sendo que, destes, 467 no século XXI. As mortes no campo brasileiro estão vinculadas a duas formas centrais de resistência territorial: (re)entrar na terra e permanecer na terra. Mas o que está por trás dessa disputa e violência que não permitem o acesso e permanência na terra? Entendemos que é a construção histórica de um discurso para manutenção de uma classe social (FELICIANO, 2015, p. 125).

O Caderno de Conflitos no campo é o instrumento nacional que mobiliza todas as regionais da CPT; são centenas de agentes pastorais em todo o País que se ocupam na coleta e na confirmação dos dados; intelectuais, bem como pessoas capacitadas que garantem uma metodologia científica reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e

Tecnologia (IBICT). A sistematização e a análise científica dos conflitos ampliaram a visão política e pastoral de conflito da CPT:

Conflitos: ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais ou entre os trabalhadores por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Conflitos por terra: ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso a seringais, babaçuais ou castanhais, quando envolvem posseiros, assentados, remanescentes de quilombos, parceiros, pequenos arrendatários, pequenos proprietários, ocupantes, sem terra, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2009, p. 11).

Ainda sobre o conceito de conflito, traz-se o pensamento dos geógrafos Carlos Walter Porto-Gonçalves e Danilo Pereira Cuin, o primeiro um colaborador constante na elaboração do Caderno de Conflitos no Campo, atuando como uma espécie de assessor, exposto no artigo “Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil” (2013), publicado no caderno Conflitos no Campo Brasil. Esses autores formulam o conceito de conflito a partir da contradição entre classes sociais:

O conflito é um conceito importante, pois aponta para uma dimensão imanente às relações sociais e de poder. Indica que sobre um mesmo tema, um mesmo objeto, diferentes indivíduos/grupos/classes/sujeitos sociais têm visões distintas. O conflito é a contradição social em estado prático (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2013, p. 18).

Os conflitos não foram nem são necessariamente suficientes para a superação do modelo agrário⁹, mas foram e são capazes de questioná-lo e, em alguns casos, de provocar derrotas pontuais à oligarquia local. Conforme Almeida (2010), são inaugurados territórios livres de produção e, assim, ao refazerem o desenho da estrutura agrária, podem modificar a correlação de forças no município ou na região. Essa modificação estrutural, entendendo o conflito como um dos instrumentos dessa transformação esclarece um movimento persistente dos semterra como agentes de alteração do *status quo*:

Conforme a lógica, os conflitos deveriam levar à mudança. No entanto, no Brasil, até agora não levaram a nenhuma mudança estrutural capaz de superar a dominação dos fazendeiros, latifundiários, grileiros e demais proprietários de terras sobre os semterra. Os conflitos, no máximo, produziram leis e mudanças do tipo Estatuto da Terra e da Lei, que altera o Usucapião, que atendem a necessidades localizadas e produzem soluções parciais no intuito de aliviar tensões sociais.

No entanto, os semterra, acudados e massacrados nesta guerra desigual, estão mantendo vivo o germe da mudança a partir de suas organizações e resistências, nascidas, muitas delas, dos conflitos (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 1983, p. 30-31).

⁹ Conforme Caio Prado (2000), a concentração da terra, das melhores terras, deixou uma parcela considerável da população rural sem terras suficientes para a sobrevivência, o que disponibilizou uma enorme mão de obra.

A nossa análise dos conflitos agrários realiza-se num determinado contexto histórico, no qual se evidencia uma rede de relações e significados. O conflito com o Movimento SemTerra¹⁰ sofre, ao longo do processo, mudanças que respondem pelas suas características na atualidade. A própria ação política se realimenta e modifica a natureza do confronto e da resposta, como se pode constatar com o que vem acontecendo com a CPT/AL, a partir da singularidade da Flor do Bosque, numa atualização permanente do encaminhamento da luta. Não poderia ser diferente, pois se não houvesse essa interação entre agir e mudança, ter-se-ia de entender o movimento operando em abstrato, retirado de um contexto dinâmico em que as ações realimentam o processo e geram novos resultados e significações. Na realidade, o que se constrói é fruto do modo como se dá o processo do conflito.

É assim que se pode encontrar a singularidade dos casos, dos locais, que, na realidade, são momentos especiais dos processos coletivos. O movimento, apesar do contexto geral em que se apresenta, se faz em momentos de confronto no local e a ele pertence, como forma concreta da contradição que se opera. O tensionamento é inerente à natureza da reação dialética e trabalha com o que é concreto, em função de um tempo e de um espaço. É nisto e por isto que se pode falar na existência da Flor do Bosque, uma condição particular de luta que, para ser entendida, requer que se trace a condição e a natureza da sua especificidade.

1.5 Redes e tensões

É necessário compreender que as redes se definem como um conjunto de relações em um universo interno e em um universo externo, divisão de natureza didática, pois, na prática, trata-se de uma integração de momento. Considere-se, por exemplo, um acampamento, e se pode observar que ele é caracteristicamente local e específico, mas em rede. O acampamento não existe em si mesmo, já que se caracteriza como relação. Ele está ligado a outros e se acha em movimento. Nessas relações, entra em confronto com o sistema agrário vigente, atuando como um agente, em busca de transformação, mediante um enunciado político que é espelhado na reforma agrária. Esse novo sujeito vai de encontro aos interesses que predominam nesse sistema de relações. É falso apresentar essa situação como um conflito entre os semterra e aquele fazendeiro ou aquele usineiro.

¹⁰ Aqui se alude aos Movimentos Sociais do Campo, que lutam em defesa da Reforma Agrária.

A tensão básica que se estabelece parte da possibilidade de aquela ocupação desajustar o mando senhorial; é nesse campo que todas as tensões se apresentam. De um lado, aqueles que amparam o mando senhorial, e do outro, os que contribuem para o desajuste desse modelo. São duas forças políticas de tendências opostas: a da manutenção e a da transformação.

O senhorial está intrinsecamente relacionado à terra como instrumental econômico e de poder. Seguindo esse raciocínio, dividir terra (permitir uma reforma agrária) equivaleria a dividir poder. A estrutura procura evitar qualquer tentativa de mudança, especialmente quando esta atinge a forma como o sistema jurídico define o direito de propriedade. Sem demarcar a função pública prioritária da terra, o direito civil brasileiro é fundamentalmente patrimonialista e, embora constitucionalmente tenha-se a definição do caráter da utilidade, o sistema integra o seu significado ao processo de dominação política, permanecendo a contradição no direito de propriedade.

Ao recusarem viver às margens dos processos políticos e econômicos – condição de participação definida pelas elites agrárias como sendo o espaço possível para sua reprodução –, os semterra entram em tensão com a injustiça formulada ideologicamente como sendo de direito.

Esses enfrentamentos ocorrem em todas as regiões do Brasil, pois se está diante de um problema básico da estrutura de produção nacional. O amesquinamento do direito de propriedade encontra-se em todas as regiões do País, porém sofrendo as especificidades dessas regiões. Embora se tenha essa situação generalizante, o conflito se define no cotidiano local onde as ações se desenvolvem.

1.6 Marcos significativos

Analisar-se-á o conflito agrário colocando em evidência a Flor do Bosque, instalada no vale do rio Mundaú¹¹; com isto, ver-se-á a atuação da CPT/AL, sua contribuição e estímulo à organização das famílias semterra que atuaram durante o período compreendido entre 1987

¹¹ O rio Mundaú, com uma bacia de 4.126 km², é considerado um rio federal por percorrer mais de um estado da federação. Nasce no Agreste pernambucano, no município de Garanhuns, e desemboca na lagoa Mundaú, em Alagoas. No território alagoano, sua bacia abrange os municípios de Atalaia, Branquinha, Capela, Chã Preta, Ibataguara, Maceió, Messias, Murici, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte, Santana do Mundaú, São Jose da Laje, Satuba e União dos Palmares.

e 2006. Este intervalo de tempo tem seu marco inicial com o surgimento dos trabalhos da CPT/AL na Arquidiocese de Maceió, e seu término com o encerramento do segundo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Este, oriundo do movimento sindical dos metalúrgicos, com forte ligação com as lutas camponesas, repetia com frequência que faria a reforma agrária com uma “canetada”, o que não ocorreu.

A inoperância governamental com relação à reforma agrária teve continuidade nos governos do PT, sinal de que este partido encampa a contradição senhorial, na qual se reafirma o domínio da terra em confronto, até mesmo com o avanço capitalista na economia agrária, o que implica uma articulação política, aparentemente contraditória, entre o novo e o velho do capital nacional.

1.7 A liberdade semterra

A questão da liberdade aflora historicamente e termina por ocupar um espaço significativo na discussão da ação da Igreja Católica nos conflitos de terras na região Norte de Alagoas a partir de 1987. A ênfase se dará no confronto acontecido em novembro de 1997, no município de Messias, situado na mesorregião leste de Alagoas – Zona da Mata – prioritariamente ocupada com a produção de cana-de-açúcar.

Ao analisar este conflito, gerado pela propriedade privada da terra e sua concentração, busca-se evidenciar o lugar dos semterra, sujeitos políticos que atuam para modificar a lógica secular de utilização da terra no país, revendo deste modo a herança agrária oriunda do período colonial.

Ao longo deste trabalho, utiliza-se a palavra semterra para designar um grupo político específico, que entende a atual situação agrária brasileira e deseja revê-la mediante a proposta de uma reforma agrária que tome a terra como um dos instrumentos para a construção da liberdade. A terra tem um sentido de libertação que não se esvazia na ideia de posse, domínio e propriedade, consagrada pelo direito civil patrimonialista, cuja herança é radicada nas formas do direito romano. Aqui, trata-se da liberdade expressa na vontade política de refazer o nacional.

1.8 Um longo percurso de distorções

A forma como o capital deslanchou a produção no Brasil, e especificamente em Alagoas, quando da montagem da matriz de produção, inaugurou a propriedade da terra como o elemento essencial a definir o poder. E, ao longo do tempo, resguardou o instituto da propriedade no arcabouço normativo de um direito branco, portador da lógica do capital, que lhe era inerente. Essa relação entre terra e poder resulta necessariamente em conflitos, inaugurados desde a chegada da colonização portuguesa. Como demonstra Almeida:

Na verdade, o conflito de terra se estabelece na medida em que se monta a matriz de produção, com a cana-de-açúcar gerando a liquidação do chamado caeté, possivelmente uma designação geral para grupos de língua travada. A liquidação desse caeté ou desse conjunto indígena é o que libera a terra para o açúcar e facilita a penetração a Oeste. Feito este movimento inicial, teve-se o conflito permanente com os índios sobre suas terras, um longo e denso período que não se findou, em que se viveram e vivem diversas fases (ALMEIDA, 2010, p. 38).

Isto também é observado com as terras do antigo aldeamento do Urucu, em cujo contexto estão hoje as terras da Flor do Bosque, aliás, entre duas falências econômicas, a do grupo João Lira e a da Usina Bititinga (ALMEIDA, 2013). Chama-se a atenção para esse fato por ser um marco de resgate da ligação histórica entre um conflito provincial e um conflito da atualidade republicana.

O elo entre essas duas posições no tempo também é dado pelo resguardo dessa ideia de direito de propriedade, protegida ferrenhamente pelo poder de mando e pela instrumentação de que o Estado dispõe. A Flor do Bosque também se acha numa área deflagrada da Cabanada. O que poderia ser um acaso, na verdade, é o enraizamento do conflito quanto à terra, que integra a formação histórica, sendo desta um elemento fundamental.

1.9 A Igreja progressista

A Igreja Católica, em particular após a realização das conferências de Medellín, na Colômbia (1968) e Puebla, no México (1979), intensificou a sua atuação nas questões emblemáticas da sociedade. Numa espécie de movimento latino-americano, os católicos começaram a se engajar e a lutar contra a exploração externa e interna, interferindo, do lado dos pobres, nos rumos da política e da economia, sendo uma forte voz em defesa dos

injustiçados e dos empobrecidos, atuando a partir da sua doutrina social¹². Seria impossível prosseguir neste trabalho sem situar essa Igreja que, através da Comissão Pastoral da Terra, constitui um instrumento à disposição dos que se organizam para modificar radicalmente a estrutura fundiária. Essa Igreja encontra lugar para a atuação mediante a mensagem do evangelho e agindo preferencialmente com os pobres.

Optar pelo pobre significa optar por uma classe social contra outra, tomar consciência do fato do confronto entre classes sociais e tomar o partido dos despossuídos. Optar pelo pobre significa ingressar no mundo da classe social explorada, de seus valores, de suas categorias culturais. Significa fazer-se solidário com seus interesses e suas lutas (GUTIERREZ, 1981, p. 70).

Como parte do corpo da Igreja, ou seja, como Igreja progressista e libertadora, a CPT não protagoniza o conflito; ela atua como serviço pastoral, divulgando os acontecimentos e contribuindo na organização das famílias semterra. O período que vai da década 60 até 80 do século XX é crucial na construção de atores no campo brasileiro. A Igreja Católica, como argumenta Silva (2010), foi peça importante na concepção de novos instrumentos para os camponeses e operários:

Assim, as décadas de 1960 a 1980 foram profícuas para os movimentos sociais, principalmente no campo, e um sujeito social foi capaz de otimizar as formas de ação coletiva no campo, ameaçando a então vigente estrutura democrático-autoritária do país. Os membros progressistas da Igreja Católica, inseridos neste contexto, na sua opção pelos pobres, não apenas organizaram os trabalhadores rurais, como fundaram Comissões Pastorais da Terra (CPT) e alicerçaram um dos maiores movimentos da América Latina, o único em vigor no país: O Movimento dos Sem Terra – MST, bem como definiu as bases do PT (Partido dos Trabalhadores) (SILVA, 2010, p. 79).

1.10 O processo germinal de formação da CPT

Aqui se irá abordar a Comissão Pastoral da Terra como resultado de um processo de tensões no campo brasileiro. Não seria conveniente definir o Encontro da Amazônia de 1975¹³ como o evento responsável pelo surgimento da CPT. É necessário compreender o contexto político brasileiro, como também alguns acontecimentos anteriores, a exemplo dos

¹² A doutrina social comporta também um dever de denúncia, em presença do pecado: é o pecado de injustiça e de violência que de vários modos atravessa a sociedade e nela toma corpo. Tal denúncia se faz juiz e defesa dos direitos ignorados e violados, especialmente dos direitos dos pobres, dos pequenos e fracos, e tanto mais se intensifica quanto mais as injustiças e as violências se estendem, envolvendo inteiras categorias de pessoas e amplas áreas geográficas do mundo, e dão lugar a questões sociais, ou seja, a opressões e desequilíbrios que conturbam as sociedades. (Compêndio da doutrina social da Igreja. Paulinas: São Paulo, p. 56-57).

¹³ A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT – nasceu do encontro realizado em Goiânia em junho de 1975. (CPT: Pastoral e compromisso. Petrópolis – RJ: Vozes, 1983).

assassinatos de posseiros na região Norte do país, vítimas avanço do capital¹⁴ e da ditadura militar, que perseguiu, desmontou e impôs a clandestinidade às organizações políticas que buscavam transformar o modelo político e econômico do Brasil.

Outro evento que teve influência na formação da CPT foi o Concílio Vaticano II, que iniciou os trabalhos em 11 de outubro de 1962, sendo concluído em 8 de dezembro de 1965. Convocado pelo papa João XXIII, foi uma reflexão profunda da Igreja: a Igreja em si mesma e a Igreja no mundo.

Essa assembleia de prelados católicos estimulou a Igreja a um novo relacionamento social, baseado no novo olhar que se constituía com o apoio dos elementos da ciência, da cultura e das experiências concretas dos homens nas suas relações sociais (IOKOI, 1996, p. 29).

Tudo indica que o Papa João XXIII percebeu que ou a Igreja começava a dar respostas aos problemas mundanos e passava a aproximar-se dos oprimidos, ou ela seria um perfeito símbolo de inoperância e inutilidade. (PRADO JUNIOR, 2008, p. 86).

Essa novidade eclesial repercutiu na Igreja da América Latina, quando o papa Paulo VI convocou a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968, que fez uma leitura da realidade da América Latina e identificou o pobre como vítima do sistema econômico e destino da evangelização.

Neste percurso escolhido, faz-se necessário observar algumas inquietações nos anos 50 do século XX que ocorriam na sociedade brasileira, com forte acento na região Nordeste. A Igreja ocupava parte do tempo em “defender” seu público (rebanho) das investidas comunistas que começavam a voltar as suas ações para o campo. Assim, parte-se da Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, em Minas Gerais, datada de 10 de setembro de 1950, para compreender a década que antecedeu ao golpe militar de 1964. Longe de ser um pronunciamento em defesa dos pobres do campo, a Carta, logo no seu enunciado “Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural”, faz um apelo para a Igreja e a sociedade se anteciparem aos comunistas na organização dos camponeses.

A Carta é resultado de um evento diocesano chamado Semana Ruralista, com a participação de aproximadamente 60 padres, 250 fazendeiros e mais de 270 professoras rurais. Pretendia deflagrar a partir daquele evento um movimento de ação católica no meio rural, fundamentada na doutrina social da Igreja e no pontificado de Pio XII. Monsenhor Montini, que representou o Vaticano na 37ª Semana Social da França, em Nantes, alertou os

¹⁴ A penetração das grandes empresas na Amazônia desalojou os posseiros, intensificou os conflitos, resultando em violência, inclusive mortes. CNBB. **Pastoral da terra**. Estudos da CNBB n. 11. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

cristãos a respeito dos novos problemas no mundo rural; observou que a Igreja já perdera os operários urbanos e não deveria abrir mão do espaço rural.

Já no primeiro tópico, “Antecipemo-nos à revolução”, apresenta a sua tese anticomunista:

Ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: “O maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária”. O Santo padre pensava, sobretudo, nos operários das fábricas. É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operário rural (CNBB, 1981, p. 44).

Com uma presença significativa de fazendeiros católicos, a Diocese de Campanha não ouviu os assalariados, os camponeses, os meeiros, entre outros, ou seja, todos aqueles que vendiam a sua força de trabalho ou praticavam alguma espécie de agricultura camponesa. Mesmo sabedora da situação de miséria em que vivia o homem do campo, como também da exploração dos fazendeiros, inclusive defendendo a Reforma Rural, a Diocese colocava como preocupação primeira evitar a ação dos comunistas no campo. Assim, o receio de uma possível revolução ocupa as primeiras páginas da Carta Pastoral, numa tentativa, através da fé, de evitar conflitos futuros:

E os agitadores estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais. Longe de nós, patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo. Antecipai-vos à revolução. Fazei no espírito cristão o que vos indicam as diretrizes da Igreja (CNBB, 1981, p. 45-46).

O sociólogo José de Souza Martins (1999) qualificou a Carta Pastoral do bispo de Campanha como conservadora; também deixa a entender que a Carta é uma resposta direta ao Partido Comunista do Brasil, que semanas antes havia lançado o manifesto em defesa de uma reforma agrária radical:

O documento daquele bispo é significativo porque expõe, sem procurar disfarçar o contexto ideológico, ideias e preocupações da Igreja nas décadas seguintes, como estas: “os dias confusos em que vivemos”, o êxodo rural e o despovoamento do campo, os efeitos desagregadores da vida na cidade, o perigo do comunismo e a agitação política no campo (MARTINS, 1999, p. 100).

De fato, o bispo de Campanha reconhece o sofrimento do pobre, mas não o coloca no centro. O seu embate é claramente aberto com os comunistas. De certo modo, defende a preservação da propriedade privada e uma convivência harmoniosa entre os que exploram e os que são explorados. O apelo feito aos patrões católicos é para, em nome da crença em Deus, ceder espaços para a produção camponesa e melhorar as condições de vida dos trabalhadores para evitar o conflito que os comunistas poderiam causar na região.

Não leveis, com vossa atitude, à ideia errada de que o comunismo tem razão quando afirma ser a religião uma força burguesa. O cristianismo não se contenta com vossas

esmolas – exige de vós justiça para vossos trabalhadores. Dai-lhes uma condição humana e cristã. E isso não com o pavor da derrota, mas por uma questão de fé, pois a fé nos ensina que, sendo todos filhos do mesmo Pai que está nos céus, somos todos irmãos. Há de haver na terra lugar para todos nós. Deus não errou a conta, e o mundo há de abranger-nos, sem necessidade de mutuamente nos devorarmos (CNBB, 1981, p. 46).

Para Martins (1999), o teor conservador do documento não reside apenas no combate aberto às ações comunistas no campo:

Mas esse, certamente, não é o seu aspecto mais importante. Não é por ele que o documento se filia à tradição conservadora, e sim pelo fato de se basear na premissa da superioridade social da vida comunitária rural: o documento alerta para os problemas do êxodo rural (que, na verdade, prejudicava os fazendeiros, privando-os de mão de obra barata e farta), uma motivação que se manteve nítida até os documentos mais recentes do episcopado. Assinala, também, o temor de que a Igreja perdesse o rebanho para os comunistas, em consequência dos efeitos socialmente desagregadores da vida urbana sobre os migrantes (MARTINS, 1999, p. 101).

A manifestação do bispo de Campanha (MG) inaugurou o debate que se estenderia dentro da Igreja por toda década de 50. Os três bispos do Rio Grande do Norte também escreveram em 1951 uma Carta Pastoral com o título **Pastoral sobre o problema agrário**. No ano seguinte, vários bispos do Nordeste voltaram a tocar na questão agrária, quando publicaram o documento **A Igreja e o Vale do São Francisco**, fazendo um apelo para a realização da reforma agrária, criticando contundentemente o latifúndio e denunciando como indignas as condições de vida dos trabalhadores, decorrentes da exploração a que eram submetidos.

Era um Nordeste marcado pela forte migração, pelo fortalecimento da monocultura da cana-de-açúcar e pelas atividades dos comunistas. Diante daquela realidade, alguns bispos começaram a identificar a questão agrária como a responsável pela miséria do povo e, ao mesmo tempo, um solo fértil para a semente comunista. Aquela problemática poderia ser resolvida ou amenizada com reformas, entre as quais a rural. Assim, a Igreja tinha o pensamento moderno diante do campo e apressou-se em debater a necessidade do rompimento com as oligarquias agrárias, colocando o dilema da propriedade da terra e do capital, fazendo uma opção pelo último.

Para Martins (1999), a Igreja do Nordeste aprofundava uma ação na linha desenvolvimentista, apostando, por exemplo, na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE):

A primeira constatação que a Igreja fez foi a de que a distribuição dos bens, em particular da terra, era distribuição injusta. Ela se fazia segundo a lógica acumulacionista de capital e não segundo as regras do bem comum e da justiça social. Neste primeiro momento, a miséria dos camponeses e dos trabalhadores rurais aparecia como resultado da cobiça e do afã de lucro dos fazendeiros. Portanto, como resultado de disposições subjetivas dos ricos. Desse modo, o desenvolvimento capitalista era bom; má era sua gestão (MARTINS, 1999, p. 108-109).

As falas dos bispos do Nordeste influenciaram a Igreja do Brasil. Isso se confirma no documento “A Igreja e a Reforma Agrária”, sendo parte das conclusões gerais da 2ª assembleia ordinária da CNBB, que ocorreu entre os dias 9 e 11 de setembro de 1954. Conforme Mainwaring (2004, p. 73), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou esse documento em 1954, sendo o primeiro a tratar da reforma agrária; cobrava uma reforma de base e de métodos no sistema de vida rural.

O dinamismo na leitura realizada pela CNBB favorecia uma atualização da conjuntura, sempre em confronto com a estrutura. A revisão permitia avançar no sentido de encontrar um lugar para as famílias camponesas, tendo como parâmetro a dignidade e a justa divisão dos bens naturais. Ainda na década de 50, os bispos firmaram posição contrária ao desenvolvimento que não reformulava a estrutura agrária, que não redistribuía terra, mantendo os empobrecidos na mesma condição:

Por volta do final da década de 50, os bispos começaram a questionar se o desenvolvimento econômico em si resolveria os problemas dos camponeses. A perspectiva reformista mudou, passando de um apoio à modernização sem a redistribuição de terras a um encorajamento da modernização com a redistribuição. A virada decisiva nesse assunto ocorreu no início da década de 60, mas um documento de 1956, dos bispos nordestinos, que eram os mais progressistas do país, a antecipava. Mesmo dentro de uma perspectiva nacionalista-desenvolvimentista, sustentava que, sem a redistribuição de terras, o crescimento econômico não resolveria as péssimas condições do indigente rural (MAINWARING, 2004, p. 74).

Foi também na metade da década 50 que surgiram as Ligas Camponesas em Pernambuco. Assim, três atores importantes atuavam no campo nordestino: a Igreja, o Partido Comunista e as Ligas Camponesas. Entre eles havia diferenças de método e estratégias. Para Martins (1999, p. 113), todos defendiam a reforma agrária, mas os meios de atingir esse objetivo eram diferenciados: a Igreja queria uma reforma agrária com uma justa indenização aos proprietários de terras, preservando o direito de propriedade; as Ligas propugnavam uma reforma agrária radical e confiscatória; e os comunistas não negavam a importância da reforma agrária, mas priorizavam as relações de trabalho e aceitavam a proletarianização dos camponeses. A presença, mesmo contraditória, do PCB nos conflitos agrários contribuiu para a politização dos camponeses, levando-os ao conhecimento de outros movimentos revolucionários. As Ligas e a Igreja entendiam que os camponeses deveriam resistir para continuar na terra, negando o processo de proletarianização. Posteriormente, esse foi um dos pontos que contribuíram para o afastamento das Ligas das fileiras comunistas.

Para Andrade (1989) o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, influenciado pela revolução cubana e chinesa, reivindicava que o campesinato poderia conduzir a revolução socialista no Brasil, o que era inaceitável para os comunistas, que via no operariado

urbano a classe destinada a dirigir a revolução. As Ligas, conforme Andrade (1989) foram criadas em 1945 nas periferias de Recife (PE) e municípios vizinhos; eram formadas por agricultores de legumes que viviam ameaçados de ser expulsos das terras arrendadas. A Liga mais estudada e politizada surge em 1956, no engenho Galileia, com a anuência do patrão e o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), sendo uma associação regida pelo código penal, que se ocupava do auxílio funerário dos trabalhadores pobres. Portanto, nasce dentro da legalidade e, de certo modo, sob a influência religiosa.

Sobre as Ligas e o contexto de seu surgimento, Martins (1999) afirma:

A revitalização do mercado do açúcar nos anos cinquenta reduziu parcela do roçado e, conseqüentemente, implicou um acentuado aumento da exploração do trabalho nos canaviais e o aumento da pobreza rural. A cooperativa funerária era um indício dramático dessa pobreza.

Que os trabalhadores tenham pedido permissão ao fazendeiro para organizá-la é também indício do tradicional modo de relacionamento entre trabalhadores e fazendeiros, baseado no poder pessoal destes últimos – uma relação desigual de mando e obediência e não, em primeiro plano, uma relação contratual entre iguais (MARTINS, 1999, p. 61).

Foi essa revitalização da economia açucareira apontada por Martins (1999) que contribuiu para o surgimento das Ligas, responsável também pelo processo de consciência dos seus membros. Apesar das afinidades, as Ligas não nasceram sobre o controle dos comunistas. A radicalidade nas ações com o lema “reforma agrária na lei ou na marra” tornava-as cada vez mais autônomas e ligadas a processos revolucionários que tinham os camponeses como protagonistas. Em 1962, João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé (PB), foi assassinado covardemente pelas costas – *cabra marcado pra morrer*¹⁵. A elite brasileira começava a reagir aos avanços da organização camponesa. Em 1963 as Ligas travavam um debate interno quanto ao rumo do campesinato; havia a possibilidade de criar um partido camponês ou um movimento. A decisão foi adiada para 1964.

O crescente da luta camponesa no Nordeste e no país é interrompido pelo golpe de 1964. O golpe dos militares representou uma ruptura violenta na trajetória da luta social no Brasil (ANDRADE, 1989). Os movimentos ficaram sem espaços de atuação e alguns fizeram opção pela clandestinidade, pela guerrilha. Essa condição durou 11 anos, quando setores progressistas da Igreja retomaram as análises mais próximas da realidade e os conservadores que apoiavam os militares começaram a se distanciar do regime, criando a Comissão Pastoral da Terra.

¹⁵ O documentário relata a vida de João Pedro Teixeira, líder camponês. Esse documentário foi interrompido em 1964, em razão do golpe militar, e retomado 17 anos depois; relata a experiência das Ligas Camponesas de Galileia e Sapé.

A criação da CPT está ligada, além dos conflitos brasileiros e dos tensionamentos anteriormente referidos, a uma rede maior que é a Igreja universal, encontrando lugar, primeiro no Concílio Vaticano II – quando a Igreja se coloca como serviço –, e, também, na Igreja latino-americana, que inspirada no Concílio, atendendo à convocação do papa Paulo VI, realiza a segunda Conferência do Episcopado Latino-Americano, tendo como temática “A Igreja na presente transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II”. Foi realizada em Medellín, na Colômbia, no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968.

A conferência de Medellín levou a Igreja da América Latina a refletir a sua dura realidade, ressaltando o processo de empobrecimento do povo e vinculando essa exploração à intervenção do Estado e ao avanço do capitalismo. Essa ação do capital e do Estado explora de tal maneira o ser humano, que o impede de viver com dignidade e liberdade. Assim, coloca o ser humano, em particular o pobre, como vítima de uma violência institucionalizada, conforme explicita Gutierrez (1981):

A realidade latino-americana começa a aparecer em toda a sua crueza. Não se trata unicamente – nem primordialmente – de um baixo índice cultural, de uma atividade econômica restrita, de uma ordem legal deficiente, de limites ou carências de instituições políticas. Trata-se, isto sim, de um estado de coisas que não leva em conta as mais elementares exigências da dignidade do homem: sua própria subsistência biológica e seus direitos primordiais como ser livre e responsável. A miséria, a injustiça, a situação de alienação e a exploração do homem pelo homem que se vive na América Latina configuram uma situação que a conferência episcopal de Medellín não vacila em qualificar e acusar de “violência institucionalizada” (GUTIERREZ, 1981, p. 45).

Utilizando o método *ver, julgar e agir*¹⁶, o conjunto do episcopado constatou que o capital estrangeiro operava na América Latina, sendo o responsável pela dependência e dominação, assim como pela miséria da maioria da população. A conferência de Medellín caracteriza bem o pobre, vendo nele o ser humano vitimado pelo cruel modelo econômico e político. Assim, aponta para processos de libertação e de construção de outra ordem:

Mas o “pobre” não existe como uma fatalidade; sua existência não é neutra politicamente nem inocente eticamente. O pobre é subproduto do sistema em que vivemos e pelo qual somos responsáveis. É o marginalizado de nosso mundo social e cultural. E mais: o pobre é o oprimido, o explorado, o proletário, o despojado do

¹⁶ Utilizado, mormente, pela Igreja. Foi criado pelo padre Joseph Cardijn, fundador da Juventude Operária Católica (JOC). O método foi utilizado na elaboração da encíclica *Mater et Magistra*, no papado de João XXIII. Sobre o método, disse o papa: “para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases” (n. 235). Primeiro, o “estudo da situação” concreta, escreveu João XXIII. Em segundo lugar, a “apreciação desta à luz desses princípios e diretrizes”. Em terceiro, o “exame e a determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática”. Esses “são os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: ver, julgar e agir”, continuava a encíclica. (<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/43540-o-cardeal-que-ensinou-a-igreja-a-ver-julgar-e-agir>)

fruto do seu trabalho, o espoliado do seu ser homem. Por isso é que a pobreza do pobre não é um chamado a uma ação generosa que a alivie, mas sim exigência de construção de uma ordem social diferente (GUTIERREZ, 1981, p. 69).

É à luz da Conferência de Medellín que setores da Igreja do Brasil, mesmo durante o período do regime ditatorial – realidade semelhante na América Latina –, recomeçam a ler a conjuntura das regiões onde a Igreja local atua, tendo como centro dessas análises o lugar do pobre e como esse pobre relacionava-se com a terra, com as empresas, com as oligarquias e com a Igreja. Não foram meras constatações, e tampouco diagnósticos técnicos, mas leituras que exigiram posicionamento da Igreja.

O sistema político e econômico estava sendo denunciado num período em que era proibido se expressar. Assim fez o emblemático bispo Pedro Casaldáliga, da prelazia de São Felix do Araguaia, na Carta Pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, em 10 de outubro de 1971. Casaldáliga e sua equipe não pouparam palavras para expor a dura realidade em que viviam os mais pobres, sob o jugo do latifúndio. Logo de início, descreve o povo da prelazia:

A maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, “posseiros”. Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro “trens” de cozinha carregados numa sacola (CASALDÁLIGA, 1971, p. 4).

Na carta, Casaldáliga, expressa a necessidade de caracterizar a população que vive no espaço geográfico de atuação da prelazia. No primeiro plano, como já mencionado, coloca uma parte do campesinato da região como sendo formada por migrantes nordestinos e goianos, todos eles, desbravadores. Assim também faz com os povos indígenas, enfatizando suas virtudes e habilidades:

Os Xavante: caçadores, fortes, bravos, ainda faz poucos anos quando semeavam o terror por estas paragens. Receosos. Bastante nobres Os Carajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, esteiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores, mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade (CASALDÁLIGA, 1971, p. 4).

No cenário construído pelo bispo, além dos indígenas e dos camponeses migrantes, compõem esse quadro os fazendeiros e seus funcionários, atores externos qualificados como exploradores do homem e da terra, detentores do poder político, sem nenhum apego ao cotidiano da região. Sem arroudeio denuncia a forma como se dá essa exploração:

O restante da população está formado por fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, QUASE SEMPRE SULISTAS

DISTANTES, como estrangeiros de espírito, um pouco super-homens, exploradores da terra, do homem e da política (CASALDÁLIGA, 1971, p. 5).

Conclui esse mosaico enfocando outras categorias, de certo modo comuns na composição do tecido social de qualquer região do país. Contudo, faz uma relação entre o capital e trabalho, quando evidencia os peões, trabalhadores braçais, que vendem a sua força de trabalho aos fazendeiros da região:

Por funcionários da FUNAI e de outros organismos oficiais, com características próprias do funcionário “no interior”. Por comerciantes e marreteiros, motoristas, boiadeiros, pilotos, policiais, vagabundos, foragidos e prostitutas. E principalmente por peões: os trabalhadores braçais contratados pelas fazendas agropecuárias, em regime de empreitada (CASALDÁLIGA, 1971, p. 5).

A Carta Pastoral nomeia as grandes empresas e explicita o tamanho das áreas utilizadas por elas. Responsabiliza o governo, através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), como responsável pela aprovação e financiamento dos empreendimentos latifundiários. Acusa o uso do dinheiro do povo para estimular o capital particular, entre eles o estrangeiro.

Casaldáliga faz um apelo à Igreja do Brasil e à CNBB, cobrando os compromissos assumidos com a região amazônica:

Chamamos angustiosamente a toda a Igreja do Brasil, à qual pertencemos. Pedimos, exigimos fraternalmente, sua decisão, e a corresponsabilidade plena na oração, no testemunho, no compromisso, na colaboração de agentes e meios pastorais. (Na mente de quase todos os que ainda lutam desinteressadamente, somente a Igreja parece ter uma possibilidade decisiva nesta hora.) Da CNBB – na qual agora mais confiamos – pedimos o cumprimento, pronto e eficaz, de um programa decididamente realista no compromisso que ela publicamente assumiu sobre a Amazônia, com caráter de prioridade (CASALDÁLIGA, 1971, p. 28).

Aos católicos que detêm terras e explora a população, o bispo cobra uma postura cristã diante da escravidão e das mortes dos peões. É enfático ao questionar posturas dúbias: “doação e omissão”. Afirma que é necessário ter posição: ou se segue a Cristo ou ao individualismo (posses):

Aos “católicos” latifundiários que escravizam o povo de nossa região – eles mesmos alienados, muitas vezes pela convivência interessada ou cômoda de certos elementos eclesiais – pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua fé e o seu egoísmo. “Não se pode servir a dois senhores” (Mt. 6, 24). Não lhe adiantará “dar Cursilhos” em São Paulo ou patrocinar o “Natal do pobre” e entregar esmolas para as “Missões”, se fecham os olhos e o coração para os peões escravizados ou mortos nas suas fazendas e para as famílias de posseiros que os seus latifundiários deslocam num êxodo eterno ou cercam sadicamente fora da terra necessária para viver (CASALDÁLIGA, 1971, p. 28).

No Nordeste, a Igreja lança o documento “Eu ouvi os clamores do meu povo”, assinado por 14 bispos e quatro superiores de congregações, em 6 de maio de 1973, manifestando publicamente a preocupação com o sofrimento imposto pelo governo e as

oligarquias ao povo nordestino. Coloca-se ao lado dos pobres e defende um projeto de libertação:

Diante do sofrimento da nossa gente, humilhada e oprimida há tantos séculos em nosso País, vemo-nos convocados pela Palavra de Deus a tomar posição. Posição ao lado do povo. Posição juntamente com todos aqueles que, com o povo, se empenham por sua verdadeira libertação (BISPOS E SUPERIORES RELIGIOSOS DO NORDESTE, 1973, p. 1).

São falas oficiais de Igrejas da Amazônia e do Nordeste que começam, em nome do evangelho e da opção preferencial pelos pobres, a esgrimir argumentos teológicos, bíblicos, sociais e políticos contra o regime militar, as oligarquias e o latifúndio. Não podem ser vistas como falas isoladas, o que não significa uma unidade eclesial em torno de uma posição firme e clara ao lado dos empobrecidos. Aliás, não se pode ver a Igreja como um monobloco, pois no seu interior sempre existiram disputas entre setores conservadores (muitas vezes reacionários) e progressistas (inclusive radicais).

Como afirmado anteriormente, mesmo antes do Encontro Pastoral da Amazônia de junho de 1975, havia no campo brasileiro diversas tensões e apelos, forçando o surgimento de uma Pastoral voltada para os conflitos agrários. Não foi um evento que fundou a CPT; foi o processo no qual a Igreja comprometida com os pobres se envolveu, desde os anos 50 do século passado, que partiu da realidade do povo do campo e exigiu modificações na estrutura agrária.

Naquela conjuntura estava sendo adotado um novo jeito de ser da Pastoral na Igreja do Brasil, com ênfase no Nordeste. Uma Pastoral que incidia na estrutura; que se posicionava de forma moderna contra as oligarquias e seus mandos; que propunha transformações na região nordestina; que exigia do governo projetos desenvolvimentistas que levassem a industrialização e promovessem a reforma agrária.

O processo, aparentemente obstruído em 1964, prosseguia num ritmo lento e, muitas vezes, silencioso. Parte da Igreja e da sociedade não aceitava o golpe dado na democracia. Apesar da repressão imposta pelos militares aos que se colocavam contra o seu governo, ocorriam denúncias, ações e reações. Antes de ser uma resposta àquela realidade, a CPT é o resultado do processo iniciado na década de 50.

Nasce aceitando e ampliando o agir de uma Pastoral de risco e desenvolve o seu trabalho no conflito. Sua leitura da realidade dá-se a partir da vida das comunidades pobres. É, antes de tudo, uma Pastoral de fronteira: sendo Igreja, atua junto aos ameaçados pelo sistema capitalista no campo. Esse é seu método de atuação, incompreendido, muitas vezes, até mesmo pela hierarquia da Igreja:

Foi assim que ela foi criada: em meio ao conflito, gerando outros conflitos. Para os grandes proprietários e grileiros, significava a *prática organizada da igreja comunista*, contrária ao Papa e a Deus; para os ditadores e seus favorecidos, era mais uma *ameaça à segurança nacional, criadora de conflitos no campo*; para alguns bispos e padres, *uma estranha pastoral*, não entendendo como a terra precisaria de pastoral. No conjunto, os setores dominantes sentiram que estava surgindo algo que poderia incomodar, ameaçando desestabilizar seus privilégios (CPT, 1997, p. 35).

Não se nega o mérito do evento compreendido como o Encontro Pastoral da Amazônia e, muito menos, se despreza ou ignora a conjuntura política do Brasil na metade da década de 70. Apenas se está a construir um entendimento de que o processo histórico com suas contradições, conflitos e tensões gerou os elementos que deram origem à CPT. Claro que houve uma certidão de nascimento: 22 de junho de 1975. E que havia uma conjuntura: o governo militar e o avanço do capital na fronteira agrícola da Amazônia. Evidente que aconteceram apelos: a violência contra os povos do campo:

A CPT nasce num dos momentos mais cruéis da história dos trabalhadores rurais deste País. Ela nasce no momento em que a expansão territorial do grande capital em direção à Amazônia se faz à custa do genocídio das populações indígenas e à custa do massacre das populações camponesas; se faz através de expulsões e despejos violentos efetuados por particulares, através dos assassinatos indiscriminados e não punidos, através de todo o tipo de patifaria que se possa imaginar, contra a dignidade humana. Essas coisas se juntam a um conjunto de outros elementos que nos ajudam a entender por que a CPT nasce naquela hora e por que nasce como um trabalho de Igreja (CPT, 1997, p. 70-71).

1.10.1 A organicidade da Comissão Pastoral da Terra

Do encontro pastoral da Amazônia foi confiada a uma comissão a missão de articular e organizar os trabalhos que faziam as Igrejas junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra. A sua organização jurídica só ocorreu em 1977, quando foi aprovado o estatuto e eleita uma diretoria para um mandato de dois anos, sendo o seu primeiro presidente Dom Moacyr Grechi. Em 1981 houve mudanças na forma jurídica e administrativa de funcionamento: um presidente, um vice, um secretário executivo e quatro representantes dos regionais.

Nasceu, também, ecumênica, entendendo essa experiência com a base (os povos do campo) e com as Igrejas cristãs como fundamental para a ampliação do trabalho e como sinal do reino de Deus. Cresceu no caminho da unidade de povo de Deus, dedicando parte do seu tempo a essa vivência. Experimentou outras experiências espirituais, como a dos indígenas, sem perder a sua identificação com o evangelho. Em 1985, a assembleia elegeu como vice-

presidente o pastor Inácio Lemke, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECBL), reeleito em 1987. Afirma assim a sua dimensão ecumênica:

O horizonte maior da Pastoral da Terra sempre foi, desde o começo, a efetivação dos “novos céus e a nova terra” esperados, conforme o Apocalipse de São João. Na luta da terra, o reino e o Projeto de Deus tomam formas históricas determinadas, sem ficar presos nelas. Este horizonte fez da CPT uma pastoral “além-muros”, de/na fronteira também das Igrejas. Por isso, a atitude ecumênica da unidade do povo de Deus no serviço à vida e aos pobres acompanhou a CPT desde o seu surgimento. O ecumenismo é intrínseco a sua identidade e vocação, à medida que a pastoral da terra se identifica com os trabalhadores rurais na solidariedade e no apoio a suas lutas, na valorização de suas expressões religiosas, que além do mais, transcendem os limites das Igrejas cristãs (CPT, 1997, p. 206).

A CPT aprofundava a sua autonomia e o seu ecumenismo, com o sentido de servir mais e melhor. Esse caminho encontrava obstáculos dentro da CNBB. Na assembleia nacional da CPT de 1989, houve uma modificação no estatuto, para acentuar o ecumenismo e a representatividade regional, fazendo-se a opção de eleger um vice-presidente por região e um na assembleia, totalizando seis vice-presidentes. Essa decisão colocou em confronto a CPT e a CNBB. Desse processo foi firmado um termo de acordo determinando que o presidente, o vice e o secretário executivo deveriam ser cristãos católicos. As sugestões contidas no acordo foram formalizadas durante a assembleia de 1990. Foi preterido o termo Diretoria, restando em seu lugar Conselho Diretor, formado pelo presidente, pelo vice e por um representante de cada região.

5ª - A CPT, na sua estrutura organizativa, procurará refletir sempre a sua característica de serviço pastoral da Igreja Católica vinculada à CNBB.
 § 1º – Por isso, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário Executivo serão exercidos por membros da Igreja Católica;
 § 2º – O cargo de presidente da CPT caberá a um bispo da Igreja Católica;
 § 3º – Membros das Igrejas Cristãs Irmãs poderão ser indicados pela Assembleia Geral da CPT para compor o Conselho Diretor até 1/3 do número de seus componentes (CNBB, 1989).

O processo avaliativo é uma constante na vida da CPT. Em 1999, após quase uma década dos ajustes propostos no acordo com a CNBB, ocorreram novas mudanças no seu estatuto, que resultaram na Coordenação Nacional Colegiada, com mandato de três anos, sendo retirado da organicidade o seu secretário executivo. Em 2012, por força das exigências jurídicas, é retomada a Diretoria, composta por um presidente, o vice e uma Comissão Executiva.

1.10.2 Missão da CPT

A CPT trabalha com algumas categorias, entre elas, pobres, camponeses e comunidades tradicionais. Desde o seu início, combate o avanço do capitalismo que impacta os que vivem no campo e os seus territórios. Essa ação junto aos mais fracos economicamente encontra razão na sua prática evangélica. Em sua missão, elaborada em novembro de 1998 por agentes que participavam da CPT há mais de dez anos, revista e aprovada durante o I Congresso da CPT, realizado em Bom Jesus da Lapa, no período de 28 de maio a 1º de junho de 2001, acham-se explicitados a sua identidade e o seu serviço pastoral destinado ao povo do campo. Segundo os militantes da virada do século, a CPT foi

convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus. A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo. A CPT reafirma seu caráter pastoral e retoma, com novo vigor, o trabalho de base junto aos povos da terra e das águas, como convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria: 1. nos seus processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais); 2. nos seus processos de formação integral e permanente: a partir das experiências e no esforço de sistematizá-las; com forte acento nas motivações e valores, na mística e espiritualidade; 3. na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças; sempre contribuindo para articular as iniciativas dos povos da terra e das águas e buscando envolver toda a comunidade cristã e a sociedade, na luta pela terra e na terra, no rumo da “terra sem males” (CPT, 2015).

Centrada na sua missão de servir, criou espaços de escuta dos clamores dos povos do campo, como a Assembleia Nacional, com participação das bases e de agentes e o Congresso, que é constituído por uma maioria expressiva de camponeses.

1.10.3 O Congresso: escutas e rumos

O congresso é resultado do processo avaliativo que culminou com a assembleia de 1999, quando foram instituídas as assembleias anuais, com uma maioria de agentes da CPT, e o congresso com um intervalo de quatro anos, com a presença de todas as regiões e tendo a maioria dos que vivem e trabalham no campo, na roça, na pesca e na extração.

Sua importância é a atualização da ação político-pastoral a partir das falas dos camponeses. Na maioria, os temas estão ligados aos seus lugares e às suas lutas. Suas falas

motivam os debates durante e após os congressos; são orientações gerais, com feições regionais, que definem a ação e a unidade da CPT nas suas relações com as Igrejas, com os movimentos sociais do campo, com os parceiros nacionais e internacionais e com os governos.

As informações utilizadas sobre os congressos foram extraídas do “**Poronga 1 e 2, o almanaque da CPT**” (2015), duas publicações exclusivas para animar o IV Congresso da CPT. O primeiro congresso foi realizado na Bahia, nas grutas de Bom Jesus da Lapa, entre os dias 28 de maio e 1º de junho de 2001. A igreja celebrava o Jubileu de Jesus, e a CPT o relacionou ao tema “Terra, Água, Direitos: Eis o Tempo Jubilar”. Participaram aproximadamente 460 pessoas. O Nordeste, por seus conflitos agrários e com 46% de trabalhadores do campo do país, foi escolhido para inaugurar essa nova instância da CPT.

Em 2005, a CPT celebrou trinta anos do seu nascimento e realizou o seu segundo congresso na cidade de Goiás. O lugar, de novo, influenciou o espírito dos participantes: a Diocese de Goiás, protagonista da primeira hora da CPT e de muitas e renhidas lutas contra a praga do latifúndio (Siqueira, 2010). De acordo com o **Almanaque Poronga da CPT**, o segundo congresso reuniu 986 pessoas (579 homens e 407 mulheres) de 14 a 18 de junho, sendo 601 trabalhadores, 323 agentes, 50 convidados e 12 bispos. Aprofundou-se a sua relação com os pobres e com Deus, com o tema **Fidelidade ao Deus dos Pobres, a Serviço dos Povos da Terra**. Conforme (Siqueira, 2010), para Dom Pedro Casaldáliga ali reside o tema e o lema definitivo da CPT.

Foi em Montes Claros, no semiárido mineiro, com a diversidade do cerrado e da caatinga e lugar de resistência, que ocorreu o III Congresso, com o lema: “No Clamor dos Povos da Terra, a Memória e a Resistência em Defesa da Vida”. Transcorreu no período de 17 a 21 de maio de 2010, contando com 760 participantes (272 agentes pastorais, 376 trabalhadores e 112 convidados, sendo 440 homens e 320 mulheres).

Em Porto Velho (RO), de 12 a 17 de julho de 2015, com o tema **Memória, Rebeldia e Esperança dos Pobres da Terra** e a participação de 820 pessoas, entre camponeses e camponesas, indígenas, agentes da CPT, bispos católicos e da Igreja Ortodoxa Grega, pastores e pastoras, rezadores e rezadeiras, a CPT celebrou os 40 anos de atuação no campo brasileiro em seu IV Congresso.

Os congressos contribuem na forma e no conteúdo do serviço pastoral exercido pela CPT. São eleitas as prioridades e o rumo dos quatro anos seguintes à realização do Congresso.

É perceptível como a fidelidade, os pobres e a terra são recorrentes, constituindo-se nas condições básicas e essenciais para a sua existência.

1.10.4 Os Regionais

A presença em todas as regiões do país, através dos seus 21 regionais¹⁷ – Acre, Amapá, Amazonas, Araguaia/Tocantins, Bahia, Ceará, Espírito Santo/Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Nordeste 2 (AL, PE, PB e RN), Pará, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo –, garante uma leitura atualizada e total da conjuntura e da estrutura do campo brasileiro. Não se está a defender que essa presença resulte numa única forma de ser da CPT. Isso não seria possível. As respostas acontecem nas regiões e nas localidades, com suas especificidades econômicas, políticas e culturais. É lá que se combate o modelo nacional de produção.

Tomando o Nordeste e observando, como exemplo o Estado de Alagoas e sua estrutura agrária, logo se percebe que é a matriz de produção nas mesorregiões que determina as relações de poder. Nas microrregiões podem-se encontrar formas diferenciadas de utilização da terra e da força de trabalho. Isso já seria suficiente para aceitar o argumento de que não existe um sistema de resposta único para qualquer situação de conflitos agrários. Desse modo, a resistência que ocorre no Sertão é diferente da região na Zona da Mata. O modo como a terra é explorada (canaviais, fazendas de gados, entre outras formas) definirá o tipo de mando e a reação dos afetados por esse mando. Os semterra da Mata encontram a sua força de ação, na sua maioria, nos que trabalhavam ou trabalham na cana-de-açúcar; já no Sertão essa força tensionadora vem dos meeiros e arrendatários. Portanto, são relações de produções bem distintas.

Contudo, pode-se afirmar que existe uma identidade pastoral que se materializa pela missão da CPT e exige dos seus membros uma fidelidade a Deus e aos pobres da Terra. Também se tem uma unidade nacional, forjada nos espaços de discussões amplos e

¹⁷ A Comissão Pastoral da Terra está organizada em todo o território nacional em 21 regionais. Cada regional tem uma coordenação, eleita em assembleia, de acordo com o regimento interno e um Conselho Regional. Há, ainda, algumas CPT que possuem uma coordenação ampliada, mas todas se articulam com o Regional da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do qual fazem parte. Elas articulam-se ainda com as diversas organizações de trabalhadores do campo. Cada CPT regional é composta por equipes de base, ou locais, que fazem o acompanhamento direto junto aos camponeses e suas organizações. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/organizacao/regionais>

participativos, como as assembleias, os congressos, e nas formações em que agentes e camponeses se unem em torno do político.

1.10.5 O Regional Nordeste II

Na composição dos regionais que formam a organicidade da Comissão Pastoral da Terra, encontra-se o Regional Nordeste II, composto pelos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Pode-se atribuir o seu surgimento a duas questões, a saber: a relação que a Pastoral Rural tinha com a CPT nacional e ao conflito com o arcebispo de Recife, Dom José Cardoso, sucessor de Dom Hélder Câmara. Dom José era um arcebispo alinhado ao segmento conservador da Igreja e combatia a Teologia da Libertação.

Na presidência da CNBB NE II, em 1988, Dom José Cardoso desautorizou o trabalho e a prática da Pastoral Rural. Naquela época, havia um relacionamento estreito desde 1986 entre a Pastoral Rural e a Comissão Pastoral da Terra; em alguns Estados, como Alagoas, os membros da Pastoral Rural¹⁸ já participavam das assembleias e formações idealizadas pela CPT nacional.

Esse conflito com o arcebispo de Recife antecipou o que inevitavelmente iria ocorrer processualmente: a metamorfose de Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra. Foi o pretexto ou a ocasião para a Pastoral Rural se filiar definitivamente à CPT Nacional, assumindo o nome de CPT Regional Nordeste II, aumentando a abrangência dos trabalhos e adotando a metodologia e as orientações da CPT Nacional.

O Regional Nordeste II é formado oficialmente por dez equipes locais, sendo uma equipe em Alagoas; quatro na Paraíba, quatro em Pernambuco e uma no Rio Grande do Norte. As equipes que compõem essa regional são orientadas politicamente pelas definições construídas nas assembleias e o no congresso nacional da CPT, bem como pelas assembleias regionais e pelo Conselho Regional.

¹⁸ A pastoral rural é uma ação direcionada aos católicos rurais; trata-se de uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos nas áreas rurais. (Lima, 2013, p. 367).

Quadro 1 - Informações sobre as CPT Regional Nordeste II

CPT REGIONAL NORDESTE II		
Estado	Equipe	Endereço
Alagoas	Alagoas	Av. Dom Antônio Brandão, 559 – Farol CEP: 57021-190, Maceió/AL - Fone: (82) 3221-8600 <i>e-mail:</i> pastoradaterradealagoas@gmail.com
Paraíba	Cajazeiras	Rua Francimeire Rolim de Albuquerque, s/n – Gilliard II CEP: 58900-000 – Cajazeiras/PB - Fone: (83) 3531-6032 <i>e-mail:</i> cptsertao@uol.com.br
	Campina Grande	Rua Maciel Pinheiro, 170 – Centro CEP: 58100-070 Campina Grande/PB - Fone: (83) 3343-5038 <i>e-mail:</i> cptcg@ig.com.br
	Guarabira	Praça Monsenhor Walfredo Leal, 60 – Centro CEP: 58200-000 Guarabira/PB - Fone: (83) 3271-2209 <i>e-mail:</i> cptguarabira@yahoo.com.br
	João Pessoa	Mosteiro de São Bento - Rua General Osório, s/n – Centro CEP: 58015-790 João Pessoa/PB - Fone: (83) 3221-6115 <i>e-mail:</i> cptpb@ig.com.br
Pernambuco	Garanhuns	Rua Diário de Pernambuco, 301 – Heliópolis CEP: 55298-170 – Garanhuns/PE - Fone: (87) 3763-4669 <i>e-mail:</i> agreste@cptpe.org.br
	Litoral	Rua Esperanto, 490 – Ilha do Leite CEP: 50070-390 – Recife/PE - Fone: (81) 3231-4445 <i>e-mail:</i> cpt@cptpe.org.br
	Mata Sul	Rua Vigário Bastos, 1198 – Centro CEP: 55540-000 – Palmares/PE - Fone: (81) 3661-1320 <i>e-mail:</i> matasul@cptpe.org.br
	Pajeú	Av. Gustavo Fittipaldi, 104 – Centro CEP: 56800-000 Afogados da Ingazeira/PE - Fone: (87) 3838-1964 <i>e-mail:</i> cptpajeu@planetacyber.com.br
Rio Grande do Norte	Mossoró	Cúria Diocesana - Praça Coração de Jesus, s/n – Centro CEP: 59600-630 – Mossoró/RN - Fone: (84) 3316-4360 <i>e-mail:</i> cptrn@cptne2.org.br

Fonte: (CPT NE II, 1994)

As prioridades do Regional Nordeste II¹⁹ são: a conquista da terra e da reforma agrária, o acesso e a defesa das águas, e a promoção dos direitos da cidadania plena no campo. As ocupações de terra encontraram um espaço significativo nas equipes da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas. Esses estados têm em comum, no tocante à atuação da CPT, o latifúndio canavieiro e suas transformações: banguê, usinas, agronegócio. Assim, essas equipes experimentaram desde a sua fundação os conflitos por terras. Envolvendo-se nas ocupações de terras na região do Nordeste, essa atuação difere da das outras regiões do país.

A equipe da CPT de Mossoró, no Rio Grande do Norte, é exceção quando o tema é ocupações de terra. Os trabalhos desenvolvidos por aquela equipe ocorrem junto aos sindicatos rurais, aos MST e a outras organizações que atuam no campo daquela região. Envolvem-se nos conflitos de terra através de apoios e assessorias. Esse aspecto não diminui a

¹⁹ Informações retiradas do *site* da CPT Nordeste II. Disponível em: <http://www.cptne2.org.br/index.php/quem-somos/historico-da-cpt-nordeste.html>

importância dos trabalhos da CPT de Mossoró, apenas não lhe confere uma ação desenvolvida como a dos outros estados que compõem o Regional Nordeste II.

Figura 1 - Localização geográfica (2000-2003) – Famílias em ocupação de terras acompanhadas pela CPT



Fonte: Data luta – Banco de dados da luta pela terra, 2013.

A CPT/AL contribuiu com a fundação do Regional Nordeste II, assumindo as definições políticas até o ano de 1994. No segundo semestre daquele ano, as equipes do Sertão e da Mata de Alagoas decidiram romper com a estrutura regional da CPT, argumentando sobre a falta de espaço político nas instâncias de decisões do regional Nordeste II. A CPT alagoana propôs à CPT nacional a criação do Regional da CPT de Alagoas, como forma de manter uma atuação ainda vinculada às orientações da CPT nacional.

A CPT nacional, em carta datada de 1º de novembro de 1994, destinada às equipes da CPT da Zona da Mata e do Sertão de Alagoas, assinada pelo seu secretário executivo, Irio Luiz Conti, reconhece o trabalho da CPT de Alagoas no combate à violência contra os trabalhadores nos canaviais e os pequenos produtores, contudo nega a possibilidade de criar um Regional específico para Alagoas. Apela para a manutenção do diálogo como garantia do serviço pastoral da CPT.

A Coordenação Estadual da CPT de Alagoas responde à CPT Nacional, em 21 de dezembro de 1994 e afirma que continuará a acompanhar os excluídos da terra. Considera o processo de ruptura desgastante e angustiante. Na ocasião, é comunicado que os trabalhos continuarão e que será criada uma nova entidade chamada Pastoral da Terra de Alagoas. Portanto, apesar do afastamento da organicidade da CPT nacional e regional, houve uma preocupação em manter a natureza pastoral de origem e a atuação nos conflitos por terra.

Esse distanciamento não foi suficiente para uma ruptura profunda entre a CPT/AL e as instâncias da CPT. A opção em continuar sendo, ainda que local, uma Pastoral da Terra, atesta que havia desencontros políticos e disputas de ideias, contudo as linhas da CPT foram mantidas, demonstrando que o diálogo, de certa forma, iria permanecer. Esse distanciamento foi temporário; em 1997 o diálogo foi restabelecido entre a Pastoral da Terra de Alagoas e a CPT Regional Nordeste II.

O retorno ocorreu em 1998. Vale ressaltar que o padre maltês Alexander Cauchi foi uma personalidade fundamental na construção dessa reaproximação. O missionário chegou a Alagoas em 1996, para a paróquia de Nossa Senhora da Graça, em Murici. Conhecia o trabalho da CPT, e logo procurou se engajar nas atividades em Alagoas, tornando-se uma espécie de interlocutor. O fato de não ter vivenciado o conflito que resultou no afastamento favoreceu a sua atuação.

Esse retorno foi decisivo para o envolvimento da CPT/AL nas ocupações de terras no Estado. As CPT da Paraíba e de Pernambuco já estavam envolvidas nesse processo de

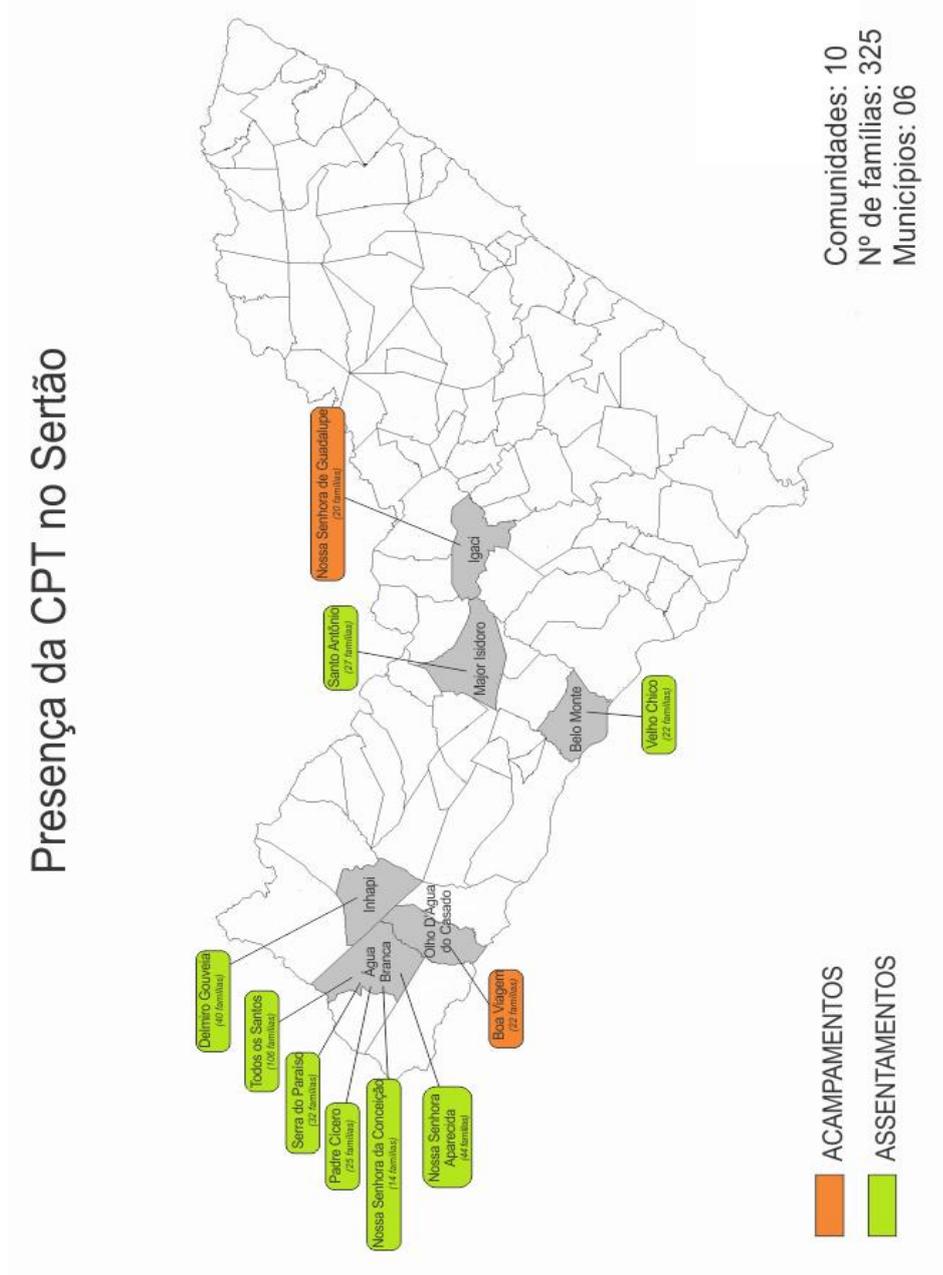
ocupação de terras açucareiras; talvez aí se ache o motivo que impulsionou esse retorno. Padre Alexander, então seminarista, passou um ano na Paraíba; foi lá que conheceu a CPT e conviveu com as lutas dos semterra. É possível que sem essa reaproximação não existisse o evento Flor do Bosque. Essa possibilidade será aprofundada no decorrer do trabalho.

A partir da experiência da Flor do Bosque, a CPT de Alagoas estendeu os seus trabalhos para a região do Litoral e retomou a atuação no Sertão. A presença nas ocupações de terra ocorreu com mais frequência e, processualmente, se tornou a atividade mais relevante, o que inevitavelmente conduziu os trabalhos da CPT para o conflito agrário:

Ao contrário, a CPT está claramente acentuando o conflito agrário, único modo de tornar legítima a discussão da própria reforma agrária, pelo estreitamento que o sistema realiza nas malhas de ação; neste sentido, ela é um avanço frente aos trabalhos de sindicalização rural que chegaram ao SORAL em Alagoas, por via da Arquidiocese de Natal, por meio do serviço de assistência rural (ALMEIDA, 2010, p. 25).

Os caminhos do conflito foram significativos, mas não alteraram, nem poderiam, a sua pastoralidade, que se manifesta nas romarias da terra e das águas, nos retiros, nos jejuns, nos estudos bíblicos, na relação com a hierarquia da Igreja, nas celebrações dos mártires. Essa pastoralidade também é encontrada nos conflitos e se expressa nos acompanhamentos, nas áreas de assentamentos (20) e acampamentos (14), com presença nas regiões da Mata, Sertão e Litoral.

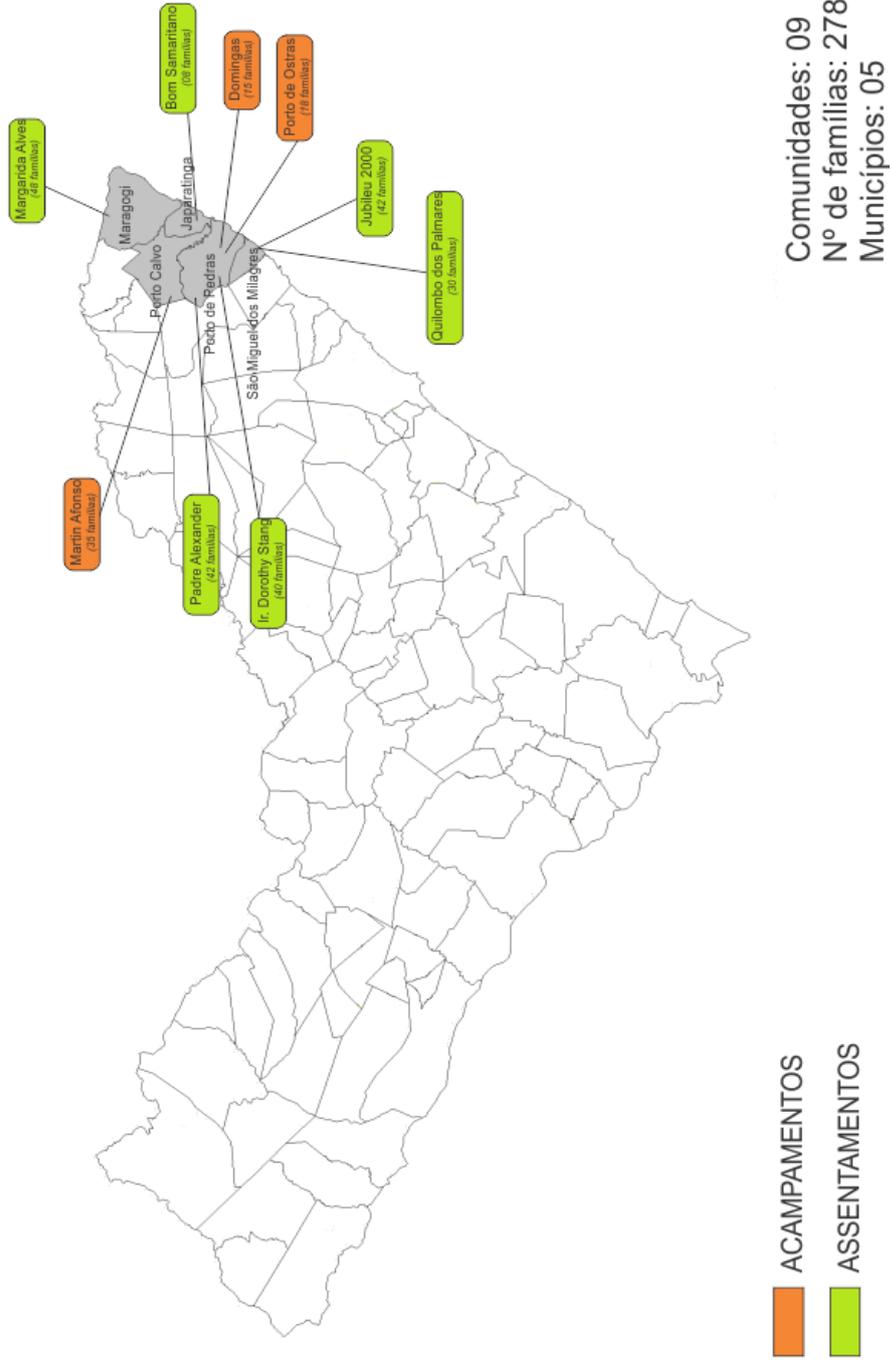
Figura 2 - Municípios com Instâncias da CPT no Estado de Alagoas (por região) I



Fonte: (PT/AL, 2013)

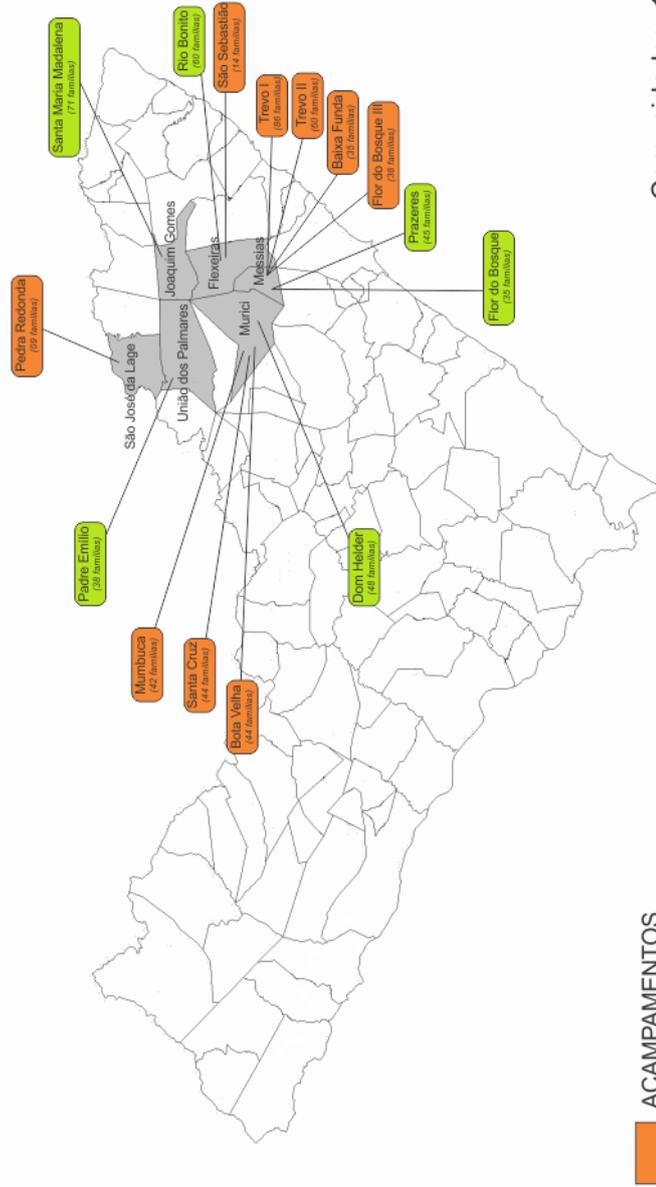
Figura 3 - Municípios com Instâncias da CPT no Estado de Alagoas (por região) II

Presença da CPT no Litoral Norte



Fonte: CPT/AL, 2013

Presença da CPT na Mata Norte



■ ACAMPAMENTOS
■ ASSENTAMENTOS

Comunidades: 15
 Nº de famílias: 669
 Municípios: 06

2 A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS

2.1 O serviço pastoral

A CPT em Alagoas nasce, como em todo o país, como um serviço pastoral da Igreja aos que são explorados no campo ou impedidos de usar a terra como meio de produção camponês. Os conflitos no campo, sejam agrários ou trabalhistas, são parte da natureza fundante da CPT. Em Alagoas, a partir da leitura realizada dos primeiros relatórios da CPT/AL, identificaram-se os conflitos trabalhistas como resultado do processo de exploração a que os canavieiros são submetidos. A reação desses assalariados, quando recusam o fardo, por diversas vezes gerou tais conflitos.

Esses conflitos trabalhistas estendem-se até as ameaças físicas. Os exploradores da força de trabalho fazem uso de homens armados para manter a ordem e o respeito às suas decisões. Essa configuração não tem seu fim na negação dos direitos trabalhistas, mas se mantém como meio de intimidação, impondo uma “cultura do medo”²⁰ presente no território da Zona da Mata canavieira que, conforme relatório da CPT/AL, enraizou-se e ganhou espaço por todo o território alagoano:

A zona canavieira totalmente dominada pela monocultura da cana-de-açúcar e conseqüentemente pelos usineiros e fazendeiros, maestros de inúmeras atividades executadas por seus capangas, pistoleiros... Os trabalhadores espectadores históricos da atuação desvairada dos seus patrões, preferem calar-se, por medo de represálias ou por dependência financeira. A dependência entre trabalhador e patrão já está impregnada no dia a dia da região canavieira, mas não apenas na zona canavieira, como em todo o estado²¹.

Contudo, é necessário observar os movimentos da Igreja de Alagoas que atuam no campo, anteriormente ao surgimento da CPT/AL na Arquidiocese de Maceió; entre esses sujeitos eclesiais destaca-se o Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL), que surge em Alagoas em 1961 como decorrência da realização da 6ª Semana Ruralista. Essas Semanas Ruralistas eram uma espécie de movimento da Igreja estimulado pela Carta Pastoral

²⁰ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Encontro estadual sobre violência**. Alagoas. 1993. p. 5.

²¹ Idem, ibidem. p. 5.

de Dom Inocêncio Engelke, de 10 de setembro de 1950, bispo de Campanha, em Minas Gerais.

A respeito dessa Carta Pastoral, abordada na parte anterior, esclarece Medeiros:

Após a 1ª Semana Ruralista da Arquidiocese de Maceió, foi realizada uma série de outras, ano a ano, num total de seis semanas, em diversos municípios do Estado, todos compreendidos na Zona da Mata e que praticavam em sua maioria a monocultura da cana. A 6ª Semana Ruralista arquidiocesana ocorreu em 1961, ano em que ocorreu também o 1º congresso de trabalhadores católicos, promovido pelo “movimento por um mundo melhor”, com a intenção de criar Serviço de Orientação Religiosa de Alagoas (SORAL), que igualmente aos seus congêneres em Pernambuco (SORPE – criado também 1961) e no Rio Grande do Norte (SAR – o mais antigo, criado em 1949, mas que tem sua equipe de sindicalização formada apenas em 1960), desenvolveu um processo de sindicalização rural no Estado e de formação de lideranças rurais (MEDEIROS, 2007, p. 99).

O SORAL ou a sindicalização rural como um serviço da Igreja, conforme sugere a orientação da Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke: “É o caso de concluirmos, com coragem cristã, o pensamento do Pontífice: já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operário rural”²² –, surge como uma preocupação para evitar que os trabalhadores rurais seguissem as orientações dadas pelos comunistas, que já haviam seduzido os operários urbanos, o que inevitavelmente os distanciou da Igreja. Nesse mesmo caminho, Mello (1990) esclarece que o irromper do SORAL seria uma reação da Igreja às Ligas Camponesas. As Ligas eram organizações de trabalhadores rurais com influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse serviço de orientação religiosa dedicava-se à educação de base e à capacitação de lideranças, formando-as e fundando sindicatos rurais.

2.2 A transição: de Pastoral Rural à Comissão Pastoral da Terra

Outro sujeito que deve ser mencionado no contexto que antecede ao surgimento da CPT/AL é a Pastoral Rural. Nasce em 1976, na paróquia Santa Maria Madalena em União dos Palmares, com a colaboração de padre Emilio April e do leigo José Martins, contando com a anuência de Dom Miguel Câmara. Esse serviço pastoral adquiriu o maior volume quando a Arquidiocese de Maceió, em 1984, acolheu os padres Aldo Giazzon e Luís Canal, italianos que assumiriam respectivamente as paróquias de Colônia Leopoldina e Novo Lino,

²² CNBB. **Pastoral da terra**. Estudos da CNBB n. 11. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1981, 1981. p. 44.

dedicando-se aos trabalhos da Pastoral Rural, com a missão de estendê-lo a outras regiões do estado, como desejava o arcebispo:

O nascimento da Pastoral Rural na Arquidiocese de Maceió se deu em 1976 com a chegada de um trabalhador rural de Paraíba em União dos Palmares, onde foi criada a primeira equipe. Esta foi reconhecida pelo Arcebispo Dom Miguel Câmara, que sugeriu a sua expansão em toda a Diocese.

Em 1984 chegaram à Arquidiocese de Maceió os padres Luís e Aldo, assumindo as paróquias de Colônia Leopoldina, Novo Lino e Jacuípe e se dispondo, de acordo com o Bispo, para um serviço à Pastoral Rural na Diocese e no Estado²³.

Ainda, conforme se constata nos arquivos da CPT/AL em 1985, esse trabalho já atingia a província eclesiástica de Alagoas com trabalhos na região do Sertão (Inhapi, Água Branca e Delmiro Gouveia), do Agreste (Arapiraca) e da Zona da Mata (União dos Palmares, Santana do Mundaú, Viçosa, Novo Lino e Colônia Leopoldina)²⁴.

Não seria exagero afirmar que da Pastoral Rural deriva a CPT alagoana. Essa transição merece algum detalhamento. Para dirimir quaisquer dúvidas ou erros de interpretações, frisa-se que esse percurso não é resultado de conflitos políticos ou metodológicos internos da Pastoral Rural; resulta, em verdade, de uma iniciativa da hierarquia da Igreja, em particular do arcebispo de Olinda e Recife, Dom José Cardoso, que respondia pela presidência da CNNB Regional Nordeste II (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte).

Esse conflito é compreendido como parte de um processo conduzido por setores da Igreja para inibir as ações dos movimentos seguidores da Teologia da Libertação. Esse movimento reacionário ficou conhecido como “desmonte eclesiástico”²⁵, sendo responsável pelo fim da atuação da Pastoral Rural no Regional da CNBB Regional Nordeste II. Naquele período, anos 80, a Pastoral Rural de Alagoas, em conformidade com o Regional Nordeste II, atuava em três linhas de ação²⁶:

- 1- ASSALARIADOS da cana. Ajudando os trabalhadores na informação e formação das campanhas salariais e na reivindicação dos direitos.
- 2- SINDICALISMO: informando e formando para uma consciência sindical nova e apoiando a formação de sindicatos autênticos.

²³Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: relatórios: **A Pastoral Rural na Arquidiocese de Maceió**. Alagoas. 1986. p. 1.

²⁴Idem, ibidem. p. 1.

²⁵“Por iniciativa do Arcebispo de Olinda e Recife D. José Cardoso, no processo denominado ‘desmonte eclesiástico’, demitiram-se todos os integrantes do Setor de Pastoral Rural da CNBB-NE II”. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: carta: **Na confiança nos dirigimos a você**. LIBERATO, Arnaldo; ANDRADE, Flávio; ALDO, José e MARQUES, Lenivaldo. Recife, 26 de setembro de 1994.

²⁶Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: relatórios: **A Pastoral Rural na Arquidiocese de Maceió**. Alagoas. 1986. p. 2-3.

- 3- **ÁREAS DE CONFLITOS DE TERRA:** acompanhar e articular as áreas onde surgem conflitos de terra, marcando a presença solidária da Igreja junto aos desprotegidos e somando forças com outras entidades para o advento da Reforma Agrária (CPT, 1986, p. 2-3).

Nesse conflito, o arcebispo de João Pessoa, Dom José Maria Pires, cumpriu papel fundamental, acolhendo aqueles que eram perseguidos, inclusive padres e seminaristas. Esse tensionamento apressou um processo que poderia naturalmente levar a Pastoral Rural a assumir a identidade pastoral e política da CPT. Convém acrescentar que se denomina transição da Pastoral Rural à CPT/AL o importante papel que cumpriram os padres responsáveis pelos trabalhos da Pastoral Rural em Alagoas, que participaram ativamente do processo de ruptura imposto pelo arcebispo de Olinda e Recife e, conseqüentemente, da fundação da CPT no Regional Nordeste II e de sua criação na Arquidiocese de Maceió. Caso esses padres insistissem na continuidade do trabalho da Pastoral Rural, a CPT teria surgido por outras mãos ou a partir de outros conflitos. Esses argumentos explicam, em parte, o que se chama de derivação.

Soma-se a esses argumentos, o que reforça o argumento da transição pacífica, a relação existente entre a Pastoral Rural de Alagoas e a CPT nacional, com um grau elevado de confiança, a indicar que a Pastoral Rural assumiria processualmente a identidade de CPT. Entende-se que essa aproximação se expressa quando, em resposta à conjuntura eclesial desfavorável à sua continuidade, ela deixa de existir e encarna de imediato a personalidade jurídica, política e pastoral da CPT, fundando a CPT Regional Nordeste II.

Sobre a transição e o funcionamento dessas pastorais, já foi exposta a nossa opinião:

Entendemos que, neste ponto, torna-se necessário um breve esclarecimento sobre a diferença entre a Pastoral Rural e a Comissão Pastoral da Terra. A primeira é ação direcionada aos católicos rurais; é uma articulação das comunidades rurais, formada por cristãos católicos comprometidos, que contribuíram com o surgimento de movimentos nas áreas rurais, a exemplo da Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR). Em Alagoas a Pastoral Rural tinha uma relação política e de ação junto ao Movimento de Educação Rural (MER), que se apresentava como um movimento de educação rural, de caráter revolucionário, que atuou na Zona da Mata alagoana nos anos oitenta. Já a CPT dedica-se à causa do povo do campo, sendo uma pastoral ecumênica, com a participação de agentes de outras igrejas cristãs, mantendo uma relação prioritária com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT contribuiu para o aparecimento de movimentos autônomos dos camponeses, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Em Alagoas, os primeiros trabalhos começaram junto aos assalariados do corte da cana, numa região totalmente devastada por essa monocultura e pelo predomínio das usinas de açúcar, agredindo assim o ambiente e o sujeito social (LIMA, 2013, p. 367).

2.3 O cenário: conflitos e opções

Conforme fica explícito no relatório do II Encontro dos Assalariados da Cana de Alagoas²⁷, “houve um primeiro encontro dos assalariados da cana no ano passado (1985), porém com escassa participação de trabalhadores. O encontro foi promovido pela ACR²⁸, em colaboração com a Pastoral Rural da Arquidiocese de Maceió e se realizou em Feira Nova”. Grosso modo, pode-se afirmar que a CPT/AL deu continuidade a esse trabalho nos canaviais.

É importante grifar que na história dos trabalhadores da cana somam-se o desrespeito aos direitos trabalhistas, a falta de salários dignos e os meios inadequados do trabalho. É exatamente nesse ambiente de conflito trabalhista, no qual a relação capital trabalho ocorre analogamente ao trabalho escravo, que a CPT/AL se fez presença pastoral, optando por contribuir com a organização dos explorados e tomando partido ao lado dos canavieiros.

A CPT/AL é o somatório de um processo que se inicia em 1975, com a sua fundação nacional nas terras do Norte do país, como também devido à conjuntura eclesial do final da década de 1980, na Igreja do Regional Nordeste II. Outra questão importante a se assinalar é que essa transição foi responsável por uma qualificação nas intervenções dos agentes pastorais e, conseqüentemente, trouxe melhorias para as lutas dos canavieiros, e mais adiante, para as dos semterra. A orientação política e pastoral era resultado de discussões nacionais com a participação do conjunto da CPT e sua experiência de mais de uma década, acompanhando os conflitos agrários e realizando formações políticas e teológicas, com o intuito de transformar aquela realidade.

No início da década de 1990, havia formações, estudos e encontros com o fito de proporcionar uma leitura mais próxima da realidade, identificando claramente os atores envolvidos nas disputas pelo domínio da terra. Isso é evidenciado na relação encontrada nos

²⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: II ENCONTRO DOS ASSALARIADOS DA CANA DE ALAGOAS. Maceió (AL), 29 a 31 de agosto de 1986.

²⁸ Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR).

arquivos da CPT/AL, de sobrenomes e grupos econômicos²⁹: Maltas, Torres, Bandeiras, Maias, Usineiros, Fazendeiros, Coronéis reciclados. A formação contínua contribui para a compreensão dessa sociedade de dominadores e dominados, sendo recorrente no repertório da CPT alagoana desde a sua origem.

2.4 A compreensão da realidade: autonomia política e pastoral

Essa leitura e as intervenções foram, e ainda são, construídas e alimentadas em redes, enquanto CPT nacional e regional e Igreja institucional. Advoga-se que mesmo sendo Igreja, existe um recorte, com espaços específicos que determinam uma autonomia política a nortear o conjunto da CPT, tais como o seu Congresso Nacional, a sua Assembleia Nacional, o seu Conselho Nacional, a sua Formação Nacional, o seu Conselho Regional, as suas Coordenações Nacional e Regional, instâncias que a CPT toma como orientação pastoral e política. Essas orientações são incorporadas pelas CPT locais, o que nem sempre representa o pensamento ou o posicionamento da Igreja nacional ou local.

Utiliza-se como exemplo o projeto governamental que propõe a transposição das águas do rio São Francisco. O conjunto da CPT se posicionou publicamente como signatário da nota pública do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo³⁰, contrariamente à transposição das águas do rio São Francisco; denunciou-a como uma obra desnecessária, enquadrando-a como uma repetição da indústria da seca, com o objetivo de favorecer o agrohidronegócio. A Igreja, mesmo diante de uma questão nacional, não mostrou uma posição coesa. A autonomia e a autoridade na formulação dos argumentos contrários a transposição, explícitos nas posições públicas, garantem o nivelamento interno e o respeito da hierarquia da Igreja, mesmo quando trilha caminhos opostos.

A atuação da CPT/AL incorpora uma leitura nacional, sem desconsiderar os elementos regionais e locais que compõem, obrigatoriamente, essa leitura nacionalizada. A conjuntura

²⁹ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Encontro estadual sobre violência. Alagoas. 1993, p. 5.

³⁰ Não se mostram sedutoras as promessas de “reforma agrária” ao longo dos canais, não só porque a maior parte das terras é imprópria a assentamentos rurais, senão porque tais ações não farão frente à reconcentração de terra e água e poder que a transposição irá provocar. Desta forma a obra não vai modificar, antes vai potencializar a estrutura agrária, econômica, política e social que, em última instância, é a grande responsável pelo quadro de sofrimentos que há séculos atormenta o Nordeste e inquieta o Brasil. A transposição não debela, antes alimenta a “indústria da seca”, agora moderna, globalizada. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=27935>.

local é absorvida e analisada na rede da CPT e retorna, na ação, como um instrumento capaz de garantir apoio às lutas dos assalariados da cana, dos posseiros e dos semterra, bem como a unidade da própria CPT.

Nesse mosaico construído a partir das realidades é que se acha o esclarecimento da ação pastoral da CPT, e justamente nele é que surge uma compreensão, construída historicamente, da sociedade de classes, ainda que conflituosa, um terreno fértil para o serviço pastoral junto aos explorados do campo, no qual a CPT definiu ser presença solidária e profética, conforme expressa na sua missão³¹:

Nesta sociedade, as classes sociais são marcadas pelo antagonismo e pelas relações de exploração e de dominação geradoras dos conflitos sociais.

Estes conflitos de interesses alinham, de um lado, na disputa pela terra, os fazendeiros latifundiários e grileiros lutando para que se mantenha e se perpetue a situação atual que os beneficia. Do outro lado, os posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados e pequenos proprietários lutando para defender o direito de ter um pedaço de terra para sobreviver (CPT, 1983, p. 29-30).

A CPT/AL exerce, graças à sua especificidade de pastoral, a função de animar e incentivar processos de encorajamento dos subalternos do campo no enfrentamento das estruturas antes inquestionáveis. Em solo alagoano, essa relação tem o seu prelúdio com os canavieiros e posseiros, e processualmente foi se aproximando da luta dos semterra. O seu repertório foi construído na práxis, combatendo a concentração da propriedade da terra, a exploração da força de trabalho e a violência, incorporando um discurso voltado para a construção da justiça e da paz – fundamentos indispensáveis à superação da sociedade açucareira. São essas razões que respondem pela sua criação e atualidade, por sua opção clara e recorrente pelos dominados, como se expressa no apoio às famílias semterra que ocuparam o latifúndio canavieiro chamado Flor do Bosque.

Outro componente que contribui na práxis pastoral da CPT/AL são as histórias de vida. Esses relatos produzem subsídios objetivos e subjetivos que fortalecem um discurso em defesa dos direitos dos canavieiros e da conquista da terra. São elementos essenciais na formulação da fala pública por justiça social, por paz no campo e reforma agrária. Esses diálogos ou escutas colaboram com a memória dos explorados do campo; constituem fontes históricas esclarecedoras, permitindo que esses sujeitos e seus cotidianos apareçam na narrativa política dos conflitos agrários. Evidencia-se essa importância no diálogo entre uma

³¹ A CPT quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, visando estimular e reforçar seu protagonismo. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/missao>.

trabalhadora da cana e o padre Luiz Canal, membro da CPT/AL e pároco de Novo Lino, quando a trabalhadora expõe a sua situação e a sua visão de vida, diante do suicídio da filha:

Um dia uma pobre mãe canaveira me procurou para pedir uma missa para uma filha de 21 anos que tinha se suicidado. E me contou a história: era uma filha solteira que vivia no engenho, cortando cana e o administrador da fazenda a tinha engravidado, mas quando nasceu o filho, não quis assumir nada; a moça caiu no desespero e tomou veneno. Como eu tento lamentar o fato e propor alguma providência, a mãe me diz: *“Mas está bom assim, Padre, graças a Deus; muito melhor assim do que ela ficar aqui se matando todo dia dentro do canavial, com sol ou chuva, para não ver o filhinho morrer de fome, ter que receber um salário ridículo da mão do próprio homem que a condenou a esta situação, ou andar roubando o marido das outras, como faz a maioria, porque ninguém mais quer compromisso com ela. Melhor assim, padre: lá está bem melhor do que aqui”* (CPT,1992).

A ocupação da Fazenda Flor do Bosque, no final da década 1990, na Zona da Mata Norte, no município canavieiro de Messias, é um marco na ação pastoral da CPT/AL. Esse acontecimento coloca a luta em defesa da reforma agrária e o apoio aos semterra como prioridades da ação pastoral.

A fim de elucidar com mais consistência e detalhamento o repertório da CPT/AL no tocante às categorias acompanhadas (canavieiros, posseiros e semterra), elege-se a ocupação da Fazenda Flor do Bosque como a exteriorização da transfiguração pastoral da CPT/AL. Assim, trabalham-se dois períodos, o antes e o depois da Flor do Bosque, ressaltando elementos, acontecimentos e depoimentos que podem esclarecer quando e como ocorreram essas mudanças.

2.5 Primeiro período: formação sindical e assessoria jurídica

2.5.1 A área de atuação: mesorregião leste

No período em que se investiga a atuação da CPT/AL, percebe-se que da sua fundação (1987) até 1997 ela agia basicamente como uma assessoria qualificada, apoiando as oposições sindicais, as lutas dos posseiros e denunciando a violência. A sua presença estava intimamente ligada às paróquias dirigidas por padres missionários oriundos de outros países, herança da Pastoral Rural. Destaca-se a presença de três padres fundadores da CPT/AL: Luís Canal, italiano que estava à frente da paróquia de São José, em Novo Lino; Aldo Giazzon, também italiano, pároco em Colônia de Leopoldina; e Emilio April, canadense que atuava em União dos Palmares, na paróquia de Santa Maria Madalena.

Essas paróquias, situadas em terras açucareiras, conviviam diariamente com o sofrimento dos assalariados da cana, sendo o latifúndio canavieiro um elemento extensivo a todas elas. É preciso sublinhar que essa realidade, quando tomados para análise a utilização das terras, o modo de produção e a força de trabalho, atinge todo o espaço territorial administrativo da Igreja desde a fundação da Diocese de Alagoas, em 2 de julho de 1900. Essa estrutura eclesiástica se manteve até 3 de abril de 1916, quando o papa Bento XV criou a Diocese de Penedo. Com essa nova configuração a Diocese de Alagoas passa a ser denominada, em 25 de agosto de 1917, Diocese de Maceió.

O formato que compreende a atual província eclesiástica de Alagoas (Arquidiocese de Maceió, Diocese de Penedo e Diocese de Palmeira dos Índios), conforme Medeiros (2007), existe desde o início da década de 60 do século XX, quando foi criada a Diocese de Palmeira dos Índios, com uma nova composição da geográfica conferida à Diocese de Maceió, mantendo, como não poderia ser diferente, visto que essas alterações estão ligadas à organização e administração da Igreja de Alagoas, uma relação histórica da Arquidiocese de Maceió com a economia e a política senhorial da cana-de-açúcar:

Redefinida, com a criação da nova diocese, a área do território alagoano atribuída à Arquidiocese de Maceió, esta ficou circunscrita ao leste de Alagoas, com uma superfície de aproximadamente 10.400 km², compreendendo grande parte dos municípios da Zona da Mata e do Litoral alagoanos. Nestas zonas concentravam-se então as atividades da agroindústria do açúcar em Alagoas, ocorrendo, portanto, uma identificação geográfica entre a Arquidiocese de Maceió e esta área da agroindústria do açúcar. Tal identificação era ainda maior antes da criação da Diocese de Palmeira dos Índios, pois a Arquidiocese integrava também os municípios da microrregião de São Miguel dos Campos, onde, a partir da década de 1950, ocorreu um grande expansionismo da monocultura canavieira, expansionismo que atingiu também alguns municípios da microrregião de Maceió (MEDEIROS, 2007, p. 52-53).

2.5.2 A sociedade açucareira: devastadora e escravocrata

O plantio da cana-de-açúcar na Zona da Mata vai além da sobreposição à estrutura administrativa da Igreja; ele responde por parte da história de Alagoas. A concentração da terra e da renda, a exploração dos canavieiros, as derrubadas das matas e a violência estão visceralmente ligadas ao cultivo da cana. A arquidiocese, por consequência, teria de tomá-lo como parte inerente do seu contexto pastoral, que absorvia, também, o polo urbano de Maceió. A estrutura da arquidiocese contava com a maior expressão urbana do estado e com uma extensa área canavieira onde se encontrava o latifúndio.

Este, na formação histórica de Alagoas, é estruturante com relação ao poder. São diversos os pronunciamentos de estudiosos sobre isso e em relação à importância que sempre teve na caracterização da sociedade alagoana. Ao abordar a questão, Carvalho escreve: “O complexo canavieiro é um dos pilares da história alagoana por sua participação na formação do território, desde o período colonial, e por sua continuada influência nos destinos da sociedade e do Estado” (CARVALHO, 2015, p. 48). Nesse caminho, Moura expõe: “É sintomático pensar em Alagoas e direcionar a produção canavieira; há uma imbricação que une uma a outra” (MOURA, 2013, p. 285). Seguindo na mesma via, Albuquerque afirma: “A cana é a alma de Alagoas” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 28).

Não importa a intensidade de cada uma dessas posições; o que interessa é o tempo orientado por uma condição específica da produção. Segundo Almeida (2014), verifica-se a existência de duas Alagoas: uma delas a leste, e outra a oeste da calha divisória de território e que possibilita a visão da produção associada às bacias do São Francisco e do Atlântico. Esta alma de que fala Albuquerque é associada diretamente às redes de bacias do Atlântico. É no conjunto das bacias do Atlântico, no mar de morros da mata, no litoral e na área lacustre que se assenta o conjunto pastoral identificado como arquiocese.

Deve ficar claro que a importância da cana-de-açúcar é posta em relevo independentemente da natureza ideológica de sustentação do texto. Manuel Diegues Júnior, por exemplo, toma a atividade econômica do engenho de açúcar e acentua a ocupação do território e a formação do corpo social alagoano:

É daí que parte a história, não somente do engenho de açúcar nas Alagoas, mas também da própria sociedade alagoana; o que quer dizer a história mesma das Alagoas, unida como está a sua vida à existência dos banguês (DIEGUES JUNIOR, 2006, p. 49).

Essa sociedade açucareira foi erguida tendo como alicerce o fim das matas, a mão de obra escrava e, mais tarde, com o término da escravidão negra, a exploração da força de trabalho assalariada e, por fim, o Estado como o principal e fiel financiador dessa tragédia trabalhista, ambiental e social. De acordo com Andrade (1988), a intervenção do Estado na atividade açucareira iniciou-se ainda no período colonial.

Está-se diante da marca mais profunda da desigualdade social e econômica das Alagoas atual, determinada pelo modo de produção iniciado no Brasil colônia. Pensando a história do leste de Alagoas, tomando o açúcar como base dessa sociedade, afere-se que essa relação responde pela criação de uma classe dominante, oligárquica e devastadora que determina século a século o destino da população alagoana. Segundo Carvalho:

A atividade canavieira monopolizou o uso do espaço agrícola na Zona da Mata, fomentou a concentração de terras e riqueza, impedindo o desenvolvimento do mercado interno, criando uma forte subordinação à instabilidade dos mercados externos. No plano social, a cana-de-açúcar formou uma sociedade hierarquizada, de castas, escravista, senhorial, de traços feudais, que influencia as nossas vidas até hoje. A estrutura de propriedade da terra, com consequente sistema de poder, criada nos três primeiros séculos de colonização, marcou para sempre o modelo econômico e social de Alagoas (CARVALHO, 2015, p. 49).

2.6 Nucleação

É nessas circunstâncias esculpidas pela força do latifúndio canavieiro alagoano que a CPT surge como uma presença da Igreja no campo, no canavial. O seu funcionamento está relacionado diretamente às estruturas das paróquias. Ressaltam-se dois núcleos fundantes localizados na Zona da Mata.

O primeiro, com base em Novo Lino e Colônia Leopoldina, estende-se até os municípios de Campestre, Jundiá, Porto Calvo, Joaquim Gomes e Matriz de Camaragibe. Nesse núcleo destacam-se algumas lideranças católicas, como a irmã Carmem Lúcia, da congregação das Irmãs da Assunção da Santa Virgem, que atuava nas cidades de Campestre e Jundiá e acompanhou de perto os assalariados da cana; o padre Diego Vanzetta, italiano religioso salesiano, e a irmã Daniela Elia, italiana da congregação de São José de Pinerolo, que atuavam, respectivamente, nos municípios de Matriz de Camaragibe e Joaquim Gomes.

O segundo núcleo é o de União dos Palmares, na paróquia Santa Maria Madalena, com influência em outros municípios, tal como Santana do Mundaú, São José da Lage, Branquinha, Murici e Messias, com a presença da irmã Léa e de Leslie Pasquim. Esses missionários, junto com padre Emilio April, todos canadenses, assumiram a CPT/AL na região do Vale do Mundaú e se ocuparam, nos primeiros anos, em acompanhar os conflitos dos posseiros no Sítio Gordo, Serra Preta, Serra da Embira, Pindoba, Belo Horizonte, todos localizados em União dos Palmares, dando continuidade ao trabalho iniciado na década de 1970 pela Pastoral Rural.

Esses núcleos se ocuparam prioritariamente com duas categorias: os canavieiros e os posseiros. Priorizaram, basicamente, duas frentes: a formação sindical e a assessoria jurídica.

Ajudamos a preparar novas diretorias sindicais, fundando também uma Comissão de Formação Sindical. Foram enfrentadas eleições num clima tremendo de violência armada, às vezes vitoriosas e às vezes não, mas quase sempre com o mesmo resultado: os derrotados tem de se dispersar para poder sobreviver, e os vitoriosos,

cedo ou tarde, cedem às pressões, às ameaças e ao dinheiro dos patrões. Um saldo, porém, fica sempre no despertar da consciência dos trabalhadores. Oferecemos assessoria jurídica – via Igreja ou oposição sindical – em caso de expulsão das terras, direitos negados, violações à cidadania, quando as famílias aceitam, porque na maioria dos casos se prefere poder continuar a viver em paz do que ganhar a causa e amanhecer com as formigas na boca³² (CPT, 1992, p. 2).

2.7 A formação sindical

A primeira frente de trabalho dedicou tempo e recursos na formação dos canavieiros. Era uma capacitação que se ocupava sistematicamente de fomentar novas lideranças comprometidas com os assalariados da cana, com o propósito de construir oposições sindicais em condições de representar politicamente a categoria, sem receio de entrar em rota de colisão com os interesses dos usineiros e fornecedores de cana. Seriam novos dirigentes sindicais dedicados à construção da autonomia do sindicato rural, que romperiam com a conduta das direções que atrelavam e submetiam o sindicato e a categoria à conveniência dos latifundiários canavieiros que fechavam os olhos e os ouvidos para as explorações praticadas cotidianamente nos canaviais de Alagoas. Essas formações eram planejadas, executadas e avaliadas pelo conjunto da CPT/AL:

Para a realização de formação sistemática dos trabalhadores rurais sindicalizados ou de lideranças de oposições sindicais, será realizado um curso em cada uma das cinco áreas de atuação anteriormente apontadas, com grupos de pelo menos 15 pessoas, atingindo o 1º ano o total de 75³³.

Essa ação formativa junto aos assalariados da cana contribuiu nas lutas pelos direitos trabalhistas, influenciando na condução política dos sindicatos rurais, formando sindicalistas combativos para derrotar, através das eleições sindicais, as direções submissas, e rompendo com as alianças estabelecidas entre o velho e vencido sindicato rural e os latifundiários canavieiros. Entendia-se que o sindicato era um instrumento importante que deveria ser resgatado e transformado numa ferramenta coletiva de enfrentamento ao processo de exploração a que eram submetidos recorrentemente os assalariados da cana.

Esse processo de conscientização, através das formações específicas para os canavieiros, não ocorria livremente; havia, por parte dos patrões e das direções sindicais que conduziam o sindicato rural, a partir das regras dos latifundiários canavieiros, reações e

³² Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Painel: Missão nos espaços sociais. Presença no campo. Salvador – Bahia 1992.** Novo Lino, 10.7.92. p. 2.

³³ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Projeto de apoio à formação e organização dos trabalhadores no estado de alagoas.** 1988, p. 17.

perseguições tanto aos canavieiros opositores como aos agentes da CPT/AL. As oposições sindicais eram duramente perseguidas e, muitas vezes, eram dissolvidas por via das intimidações e de assassinatos: “Ameaças de mortes aos sindicalistas e o assassinato de Hélio da Mata-Sul amedrontam alguns trabalhadores”.³⁴ Os padres, as religiosas e os leigos que assumiam esse trabalho pastoral também eram impedidos de dar continuidade às ações planejadas:

Em Jundiá estávamos com um grupo de oposição sindical, trabalho esse feito em parceria com a CFS. Após as eleições sindicais de 18 de novembro de 92, em que a oposição perdeu, o grupo se dispersou. Mesmo assim iniciamos o ano de 93 avaliando todo o trabalho e a possibilidade de continuarmos com o grupo de oposição sindical. Acontece que o desemprego na área aumentou e inúmeros trabalhadores do grupo foram embora da área. Outras reuniões foram tentadas, mas não se prosseguiu o trabalho. Além desse fato, a questão da violência explodiu de tal forma que a CPT ficou impossibilitada de dar um maior acompanhamento a Jundiá com relação à oposição sindical³⁵.

Outra questão no tocante às reações violentas na região da Mata Alagoana, precisamente no núcleo de Colônia Leopoldina e Novo Lino, que atingiram os trabalhos da CPT, foram as ameaças sofridas pelos padres Luís Canal e Aldo Giazzon e pela irmã Carmem Lúcia. Esses agentes foram forçados a deixar o estado na década de 90, para preservarem as suas vidas. Eram lideranças católicas, parte da hierarquia da Igreja, perseguidas pelo poder local do latifúndio.

Essas ameaças dirigidas aos missionários foram uma tentativa de dar fim ao trabalho da CPT na Zona da Mata canavieira, o que poderia interromper os processos de formação. Sem dúvida, houve um prejuízo no funcionamento da CPT/AL, mas não representou o fim dos seus trabalhos:

Os padres Luís Canal e Aldo Giazzon e a irmã Carmem Lucia, por conta do trabalho Pastoral e da opção preferencial pelos pobres, sofreram perseguição e ameaças de mortes vindas da pistolagem local. A conjuntura desfavorável da época levou à saída dos três membros da CPT – primeiro, irmã Carmem, depois, Luís Canal e, por fim, Aldo Giazzon (LIMA, 2013, p. 368).

Consta nos relatórios consultados que o processo de formação dos assalariados da cana continuou a ocorrer, em alguns momentos, com a colaboração da Comissão de Formação Sindical (CFS)³⁶. Aliás, essa é uma característica que acompanha a trajetória da CPT em

³⁴ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Assembleia da CPT em Colônia Leopoldina**. 1991. p. 3.

³⁵ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Relatório de avaliação**. Alagoas, 1993. p. 1.

³⁶ “Formação: Em encontros mensais a CPT em conjunto com a CFS, fizeram um trabalho com um grupo de trabalhadores rurais. (Oposição Sindical)”. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Avaliação final da CPT Alagoas**, 1992. p. 2.

Alagoas: por ser uma Pastoral de fronteira, articulou e estabeleceu relações com diversas entidades da sociedade civil, a exemplo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Estadual de Associações de Assentados e Pequenos Produtores de Alagoas (CEAPA).

A existência dessa rede externa dava garantia de continuidade aos trabalhos pastorais. Nessa configuração de aliança com outras entidades sem vinculação direta com a Igreja, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e a Comissão de Formação Sindical (CFS) são entidades com um convívio mais permanente que aparecem tanto nos espaços de formações como nas articulações e nas frentes de lutas das categorias acompanhadas pela CPT/AL:

A nossa relação com a CUT, FASE, CFS tem se dado no âmbito do Fórum Permanente Contra a Violência e na ocupação da Fazenda Conceição (exceto a FASE). Avaliamos como uma boa relação, principalmente nos encaminhamentos sobre a violência e a luta pela terra³⁷.

Ainda convém lembrar que nos tempos atuais a formação ocupa um espaço significativo nas atividades desenvolvidas pela CPT/AL. A propósito, essa é uma das estratégias recorrentes no conjunto da CPT/AL, reafirmada no seu último congresso, ocorrido de 12 a 17 de julho de 2015, em Porto Velho, Rondônia. Nas perspectivas de ação para os próximos quatro anos, explicita a necessidade de centrar forças na formação de camponeses agentes da CPT/AL, com foco nas comunidades tradicionais e na juventude, visando aprofundar os espaços de formação a reflexão sobre relações de gênero e agroecologia³⁸.

Em solo alagoano, o plano de formação segue de acordo com as definições nacionais e com a missão da CPT, incorporando as especificidades regionais e voltando-se para o estímulo do protagonismo das categorias acompanhadas. As camponesas, a juventude e os militantes são as prioridades.

Como exemplos, houve o Encontro das Mulheres Camponesas da Mata Norte³⁹, que ocorreu no assentamento Flor do Bosque, com o tema “A mulher e a agroecologia”; o Acampamento Estadual da Juventude Camponesa,⁴⁰ com o objetivo de discutir a “Juventude Camponesa: sonhos, lutas e realizações” e a realização de diversas atividades, como palestras,

³⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Avaliação CPT – Mata Norte**. Alagoas, 1994. p. 9.

³⁸ Comissão Pastoral da Terra. Almanaque Poronga 3. **Perspectiva de ação**. Goiânia, 2016, p. 30.

³⁹ Conforme o *blog* da CPT Alagoas: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2011/03/cpt-realiza-1-encontro-das-mulheres.html>

⁴⁰ Visto em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2011/11/acampamento-reune-centenas-de-jovens.html>

exibição de filmes e oficinas com debates; o “Encontro de Militantes”⁴¹, visando capacitar as lideranças para permanecerem firmes na luta por seus direitos e pela efetivação da reforma agrária, destinado aos coordenadores e coordenadoras de áreas de acampamentos e assentamentos.

A formação é um aspecto essencial na permanência do trabalho da CPT/AL. Esta, quando influenciada pelas conjunturas, pode até mudar o público e o foco, o que ocorreu quando deixou de priorizar os canavieiros e os posseiros, porquanto persiste sendo um dos elementos responsáveis pela continuidade, unidade e atualidade desse serviço pastoral.

2.8 A assessoria jurídica: um combate à violência

A violência em Alagoas é contumaz e funciona como uma arma eficiente no roteiro elaborado pelos que exploram a força do trabalho. Sem o uso da violência, os patrões usineiros e fazendeiros não alcançariam o nível de abuso que ainda hoje se observa no campo de Alagoas. Essa violência, como constatado nos documentos averiguados, era exercida por jagunços, pistoleiros e, também, pelas mãos do Estado, sempre a serviço dos latifundiários canavieiros. Os agentes da CPT/AL formularam denúncias do uso dessa violência direcionada, mesmo sabendo do risco que corriam.

A violência em Alagoas tem atingido o Campo. Um dos informes foi com relação à denúncia feita pela CPT, sobre a atuação de um grupo de policiais militares e a conseqüente represália por parte desse grupo, que vem ameaçando, perseguindo e mandando recados aos principais envolvidos nessas denúncias⁴².

A condição de Pastoral não garantia uma proteção integral dos seus agentes, mas, como entidade da Igreja, possibilitava um diálogo direto com os posseiros, os canavieiros, os pequenos agricultores, o que só era possível em razão da sua presença na base, nos conflitos. Essa relação de confiança substanciava as denúncias expostas pela CPT/AL, a exemplo da correspondência endereçada ao governador de Alagoas, Moacir Andrade, em 16 de julho de 1989, a qual expressava com detalhes a difícil situação das 31 famílias que resistiam na ocupação das terras conhecida como Gruta d’Água, no município de Colônia Leopoldina, vítimas de violência armada e de ameaças de despejos, ambas promovidas por um fazendeiro local:

⁴¹ Conforme o *blog* da CPT: http://cptalagoas.blogspot.com.br/2011/07/camponeses-discutem-o-papel-de-ser_07.html

⁴² Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Assembleia CPT**. Alagoas, 1993, p. 9.

A ocupação vinha se dando de modo pacífico e ordeiro, até que, em meados de 1987, o Sr. Joaquim Monteiro, latifundiário da região, se dizendo dono daquelas terras, ao mesmo tempo em que entrava com Ação de Reintegração de Posse perante o Juízo de Colônia Leopoldina, começou a usar de meios ilegítimos e ilegais para tentar expulsar os ocupantes da área: primeiro, através da derrubada, pelos seus capangas, das benfeitorias feitas pelos ocupantes; depois, através da queima de parte de suas plantações, inclusive com o apoio da Polícia local⁴³.

Além de externar o quadro de violência estrutural montado no campo de Alagoas, a CPT/AL promovia espaços formativos e de reflexão para suplantá-la. No percurso de atividades voltadas para combater a violência, foi realizado um encontro sobre violência, em setembro de 1992. Daquela atividade surgiu a proposta de contratar uma assessoria jurídica profissional:

[...] mantivemos contatos com dois advogados para vermos a possibilidade de concretizar um encaminhamento tirado no ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA, realizado em setembro de 1992, que se referia à contratação de uma Assessoria Jurídica para a CPT Alagoas⁴⁴.

Assim, davam-se os primeiros encaminhamentos na contratação de advogados que atenderiam juridicamente às regiões do Sertão e da Mata Norte, com o fito de garantir os direitos coletivos negados às categorias acompanhadas pela CPT/AL. A contratação da assessoria jurídica foi validada em março de 1993, conforme consta no relatório da V Assembleia Geral da CPT Alagoas, com a participação de 65 pessoas, quando se aprovou a contratação do escritório de advocacia. A Assembleia Estadual⁴⁵ ocorrem todos os anos, sendo um espaço de reflexão, avaliação, planejamento e de tomada de decisões. Esse serviço jurídico, aprovado durante a 5ª Assembleia, iria reforçar e complementar os trabalhos pastorais em defesa dos direitos trabalhistas dos canavieiros, na construção da oposição sindical e na regularização das terras dos posseiros:

Foi aprovada a contratação dos serviços de dois advogados: Tácito Yuri e Eduardo para acompanhar as questões do Sertão e da Mata Norte, como barragens, assentados, posseiros, violência, questões trabalhistas coletivas e algo que aparecer mesmo fora desse universo de questão⁴⁶.

Ainda convém mencionar no que se considera como o primeiro período da atuação da CPT/AL (1987/1997) duas dimensões presentes nesse tempo: a denúncia da violência e a pastoralidade. A primeira dimensão é intrinsecamente ligada à assessoria jurídica; com ela, as denúncias foram mais bem fundamentadas, tornando-se um instrumento eficaz para inibir uma prática corriqueira utilizada pelos detentores da terra e pelo mando político: as ações de

⁴³ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Carta ao governador de Alagoas**. Colônia Leopoldina, 1989. p. 2.

⁴⁴ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Encontro da CPT Alagoas**. Arapiraca, 1993. p. 2.

⁴⁵ Ver Apêndice A

⁴⁶ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Assembleia da CPT Alagoas**. Alagoas, 1993, p. 9.

jagunços e pistoleiros. Trabalhou-se com o intuito de expor publicamente essa realidade, como um mecanismo de proteção aos que eram vítimas dessa violência nas áreas rurais de Alagoas:

Durante vários anos a CPT tem trabalhado na área norte do Estado de Alagoas, especificamente em Campestre, Jundiá, Colônia, Novo Lino; entretanto, em todos esses anos nos deparamos com as dificuldades características da área. A violência. Foi na perspectiva de tentar externar essa realidade que uma das prioridades da CPT Mata foi documentar fatos de violência e denunciar, procurando não esquecer o trabalho de base nessas áreas⁴⁷.

O combate ao instituto da violência é parte da história da CPT/AL: “A violência em Alagoas sempre foi uma preocupação da CPT, principalmente quando a população atingida não se manifesta”⁴⁸. Quando a Pastoral assumiu o acompanhamento dos canavieiros, sabia que iria defrontar-se, inevitavelmente, com situações gritantes de violência e, mais ainda, que caberia a ela assumir ativamente as denúncias como um instrumento de defesa das vidas ameaçadas. Recusar essa missão seria negar a própria existência.

O esforço de compreender como funciona o instituto da violência e o silêncio das vítimas, e a criação de condições que garantissem credibilidade às denúncias ficam evidentes no biênio 1991/1992, quando a Pastoral dedicou-se a aprofundar uma leitura dessa realidade:

Como entender essa relação “passiva” entre a violência e o medo? Pensando nisso, a CPT investiu nos anos de 91 e 92 no Estudo Antropológico, uma tentativa de mergulhar no mundo do homem e da mulher canavieira e tentar extrair formas de quebrar essa relação histórica alicerçada no tripé da violência-medo-impunidade. Com isso chegamos a 1993 com um objetivo para enfrentar a violência na nossa região: tentar junto a outras entidades, através do Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, desenvolver ações que nos dessem elementos mais palpáveis sobre essa relação entre violência-medo-impunidade; tornar pública a situação de violência vivida pelas comunidades da região canavieira; contribuir nas discussões, encaminhamentos e produção de documentos acerca dessa problemática⁴⁹.

Ainda no biênio 91/92, conforme consta no relatório do Segundo Encontro Estadual sobre Violência, ocorrido nos dias 17 e 18 de maio de 1993, essa atividade foi organizada com o objetivo de discutir a violência no campo e os passos dados pela CPT/AL no sentido de enfrentá-la. Fundou-se no ano de 1991 o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, composto por uma rede de entidades com o perfil de combate à violência em Alagoas.

A onda de desovas nos canaviais próximos à cidade de Novo Lino, assassinatos sem esclarecimento. MST e MS Teto são espancados na Praça dos Martírios, quando reivindicavam terra e casa. Vinte e quatro horas depois, novamente são espancados servidores da saúde e educação. É criado um fórum amplo: FÓRUM

⁴⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Relatório de avaliação**. Alagoas, 1993. p. 1.

⁴⁸ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Avaliação CPT Mata Norte**. Alagoas, 1994. p. 4.

⁴⁹ Idem, ibidem. p. 4.

PERMANENTE CONTRA A VIOLÊNCIA EM ALAGOAS, que estará englobando não apenas a questão do campo, mas outras entidades⁵⁰.

Com relação à fundação do Fórum Permanente Contra a Violência, ocorrida em 1991, em decorrência da conjuntura violenta de Alagoas, reafirma-se a capacidade e a aposta da CPT/AL no trabalho em rede. É explícita a escolha por ações conjuntas, como reação ou enfrentamento organizado, no caso do Fórum, ao instituto da violência. Ao lado de entidades como a CUT, a OAB, e a FASE, “A CPT enquanto coordenação deu sua contribuição nas discussões, encaminhamentos, mobilizações, produção de documentos, tornando o Fórum uma referência na luta contra a violência em Alagoas”⁵¹.

Esse traço de combate à violência acompanha o serviço pastoral desde os primeiros tempos. Esse primeiro período, de 1987 a 1997, caracterizou-o como um serviço pastoral de base, de acompanhamento aos canavieiros e aos posseiros; com uma marcante presença missionária canadense e italiana; com uma assessoria jurídica profissionalizada, denúncias públicas da violência e de apoio às ocupações de terras improdutivas, organizadas politicamente pelo MST.

Algumas dessas afirmações constam no trabalho acadêmico por nós iniciado em 2013, quando, pela primeira vez, nos dedicamos a investigar os documentos encontrados nos arquivos da CPT/AL. Esse trabalho serve de base ao aprofundamento atual:

A oposição sindical e o não pagamento do foro eram o foco inicial do trabalho na região da Mata Norte. As atuações dos padres italianos Luís Canal e Aldo Giazzon, que trabalhavam respectivamente nas paróquias de Novo Lino e Colônia Leopoldina, foram essenciais para fomentar o trabalho em outros municípios, a exemplo de Jundiá, Campestre, Joaquim Gomes e União dos Palmares. Também os missionários canadenses tiveram uma importante contribuição à frente da paróquia de Santa Maria Madalena em União dos Palmares, em particular padre Emilio April e irmã Léa, que iniciaram os trabalhos junto às comunidades de posseiros da serra da Embira, do sítio Gordo, da serra do Cavaco (LIMA, 2013, p. 367-368).

É evidente que o trabalho não se reduziu a denunciar a violência. Existe um enfrentamento aberto e público ao modelo político e econômico que, no campo, se expressa por via do mando senhorial. O compromisso pastoral é com a transformação da dura realidade, com a suplantação da dominação, com o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras, com a democratização do uso da terra. São recorrentes nos relatórios reflexões, avaliações e planejamentos das atividades desenvolvidas, que se opõem diretamente às estruturas predominantes no campo. O conjunto da CPT/AL labora na construção de outra

⁵⁰ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Encontro estadual sobre violência. Alagoas. 1993, p. 2.

⁵¹ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: relatórios. Avaliação CPT Mata Norte. Alagoas. 1994. p. 9.

sociedade, na qual a terra de trabalho se contrapõe à terra de exploração⁵² e a liberdade à exploração/dominação.

Quando perguntados aonde queriam chegar, os militantes presentes à assembleia da CPT/AL realizada nos dias 11 a 13 de março de 1991, em Colônia Leopoldina, responderam⁵³:

- Fazer com que o povo caminhe com suas próprias pernas e assuma a história
- Ajudar o povo a crescer na consciência
- Mudar as estruturas de opressão e dominação
- Ligar a nossa fé com a vida através da experiência de fé
- Valorizar o trabalho na terra
- Procurar unidade-organização-fé na luta do povo
- Atingir outras pessoas no processo de conscientização
- Uma sociedade e uma vida diferente e melhor
- Ter a terra
- Viver em liberdade
- A conquista pelos direitos - justiça
- No poder: saúde - salário - escola - terra - justiça - moradia - lazer (CPT, 1991, p. 10).

2.9 Pastoralidade

É a práxis pastoral, essa especificidade, que diferencia a CPT dos movimentos sociais do campo. Trata-se de um trabalho da Igreja junto aos empobrecidos da terra, no canavial, na área de posseiro, no acampamento e no assentamento. Esse método é inspirado, conforme aparece na sua missão, no subversivo evangelho de Jesus Cristo⁵⁴.

Faz-se necessário reafirmar que a CPT nasceu e cresceu no bojo da caminhada e da experiência da Igreja da Libertação, dos anos 60-70 e 80 do século XX. Os cristãos militantes viviam sua fé na solidariedade às lutas de libertação do povo, dos empobrecidos, no campo e nas periferias. Esta nova prática pastoral, junto com a leitura bíblica, produziu uma nova reflexão conhecida por Teologia da Libertação. A CPT é também “produtora” de teologia da libertação, na sua reflexão e nos escritos a respeito da terra, da água, do cuidado com a vida e a criação, da espiritualidade e da memória dos mártires.

⁵² “Terra de exploração ou de negócio é a propriedade destinada ao enriquecimento contínuo por meio da exploração dos trabalhadores ou por meio da especulação. Terra de trabalho, pelo contrário, é a terra de quem nela trabalha e vive”. **Os pobres possuirão a terra (SI 37, 11)**: Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas, 2006, p. 14.

⁵³ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Assembleia da CPT**. Colônia de Leopoldina/AL, 1991. p. 10.

⁵⁴ Convocada pela memória subversiva do evangelho da vida e da esperança, fiel ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra, ouvindo o clamor que vem dos campos e florestas, seguindo a prática de Jesus. **Missão da CPT**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/missao>. Acesso em: 1/3/2015.

A CPT é uma pastoral. O Movimento tem dirigentes, a Pastoral tem coordenadores. O Movimento prepara seus “quadros”, a Pastoral forma seus agentes qualificados no acompanhamento dos processos coletivos de luta e de organização dos camponeses e camponesas. No Movimento, a direção é a protagonista e toma as decisões; na Pastoral, os protagonistas são as comunidades e as categorias acompanhadas, ajudadas a tomar suas próprias decisões. A CPT, em qualquer atividade desenvolvida, tem este espírito de serviço e não de condução do processo; ela usa uma metodologia que promove o protagonismo e a autonomia dos trabalhadores.

A pastoralidade é a relação entre a crença religiosa e a fé no Deus libertador que é assumida cultivada pelo agente, e a religiosidade, a fé do povo que luta por sua libertação. Quando os dois, fé do agente e fé do povo, interagem, acontece o acompanhamento pastoral ou serviço pastoral como missão junto aos empobrecidos. Este acompanhamento não dispensa uma correta leitura política da realidade e a prática da metodologia que valoriza o saber do povo e favorece o seu protagonismo.

Entendendo a pastoralidade, também, como o encontro da “fé do agente e a fé do povo”, a CPT/AL articula e organiza atividades nas quais a pastoralidade se efetiva. São momentos em que a fé e a luta estão inerentemente ligadas, sem que uma substitua a outra; a fé assume a condição de uma força incentivadora que anima a participação na vida social e política, com a finalidade de transformar a realidade.

Nas atividades anuais como a Romaria da Terra e das Águas⁵⁵, o Jejum da Solidariedade⁵⁶ e a celebração do Natal dos trabalhadores⁵⁷, percebem-se os sinais da realização dessa pastoralidade. Nas palavras proferidas pela camponesa Maria Cavalcante, que vive no assentamento Flor do Bosque, encontradas em Almeida (2014): “Outra coisa é a questão da Romaria da Terra, que é uma coisa que reúne as pessoas, que canta, que marcha pelo objetivo da terra prometida, espelhado na história do povo de Deus” (ALMEIDA, 2014, p. 33).

Figura 5 - Natal dos trabalhadores

⁵⁵ Ver Apêndice B

⁵⁶ Ver Apêndice C

⁵⁷ Ver Anexo A



Percebe-se a intensidade desse encontro entre fé e luta, explícito na primeira romaria, realizada em 13 de dezembro de 1988, dia dedicado à santa Luzia, na serra da Barriga, em União dos Palmares, com o tema *Terra Mãe: Filhos livres*. A romaria é um encontro de gerações, entre o campo e a cidade, entre a Igreja e o povo, a partir do tripé bíblico-histórico-religioso. Fundamenta-se na narrativa do povo que sai da escravidão imposta pelo Faraó para conquistar a liberdade na terra prometida, em que corre leite e mel; na luta histórica do quilombo dos Palmares por território e liberdade; e na religiosidade popular manifestada nas romarias.

Assim, estavam dados os pilares bíblico, social, histórico e religioso da romaria: a liberdade do povo hebreu, como primeira grande romaria; o alagoano, como um ser romeiro; a luta e martírio do povo negro que consagra a serra da Barriga como santuário; e a luz de santa Luzia (LIMA, 2014, p. 58).

Figura 6 - Romaria da Terra - Serra da Barriga



A experiência da Romaria da Terra e das Águas também sofreu influência da ocupação da Flor do Bosque. Na virada do século, no ano 2000, nos dias 11 e 12 de novembro, com o tema **Conquistar a terra, multiplicar o pão**, saindo do acampamento Flor do Bosque em

direção à cidade de Messias, foi inaugurada outra fase da romaria⁵⁸, que alteraria o seu espaço de realização e o seu formato: a romaria deixa de ocorrer no dia 13 de dezembro, na serra da Barriga, e incorpora o calendário lunar e o espírito nômade. Após subir a serra da Barriga por 12 anos, essa atividade passa a se realizar nos fins de semana, da noite do sábado para as primeiras horas do domingo, em noite de lua cheia. Essas mudanças foram publicadas no informativo Terra de Deus, Terra de Irmãos⁵⁹:

O coordenador da romaria em Alagoas, padre Alexander Cauchi, esclarece que a decisão de descentralizar a romaria, realizada durante doze anos na Serra da Barriga, em União dos Palmares, foi previamente discutida com todos os que vêm participando dessa caminhada. “Messias foi o primeiro local escolhido para esta nova fase da romaria porque pertence a uma região de tensão agrária e, ao mesmo tempo, tem infraestrutura para receber os romeiros, como também pelo apoio irrestrito da paróquia local e do Vale do Mundaú”, justifica padre Alex. Com o tema “Conquistar a Terra, Multiplicar o Pão”, a 13ª Romaria da Terra terá quatro momentos de reflexão durante o percurso, quando serão discutidos os subtemas “Terra”, “Água”, “Questão Indígena e Negra”, “Mártires da Terra” e “Pão Multiplicado” (CPT/AL, 2000, p.1).

Os romeiros e romeiras percorrem entre 10 km e 15 km por romaria, dialogando com outras realidades, fortalecendo comunidades, experiências e lutas. Com o intuito de preservar o que foi instituído em 1988, quando foi realizada a primeira romaria, a cada cinco anos ela retorna à serra da Barriga, do sábado para o domingo, em noite de lua cheia. A próxima ida à serra da Barriga ocorrerá em novembro de 2017, celebrando 30 anos de Romaria da Terra e das Águas, na arquidiocese de Maceió.

Ainda nesse caminho, convém destacar o jejum público em solidariedade às pessoas que passam fome e outras necessidades no mundo, em particular as famílias semterra. Além de promover uma reflexão crítica sobre questões da conjuntura política, essa atividade é mais uma expressão de fé e de pastoralidade, havendo o compromisso de jejuar por parte dos agentes da CPT, religiosas, padres e membros das pastorais sociais.

O primeiro jejum ocorreu no dia 26 de março de 1999, nas escadarias do edifício Walmap, no centro de Maceió (AL), onde funciona o INCRA. O argumento bíblico foi retirado do livro de Isaías (Is. 58, 6): “O jejum que eu quero é este: acabar com as prisões injustas, desfazer as correntes do jugo, pôr em liberdade os oprimidos e desfazer qualquer jugo”.

Essa atividade aos poucos foi se caracterizando como um espaço de reflexão bíblico e com temas gerais, mas sem perder o foco inicial: os empobrecidos da Terra. Trata-se de um ato público de fé e solidariedade, mas, também, é uma manifestação política, o que fica

⁵⁸ Ver Anexo B

⁵⁹ Ver Anexo C

explícito quando é realizado nos órgãos oficiais que se relacionam direta ou indiretamente com os semterra, tais como: em frente e dentro do Tribunal de Justiça, em frente e dentro do INCRA, na Vara Agrária e em frente ao palácio República dos Palmares, sede do governo de Alagoas; essa característica política se afirma em temas diversos, entre os quais: **A vida e o planeta necessitam de cuidados; Sem terra não há pão; Sem pão não há justiça; Sem justiça não há paz; É justiça que queremos! A terra é de quem trabalha, já chega de tanto esperar; Solidários com os que sofrem com a estiagem e Casa comum, nossa responsabilidade.**

Ainda tratando sobre a pastoralidade, pode ser encontrada outra atividade nas áreas de acampamentos, de assentamentos e de posseiros acompanhadas pela CPT/AL: o Natal dos Trabalhadores⁶⁰. Essa atividade nasce na ocupação da fazenda Flor do Bosque, em dezembro de 1998. Era o primeiro Natal daquelas famílias que montaram acampamento em 27 de novembro de 1998. É, portanto, uma ação vinculada ao evento Flor do Bosque, que aos poucos foi se transformando numa atividade de dimensão estadual, a envolver as paróquias locais, sendo celebrado nas regiões do Sertão, da Mata e do Litoral. É uma reflexão do significado do Natal e de sua importância para as famílias que lutam pela terra; também é voltada para a confraternização entre trabalhadores e agentes pastorais.

Não seria correto aferir a pastoralidade a partir dessas três atividades: Romaria, Jejum e Natal dos Trabalhadores. A pastoralidade, de fato, é o espírito da ação da CPT/AL junto aos empobrecidos do campo. Ela ocorre, sem nenhum exagero, em todas as atividades realizadas, seja com as categorias acompanhadas, seja na relação com outras organizações sociais ou naquelas voltadas para os agentes. O exercício da pastoralidade é um elemento que fortalece o argumento de que mesmo se envolvendo nos conflitos agrários, vivenciado e contribuído nas ocupações de terra, enfrentando ações judiciais e as perseguições políticas, a CPT/AL se atualizou, dedicando-se integralmente aos semterra na defesa da reforma agrária, mas mantendo os pés no terreno da Igreja, sem abrir mão do seu espaço e da sua origem.

2.10 Segundo período: a reforma agrária como prioridade

⁶⁰ Ver *blog* da CP/AL: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2009/12/arcebispo-celebra-missa-no-natal-dos.htm>

Na década de 90, a área de atuação da CPT/AL continuava a ser as terras açucareiras com inclinação ao apoio às ocupações de terras improdutivas, dirigidas politicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas ocupações ocorriam, basicamente, em terras antes ocupadas por cana-de-açúcar. A disponibilidade dessas terras está diretamente vinculada à reestruturação do setor canavieiro, que caminhava para a centralização da sua produção. Contudo, também havia problemas com a produtividade, pois alguns grupos econômicos não acompanharam o processo de modernização, mantendo-se como unidades familiares. Essa conjuntura que favoreceu a luta pela reforma agrária na Zona da Mata alagoana é observada por Carvalho:

O fechamento ou desativação das Usinas Alegria, Bititinga, Conceição do Peixe, Ouricuri, São Simeão e Terra Nova e de suas respectivas destilarias anexas e a desativação das destilarias autônomas Maciape, Massagueira e Roteiro refletem tanto as dificuldades empresariais dessas unidades como a necessidade de concentração e centralização da produção para enfrentar o novo quadro competitivo (CARVALHO 2009, p. 79).

Com o fechamento dessas unidades industriais, as terras logo deixaram de responder pelo item produtividade. Esse seria o último requisito constitucional a ser posto no rol de ilegalidades cometidas pelo setor sucroalcooleiro desde o início da ocupação do território da Zona da Mata alagoana com o plantio da cana-de-açúcar, quando confrontado com a Constituição Brasileira, que expressa claramente as condições para a manutenção da propriedade da terra no artigo 186, ao tratar da função social da terra: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos seus trabalhadores.

Nesse processo de fechamento de unidades industriais, conforme Carvalho (2009), o setor demoliu, em cinco anos, 40 mil casas, o que implicou um êxodo de 200 mil pessoas. A ação de desempregar e de desalojar os canavieiros foi notícia dentro e fora do país; as reações foram diversas. Sem trabalho e sem casa, o futuro daquelas famílias e das próximas gerações estava comprometido.

Sobre o episódio, Carvalho esclarece:

Houve diversas reações públicas. O cálculo patronal de 40 mil casas foi considerado “real” pelo então governador Divaldo Suruagy. O ex-secretário de Agricultura de Alagoas João Caldas disse que “Se a lei trabalhista não mudar, só vai restar a casa do administrador da fazenda”. O arcebispo de Maceió, D. Edvaldo Amaral, classificou de “injusta” a derrubada das casas: “Tenho apelado ao sentimento cristão dos usineiros para que eles esqueçam essa iniquidade, mas não estou sendo ouvido”. O então prefeito de Maceió, Ronaldo Lessa, protestou: “Estão jogando todas estas pessoas aqui, e não temos como resolver a situação”, lembrando que Maceió saltou de 49 favelas, em 1990, para 120, em 1995 (CARVALHO, 2009, p. 95).

A área pastoral do vale do rio Mundaú, composta pelos municípios de União dos Palmares, São José da Lage, Murici, Branquinha, Messias, Iateguara e Santana do Mundaú, também manifestou preocupação e indignação com as derrubadas das casas e, conseqüentemente, com o desaparecimento de povoados e arruados. Enviou uma correspondência ao grupo João Lyra, da Usina Laginha, localizada em União dos Palmares⁶¹: “Comunidades Rurais inteiras saíram das fazendas e as casas onde moravam foram derrubadas, os moradores foram morar na cidade, muitas vezes em condições de miséria e com aluguéis altos”. Entre os 22 signatários dessa correspondência encontramos os padres Leslie Pasquim, Emilio April e Alexander Cauchi e a irmã Cícera Menezes, todos membros da CPT/AL que atuavam nas paróquias da região.

Foi nesse contexto que o MST montou a sua estratégia de ocupação dessas áreas improdutivas, que incluía a articulação e a organização do exército de desempregados da cana, vítimas da reestruturação do setor, com um discurso contra a exploração nos canaviais, fomentando a ocupação dos imóveis como um direito dos canavieiros que foram desempregados e nem sequer receberam os direitos trabalhistas. Era como jogar semente em terra arada e irrigada: a colheita era certa.

As ocupações ocorriam uma após a outra nos municípios de Branquinha, União dos Palmares, Joaquim Gomes, Atalaia, São Luiz do Quitunde e Maragogi. Nessa conjuntura, conforme Lima (2013) a CPT/AL contribuía no trabalho de base ao incentivar as ocupações e com campanhas realizadas nas paróquias com o intuito de arrecadar alimentos, medicamentos e roupas.

Esse apoio às ocupações de terra, organizado pelo MST, em particular nas fazendas ocupadas que estavam geograficamente localizadas na área banhada pelas águas do rio Mundaú, compreendida pela Igreja como a área pastoral do vale do Mundaú, foi fundamental na construção da experiência da Flor do Bosque. A convivência com a labuta para a realização da reforma agrária e a relação com os canavieiros desempregados e sem casa para morar foram os apelos que aproximaram diretamente a CPT/AL das ocupações de terras. Daí entender-se a Flor do Bosque como um processo vinculado ao acompanhamento metodológico aos canavieiros demitidos da cana, que buscavam a inclusão econômica, na tentativa de superar a fome a que foram submetidos.

O acampamento montado nas terras da Flor do Bosque era equivalente, na quantidade de pessoas e casas, ao de um povoado, conforme relata a semterra Marinalva Celestina da

⁶¹ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Carta ao grupo João Lyra. União dos Palmares/AL, 1997.

Conceição⁶²: “E assim nós construímos quatrocentos e trinta e não sei quantos mais barracos”. Está-se diante de uma ocupação que passava de mil pessoas, o que iria se constituir num problema futuro, visto que o imóvel não comportaria tantas famílias. O que se comprovou quando a fazenda foi vistoriada pela primeira vez, em 1999, no relatório preliminar do INCRA/AL⁶³; os técnicos identificaram uma área de 479,44 hectares, a qual teria a capacidade de assentar apenas 67 famílias.

O que aparentemente seria um problema foi transformado em força política. A Flor do Bosque serviu de inspiração para outras ocupações acompanhadas pela CPT/AL, sendo também a responsável pela expansão do trabalho pastoral no Litoral Norte e pela reabertura da CPT no Sertão alagoano. Essas novas ocupações, segundo Lima (2013), estavam ligadas ao evento Flor do Bosque, que se ampliava nas regiões da Zona da Mata, do Litoral e do Sertão.

Em 2001, a CPT/AL estava presente em vários acampamentos e nos assentamentos Dom Hélder Câmara, em Murici, e Jubileu 2000, em São Miguel dos Milagres; havia fundado uma equipe no Litoral e reaberto os trabalhos no Sertão:

Deste modo, na noite do dia 25 de fevereiro de 1999, a Fazenda Duas Barras ou Santa Juliana, situada no município de Murici, foi ocupada por duzentas famílias oriundas da Flor do Bosque. Em 2000 o imóvel foi desapropriado pelo governo federal, sendo beneficiadas 42 famílias. O assentamento foi denominado Dom Hélder Câmara.

Ainda em 26 de novembro de 1999, um galho do Bosque se estendeu na direção da região do Litoral Norte, no município de São Miguel dos Milagres, com a ocupação da Fazenda Engenho por 96 famílias. A comemoração da conquista da terra aconteceu em 27 de março de 2001; o assentamento foi batizado como Jubileu 2000, e 41 famílias foram assentadas. Esta ocupação ampliou o trabalho pastoral da CPT, com a criação da equipe do Litoral, havendo um deslocamento da irmã Cícera Menezes para coordenar as atividades e, posteriormente, apoiar novas ocupações na região litorânea.

Indo ainda mais distante, enveredando pelos caminhos do Sertão, em 22 de setembro de 2000, 42 famílias, incluindo algumas da região, montaram um acampamento no imóvel rural Patos e Branquinha, localizado no município de Inhapi (LIMA, 2013, p. 388-389).

Assim, começa-se a perceber a importância da Flor do Bosque no futuro do trabalho desenvolvido pela CPT/AL. Tal significado será aprofundado posteriormente, na terceira parte, onde será feita uma abordagem do “acontecimento” Flor do Bosque e suas repercussões política e pastoral.

⁶² CONCEIÇÃO, Marinalva Celestina da. Entrevista gravada e realizada: por Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloisa Muniz do Amaral. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 11 de janeiro de 2012.

⁶³ Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Alagoas (SR 22). **Relatório técnico preliminar**. Maceió, 18 de fevereiro de 1999, p. 27.

A fim de esclarecer esse segundo período (1997/2006), foi necessário estabelecer uma relação entre as áreas de acampamentos e assentamentos acompanhadas e a realização da ocupação da Flor do Bosque.

Encontra-se no planejamento trienal (2007/2010)⁶⁴, elaborado em fevereiro de 2007, o acompanhamento da CPT/AL às categorias semterra, assentadas e canavieiros. Considerando esse triênio (2007/2010), foram acompanhadas 473 famílias semterra e 1.892 pessoas que vivem em 15 acampamentos nos seguintes municípios: Porto de Pedras, Porto Calvo, Murici, Messias, São José da Lage, Joaquim Gomes, Igaci, Olho d'Água do Casado e Belo Monte.

Esses acampamentos estão distribuídos pelo Estado e foram divididos por região, da seguinte forma: **na região do Litoral** são acompanhadas 106 famílias, que vivem nos seguintes acampamentos: Domingas (15 famílias), Porto de Ostras (16 famílias) e Junco (30 famílias), no município de Porto de Pedras, e Martins Afonso (30 famílias) em Porto Calvo; **na região da Mata Norte**, 295 famílias nos acampamentos: Mumbuca (42 famílias), Bota Velha (50 famílias) e Santa Cruz (30 famílias), no município de Murici; Flor do Bosque III (32 famílias), Baixa Funda (34 famílias) e BR 101 (80 famílias), no município de Messias; Pedra Redonda (15 famílias) em São José da Lage e São Sebastião (12 famílias) em Joaquim Gomes; e **na região do Sertão**, três acampamentos, num total de 72 famílias, nos acampamentos Nossa Senhora de Guadalupe (16 famílias), no município de Igaci; Boa Viagem (24 famílias), no município de Olho d'Água do Casado; e Santa Mônica (32 famílias), em Belo Monte.

Junto a essas famílias semterra são desenvolvidas atividades que estimulam a resistência e a organização interna dos acampamentos, criando condições para manter as suas reivindicações e, através de mobilizações, recolocar a reforma agrária na pauta do Governo Federal. Mesmo em áreas de acampamento, a produção de alimentos é incentivada como mecanismo de resistência, como direito à alimentação e como renda, através da comercialização nas feiras livres.

Ainda segundo as informações do triênio (2007/2010), foram encontradas 19 áreas de assentamentos, com 780 famílias e 3.120 pessoas. A presença da CPT/AL ocorre em 12 municípios: Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Maragogi, Japaratinga, Messias, Murici, União dos Palmares, Flexeiras, Inhapi, Água Branca, Belo Monte e Major Isidoro. **Na região do Litoral** são acompanhadas 213 famílias, que vivem em seis assentamentos: Jubileu 2000 (45 famílias) e Quilombo dos Palmares (32 famílias), no município de São Miguel dos

⁶⁴ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Planejamento trienal (2007/2010), Maceió/AL, 2007.

Milagres; Padre Alexander Cauchi (50 famílias) e Irmã Dorothy Stang (40 famílias), no município de Porto de Pedras; Margarida Alves II (38 famílias), no município de Maragogi, e Tauá (oito famílias), no município de Japaratinga; na **região da Mata**, 256 famílias são acompanhadas em cinco assentamentos: Flor do Bosque (35 famílias), no município de Messias; Dom Helder Câmara (62 famílias), no município de Murici; Padre Emilio April (42 famílias) e Santa Maria Madalena (74 famílias), no município de União dos Palmares; Rio Bonito (43 famílias), no município de Flexeiras; e, por fim, na **região do Sertão** o acompanhamento é voltado para oito assentamentos, num total de 311 famílias, que vivem nos assentamentos Delmiro Gouveia (40 famílias), no município de Inhapi; Padre Cícero (23 famílias), Nossa Senhora da Conceição (14 famílias), Todos os Santos (107 famílias), Serra do Paraíso (32 famílias), Nossa Senhora Aparecida (49 famílias), no município de Água Branca; Velho Chico (22 famílias), em Belo Monte; e Santo Antônio (24 famílias), no município de Major Isidoro.

O apoio a essas famílias assentadas visa à conquista de políticas públicas que possibilitem a soberania alimentar e o bem viver (estradas de acesso, água potável, escolas e moradias dignas). Através do corpo técnico e dos agentes locais, trabalha-se uma produção diversificada e sustentável; a utilização de técnicas e práticas de convívio com o semiárido; a comercialização nas feiras camponesas.

Mesmo priorizando a luta pela reforma agrária e dedicando mais tempo aos semterra e assentados, os canavieiros continuam a ocupar um espaço significativo nas atividades da CPT/AL. Na leitura da CPT/AL, eles persistem sendo explorados nos canaviais de Alagoas. A categoria não encontra o apoio dos sindicatos rurais, que na sua maioria não enfrentam as usinas, pois preferem fazer acordos econômicos, visando apenas a aumentar a receita dos sindicatos. Os assalariados da cana recebem um baixo salário e, ainda assim, devem ser produtivos o suficiente para cortar em torno de dez toneladas/dia, achando-se sujeitos a trabalho degradante ou análogo à escravidão. Além da exploração, os assalariados canavieiros são forçados a migrar para as regiões Sudeste e Norte do país, no período da entressafra.

Mesmo numa conjuntura adversa, a CPT/AL continua seu trabalho junto aos canavieiros, realizando a jornada canvieira⁶⁵ com a distribuição do material preventivo, confeccionado pela Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em parceria com o sindicato de Branquinha e a paróquia de Joaquim Gomes. Produziu, em 2006, o documentário

⁶⁵ Ver em <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2008/07/jornada-em-defesa-da-terra-e-dos.html>

Tabuleiro de Cana, Xadrez de Cativoiro⁶⁶, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas, legendado para o inglês, espanhol, francês, alemão e italiano. Trata-se de uma forte denúncia da migração e da exploração nos canaviais. Esse documentário foi exibido em alguns países da Europa, com destaque para a Itália, sendo apresentado em Torino, em 9 de fevereiro de 2007; em Piosasco, em 10 de fevereiro; em Pinerolo, em 19 de fevereiro e em Belluno, no dia 26 de fevereiro, por meio de uma parceria com a Associazione Onlus - Gruppo di Solidarietà Internazionale Amici di Joaquim Gomes⁶⁷.

A continuidade dos trabalhos com os canavieiros é garantia da preservação da origem da CPT em Alagoas, bem como a confirmação de que o latifúndio canavieiro permanece, mesmo que reestruturado e com a identidade de agronegócio, a explorar a força de trabalho, constituindo-se num obstáculo de longo tempo à realização da reforma agrária. Com o envolvimento nas ocupações de terra, a CPT/AL contribuiu para a conquista de um território de uma considerável área de terras, que hoje se acham em mãos das famílias assentadas. Nesse tempo, houve um incentivo à produção de alimentos, em contraponto ao modelo de produção de açúcar e álcool. Nesse processo, surge em outubro de 2004 o projeto Feira Camponesa⁶⁸, com o objetivo de valorizar a cultura camponesa e gerar renda às famílias produtoras. Aposta na comercialização de produtos agroecológicos variados, de qualidade assegurada e com preços acessíveis, estimulando a integração entre os que lutam pela democratização do uso da terra e os centros urbanos.

Essa comercialização ocorre nas Feiras Camponesas da capital, que se realizam duas vezes por ano: em junho, quando da comemoração do surgimento da CPT nacional, e em outubro, quando do dia mundial de direito à alimentação; bem como nas Feiras Camponesas Itinerantes, que se realizam oito vezes ao ano, nas periferias de Maceió, e que contam com o apoio de paróquias e da Igreja Batista do Pinheiro; e nas feiras semanais que ocorrem nos municípios de Murici e de Messias.

Essa atividade, além de estimular o aumento da produção nos assentamentos e acampamentos, explicita para a sociedade alagoana a importância política e econômica da reforma agrária. É um diálogo que se estabelece entre o campo (produtor de alimentos) e a cidade (consumidora), valorizando a comida típica da roça, a produção da casa de farinha, a musicalidade nordestina e a pechincha, que só ocorrem nas feiras livres. São elementos que

⁶⁶ **Tabuleiro de cana, xadrez de cativoiro**. Direção: Thalles Gomes. Produção: Carlos Lima e Lilian Nunes. Roteiro: Carlos Lima, Lilian Nunes e Thalles Gomes. Pós-produção e finalização: Tevê Mangue, 2006.

⁶⁷ Ver em <http://www.amiciديو JoaquimGomes.it/2007/02/19/documentario-piantagioni-di-canna-gabbia-di-prigionia/>

⁶⁸ Ver Anexo D

mantêm viva a memória histórica do povo do campo e consistem, na prática, num apoio à realização da reforma agrária.

Figura 7 - Feira Camponesa- Grupo Poeira Nordestina (2005)



Nessa labuta que envolve o processo histórico de democratização do uso e da posse da terra, a Flor do Bosque representa um caminho coletivo que se opõe àquelas poucas famílias que detêm e concentram a propriedade privada da terra em Alagoas, utilizando-a como um instrumento de dominação, impondo o canavial como vocação exclusiva da agricultura, e a sociedade açucareira como um modelo hegemônico e triunfante.

A antítese a esse paradigma encontra-se nas palavras Marinalva Celestina da Conceição, semterra que ocupou a Flor do Bosque, em 27 de novembro de 1998:

E a minha vida na Flor do Bosque é a vida que eu pedi a Deus, é a vida que eu queria, porque hoje eu tenho um pedaço de terra para trabalhar e não chegar ninguém na minha casa e dizer assim: “Amanhã você ou vai trabalhar ou você vai embora”. Aqui eu trabalho quando eu quero. Vivo aqui dentro porque é meu. Eu construí, é meu e de meus filhos⁶⁹.

⁶⁹ CONCEIÇÃO, Maria Celestina da. Entrevista gravada e realizada por Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloísa Muniz do Amaral. Assentamento Flor do Bosque. Messias, 11 de março de 2012.

3 A IMPORTÂNCIA DA FLOR DO BOSQUE

O significado da ocupação da Fazenda Flor do Bosque aclara-se quando ela é tomada como parâmetro no processo da luta política pela democratização da terra. Essa importância adquire relevância por ocorrer numa região marcada, predominantemente, pela força do latifúndio canavieiro. O Nordeste de Alagoas caracteriza-se pela presença da cana. Está-se diante de uma área que, com base em Porto Calvo, surgiram os primeiros engenhos de açúcar ainda no século XVI. A cana expande-se a oeste, à medida que a produção enfrenta a mata, atingindo o mar de morros e desarticulando sua posição de território político quando refaz a área, derrubando o Quilombo dos Palmares, os Cabanos.

A área da Flor do Bosque deriva do crescimento da cana nos termos de Maceió e da Vila do Norte, encravada que está na porção central da Mata, região do Vale do Mundaú, nas cercanias da serra da Barriga. Em termos de conflito, poderia ser entendida como na raiz de nosso processo de contradição e de confronto político entre o senhorial e os grupos que ele intentava fazer subalternos.

A Flor do Bosque está numa das regiões, historicamente, de mais forte disputa pela terra; também nos contrafortes da antiga sesmária do Urucu, que está nos rearranjos da propriedade senhorial, de acordo com Almeida (2013), especialmente, é a partir de 1872, quando se dá a determinação, por parte da Presidência da província, de extinção da propriedade indígena. Esta determinação estava, também, nos quadros de uma intentada modernização econômica, voltada para a construção da ferrovia de Alagoas.

A Flor do Bosque acha-se na área de interesse desta ferrovia, que passará pelas terras do Urucu. Conforme Craveiro Costa (1902) anotou no indicador geral do Estado de Alagoas, existiram três Urucus. Um deles era povoado em Camaragibe; outro em Murici e, finalmente, em São Luiz do Quitunde.

Já não se falava das terras indígenas, mas busca-se realçar o aldeamento do Urucu, o primeiro, a se procurar demarcar as suas terras nas quais estavam grandes senhores da época com seus engenhos instalados. Os índios lutavam por suas terras da forma que podiam,

vendo-as desaparecer nas mãos senhoriais, que passaram a dominar uma extensa área que se converteria num dos principais centros de produção de cana. A sesmaria do Urucu leva ao que foi concedido pela Coroa aos índios da Guerra dos Palmares.

A Flor do Bosque se encontra, a bem dizer, em área direta do antigo Quilombo do Palmares, a meio caminho entre as terras da antiga Imperatriz e o litoral. Está, por outro lado, na antiga área de controle do papa-mel aquilombado quando da Cabanada. E será, também, área de conflito da Praieira. Como se pode ver, tratava-se de efetivo domínio senhorial que espoliou terras de negros, de índios.

A ocupação da mata pela cana-de-açúcar forjou um território onde o poderio senhorial acha-se fortemente no controle do processo político, com uma teia de normas, ações, exigências e expectativas. Essa realidade, da força do latifúndio canavieiro na região, foi percebida por Lessa (2013) quando se ocupou em compreender a questão agrária, na perspectiva de construir um programa agrário para Alagoas: “No Leste Alagoano, a grande propriedade monopoliza a terra” (LESSA, 2013, p. 314).

Ao se abordar a Flor do Bosque está-se, portanto, diante de um desenho agrário que responde pela raiz da organização canavieira. Faz parte do que se chama de Alagoas profunda ou aquela radicada fundamentalmente nos termos do andamento da formação histórica em termos estruturais.

Portanto, pode-se ver que obrigatoriamente ela afronta o poder senhorial. É que as ações estavam no âmbito da Igreja Católica, costumeiramente ligada ao mando senhorial. Percebe-se, pois, nessas atividades políticas o impacto do significado da ocupação.

Os semterra da Flor do Bosque passaram a confrontar o modelo estadual de uso e posse da terra, que é uma sustentação básica da persistência do agrarismo em Alagoas. Este termo – agrarismo – é ligado à forma e ao modo como Almeida (2010) caracteriza a relação entre poder e organização fundiária em Alagoas.

Este conflito poderia ser encarado como um detalhe insignificante no vasto mundo das contradições do canavial alagoano; mas, mesmo numa leitura apressada, consiste num instrumento capaz de revelar a trama que toma a terra como um mecanismo de manutenção da ordem e do poder senhoriais, ao invés de tratá-la como liberdade. Daí permanecer claramente como um termo básico ideológico do conflito, a esclarecer os papéis de figuras que são centrais do confronto, como o Estado.

A Flor do Bosque demonstra que essa dominação, aparentemente monolítica, poderia ser quebrada. Neste sentido, ela será exemplar: uma demonstração. A Flor do Bosque vai fundo nesse processo, e, como visto, encontra os Palmares, a Cabanada, o Urucu nas ligações existentes entre os diversos momentos em que ocorreram levantes em torno da terra. Aparece como possibilidade de resultado positivo por parte do movimento dos semterra, enquanto organização política de reconquista das terras e enquanto afirmação produtiva.

Assim, o acampamento semterra montado na Fazenda Flor do Bosque é a expressão contrária ao modelo secular de dominação senhorial, especialmente na área norte de Alagoas. Ele é a indicação de que o sistema, além de questionado, pode ser rompido. Pode ser considerada frase de efeito, mas não é: as rupturas são possíveis. No entanto, elas demandam caminhos históricos.

Anteriormente, aconteceram momentos de ocupações como no município de Branquinha, também situado na região do Vale do Mundaú, portanto, em localização aproximada ao município de Messias. Ele soma ao que acontecia e indica que o mundo rural dito subalterno tinha condições de rebelar-se, com efetivo nível de ganho, traduzido, agora, na montagem de assentamento a criar um novo sujeito político. Indica, também, que fortes aliados poderiam estar na mesma luta, como se dá com a presença de uma organização pastoral, parte da política oficial do Arcebispado e de suas concepções sobre a organização da sociedade.

Um historiador semterra, militante e dirigente do MST demonstra que este universo de Alagoas, de uma dominação sem contestação, estava perdendo oportunidade na vida política. O MST já havia conduzido inúmeras operações, ocorrendo a de Branquinha em 1995. Ele arrola diversas propriedades que foram sendo motivo de ocupação, mas elas não tiveram, a nosso ver, o nível de enfrentamento que se deu na Flor do Bosque, especialmente pelo fato de que algumas estavam sob o processo de desapropriação, e não cabia aos senhores de terra o argumento do emprego de força para que as terras fossem desocupadas.

Despejo tem dois sentidos conforme o matiz ideológico com que é empregado: para o semterra, ele é expropriação por parte do estado, retirada à força de uma legítima situação de posse, aceitando-se as regras de um direito patrimonial que não chega aos empobrecidos; o outro sentido é justamente o da salvaguarda pelo Estado de um patrimônio senhorial que não responde aos interesses públicos.

Silva (2013) indica uma reação positiva daqueles que demandavam terra:

No dia 3 de abril do mesmo ano, foi ocupada a Fazenda Santo Antônio da Boa Vista, no município de Barquinha, por mais de quatrocentas famílias. No mês seguinte, no dia 29, foram ocupadas as Fazendas Dois Paus, Flor do Mundaú e Dois Braços, com mais de trezentas famílias. Estas áreas já estavam em processo de desapropriação e por isso não houve despejo. Na sequência, em 11 de junho foi ocupada a Fazenda Prato Grande, em Branquinha, com mais de noventa famílias (SILVA, 2013, p. 401).

As entrevistas de semterra, como a de José Mariano da Silva, ocupante desde a primeira hora do imóvel Flor do Bosque, corroboram a ideia de rompimento ao apontarem, no horizonte da ocupação, o caminho da emancipação. A mudança de *status* é radical, pois a situação era absolutamente inversa: antes escravo e agora liberto. A luta viabilizava a mudança da consciência e do enfoque político: onde antes havia sujeição, agora havia libertação. Novamente a terra é tomada como habilitante da mudança política:

Era pra gente sair da escravidão, pra ficar liberto. Porque nós, o trabalhador, que trabalha para os outros, são escravos. E a gente só queria liberdade, porque a gente queria ser liberto dos fazendeiros, dos usineiros. Porque a gente trabalhava bem cedo pru mode de comer a noite. E hoje, graças a Deus, o pão de cada dia na mesa da gente não falta. Porque a gente hoje tem fartura, porque nós ocupamos essa terra⁷⁰.

A resistência e a tensão que foram produzidas, resultantes daquela ação semterra, são os elementos utilizados para o esclarecimento histórico que envolve os conflitos agrários. Estes argumentos foram se revelando ao se colocar a terra em evidência, a fim de esclarecer a natureza das disputas que existem pelo seu controle e uso. O poder estabelecido e o controle econômico foram os grandes elementos senhoriais no confronto. A Flor do Bosque adquire um significado político que a coloca como representativa de abertura de brechas no sistema de comando da política e da economia. Buscar a terra implica o rompimento radical com o modo como tradicionalmente se fez a posse, a propriedade e o domínio senhoriais.

3.1 Terra: Capitalista X Semterra

A terra, como já pontuado, é entendida no universo semterra como um caminho para a liberdade e não perde este sentido na sua conquista: “ela é uma condição habilitante” (ALMEIDA, 2010, p. 11). Essa marcha é ousada e persiste desde os tempos quilombolas, cabanos e praieiros, procurando no campo das resistências e das alternativas construir um processo que leve à autodeterminação e à liberdade.

⁷⁰ SILVA, José Mariano da. Entrevista gravada e realizada por Maria Cavalcante. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 de março de 2015.

Nessa marcha encontra-se a semterra Maria Cavalcante, que vive na Flor do Bosque:

Flor do Bosque significa, eu acho, que tudo na minha vida. Significa liberdade, dignidade, porque hoje eu estou num pedaço de terra. Eu sempre digo que é minha terra, mas ela não é minha porque ela é da família, ela é dos amigos, ela é de outras pessoas que vão vir aqui, porque a terra não é uma propriedade de uma única pessoa, ela tem que ser trabalhada no coletivo.

Ainda que a forma como a reforma agrária é a da divisão dos lotes, mas eu compreendo que ali tem uma organização onde várias coisas são partilhadas a partir da realidade da comunidade (CAVALCANTE, 2013, p. 28-31).

Como se pode verificar, a terra muda de significação; ela deixa de ser um dos momentos do capital para ser um elemento de libertação e de reorganização das relações sociais, econômicas e políticas. Aquilo que era parte de um ordenamento voltado para o lucro recebe ressignificação, como um elemento de construção social e da realização, inclusive familiar. Assim entende-se, por exemplo, a metáfora da “mãe terra” e sua importância fundamental para a garantia da reprodução camponesa.

Esta nova condição da terra pode ser vista na percepção de Reginaldo Guilherme da Silva, também membro do sujeito político coletivo que é a Flor do Bosque:

A relação que eu tenho com a terra, eu acho assim, que a terra é como uma mãe. A relação que a gente tem com a mãe da gente e a família da gente; é o mesmo cuidado com a terra. Se eu cuido dos meus filhos, eu cuido da terra. Porque é dela que eu tiro a minha sobrevivência⁷¹.

Essa relação se aprofunda, ainda mais na forma como a terra é cuidada e cultivada, renegando a imposição de mercadoria ou de coisa, tratando-a como um ser vivo e merecedor de zelo, conforme argumenta Maria Cavalcante:

Como eu passei por esse processo de acampamento e hoje estou num assentamento, eu compreendo que a luta tem três estágios: ocupação, mobilizações, depois a conquista da terra. E a outra, passando por essas fases, eu acho a fase do fixar, que é a produção. E eu compreendo que isso não é qualquer produção. É a produção agroecológica, que respeita a natureza, e que é por isso que a gente lutou, para libertar a terra, porque a gente diz: “O povo é escravizado”. Também, mas a terra também é escravizada pelo sistema da usina, da cana-de-açúcar, da monocultura (CAVALCANTE, 2013, p. 34).

O latifúndio canavieiro transformou a terra em mercadoria, aprimorando ou revelando parte da trama, o que se iniciou juridicamente com a Lei de Terras do Brasil (1850), quando “o governo passou a vender a terra, transformando-a em mercadoria, tornando-a de difícil acesso à população mais carente” (MOURA, 2013, p. 271). A terra, nesse modelo, é sinal de poder, de riqueza e de mando. Ela é o elemento preponderante na relação entre um grupo dominante e uma população de dominados.

⁷¹ SILVA, Reginaldo Guilherme da. Entrevista gravada e realizada por Maria Cavalcante. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 de março de 2015.

Por ela, conforme Cícero Albuquerque (2009) constrói-se uma sociedade na qual a desigualdade e o poder são acentuados:

No universo canavieiro, a terra é a principal forma de riqueza e de poder. A cultura da cana precisa de terra em fartura, a indústria precisa da terra para ser áurea. Do litoral ao alto sertão, a desigualdade nasce da terra e nela cria raízes. Essa concentração de riquezas tem uma relação diretamente proporcional aos males que enfrenta a maioria dos habitantes da região canavieira (ALBUQUERQUE, 2009, p. 30).

Essa sociedade açucareira mantém-se graças à concentração fundiária, à concessão de recursos públicos (inclusive aos inadimplentes), à exploração da força do trabalho, ao instituto da violência. O setor sucroalcooleiro se especializou em contrair empréstimos junto aos bancos oficiais, a exemplo do Banco do Brasil, sem a preocupação de honrá-los e, muito menos, em aplicar esses recursos na melhoria da qualidade de vida dos canavieiros e dos seus familiares.

Além de concentrar a terra e a renda, os usineiros conservam a prática corriqueira de promover calotes bilionários. Eles usurparam a terra, criaram um exército de reserva e tornaram a vida dos que labutam e vivem na zona canavieira a mais precária possível.

Sobre essa realidade canavieira, Carvalho expõe:

Os usineiros ajudaram a quebrar o governo de Alagoas, que não lhes cobrava imposto, e o Bandepe, o banco do governo pernambucano que sempre lhes deu crédito a perder de vista. Penduraram e não pagam de jeito nenhum uma dívida de mais de 2 bilhões de reais com o Banco do Brasil. Todo esse subsídio nunca chegou aos cortadores de cana. Ao contrário. Os indicadores sociais da zona canavieira nordestina estão entre os piores do país. A mortalidade infantil, de 123 óbitos por 1.000 nascimentos, empata com a de alguns dos países mais miseráveis da África. A expectativa de vida é de apenas 46 anos, contra 66 na média brasileira (CARVALHO, 2009, p. 91).

Os danos causados, historicamente, pelo setor sucroalcooleiro aos que trabalham nos canaviais e estão sujeitos às suas regras de domínio e de exploração estendem-se com a mesma intensidade ao ambiente. A retirada das matas para o avanço da plantação da cana-de-açúcar, o que praticamente levou à extinção da mata atlântica alagoana e à contaminação das águas dos rios e das lagoas, é um custo ambiental altíssimo que compõe o processo de produção do açúcar e, posteriormente, do álcool. A manutenção desse modo de produção do latifúndio canavieiro e seus impactos econômicos, políticos e ambientais são imensuráveis e já comprometem as próximas gerações, afetando criminosamente a natureza:

As atividades agrícolas de formação e renovação do canavial, principalmente as relacionadas com o uso dos químicos e das máquinas e, mais ainda, a colheita da cana, quando utilizada a queima de canaviais, são atividades que causam fortes impactos ambientais no solo, na biota e no ar. E isso tem preço a pagar: os rios da Zona Canavieira e o complexo lagunar poluídos, solos degradados, desmatamento

sistemático, poluição atmosférica etc. Alagoas tem preservado 2% de sua mata atlântica original (CARVALHO, 2009, p. 87).

A exploração capitalista da terra e a agricultura dos semterra são mutuamente exclusivas. Uma não pode complementar a outra, pois o objetivo da produção e o sentido atribuído à terra são radicalmente diferentes. Isto é, a terra na atividade açucareira é um instrumento essencial na organização da produção. Existe uma degradação no confronto resultante das duas posições políticas contrárias.

A ocupação da terra é o modo mais contundente da mobilização de direitos por parte dos semterra, em um campo jurídico do direito patrimonial a sustentar o capital. Passado em torno de um século, a área novamente vai encontrar o vazio jurídico que o poder estabelece para quem exclui e para quem empobrece. O direito que tem o pobre de recusar a sua pobreza contraria o patrimonialismo jurídico de base romana. A Flor do Bosque é um exemplo típico, como se verá, de como o poder associado ao capital resguarda o lugar dos pobres no circuito da opressão.

3.2 O apoio pastoral

Nesse caso, os empobrecidos da Flor do Bosque caminharam ligados a um aliado organizado que era a CPT/AL. Daí a necessidade de se continuar a discussão a respeito do comprometimento dela e, como não poderia deixar de ser, por ser uma pastoral da Igreja, abordar o envolvimento da Arquidiocese de Maceió no conflito agrário nas terras da Fazenda Flor do Bosque. Isso é uma mudança essencial, pois a Igreja anteriormente jamais deu um passo semelhante.

Esclarece-se que tanto a CPT/AL como a Arquidiocese de Maceió relacionava-se com os conflitos agrários, mas não sob essa forma radical de contestar a propriedade senhorial pela ocupação, o que dava à discussão da propriedade uma nova dimensão no quadro da política em Alagoas. A Cúria Metropolitana aceitou integrar o conflito e reformular, embora num pequeno espaço político interno, o modo de o catolicismo articular-se ao agrarismo.

Esse apoio à luta das famílias semterra da Flor do Bosque é expresso logo no segundo dia após a ocupação, sendo Dom Edvaldo Amaral, o arcebispo à época, o primeiro a assinar a moção⁷² aprovada durante a realização da Assembleia da Arquidiocese de Maceió:

Atendendo à solicitação da Pastoral da Terra de Alagoas, a Arquidiocese de Maceió decidiu, em 29 de novembro de 1998, aprovar MOÇÃO de apoio às 300 famílias que ocupam desde a madrugada do dia 27 de novembro de 1998, a Fazenda Flor do Bosque em Messias. Nós cristãos, representantes de paróquias, Pastorais, movimentos, padres, religiosas e leigos, reunidos de 28 a 29 de novembro de 1998, na Assembleia Diocesana, apoiamos a luta e a ocupação das famílias que estão acampadas na Fazenda Flor do Bosque, porque é pacífica e necessária. Esperamos que a estrutura fundiária do nosso estado seja repensada e que os pobres possam ter acesso às terras improdutivas, e que a terra possa cumprir a sua missão sagrada: alimentar a humanidade⁷³.

Essa moção repercutiu positivamente dentro da Igreja, pois foram signatários padres, religiosas e leigos, além de a primeira assinatura ser do arcebispo de Maceió, Dom Edvaldo Gonçalves Amaral. Foram 154 pessoas que assinaram declarando o apoio da Arquidiocese de Maceió às famílias semterra, legitimando a ação pastoral da CPT/AL.

A moção se tornou pública e, poucos dias depois, foi destacada pelo Jornal Gazeta de Alagoas, com o título **Igreja apoia ocupação de terras em Messias**:

O movimento dos sem-terra tem um aliado de peso na sua luta pelo direito ao seu espaço definitivo. É a Igreja Católica, que semana passada divulgou um manifesto intitulado “Moção de apoio às 300 famílias que ocuparam a Fazenda Flor do Bosque, em Messias”. O próprio arcebispo arquidiocesano de Maceió, Edvaldo Amaral encabeça a lista dos subscritores do documento. Justifica que a Arquidiocese de Maceió decidiu aprovar moção de apoio àquelas famílias, “atendendo à solicitação da Pastoral da Terra de Alagoas”. Principia dizendo que “nós cristãos, representantes de paróquias, pastorais, movimentos, padres, religiosas e leigos (...), apoiamos a luta e a ocupação das famílias que estão acampadas na Fazenda Flor do Bosque, porque é pacífica e necessária” (GAZETA DE ALAGOAS, 1998, Caderno A10).

A CPT/AL muda, e com ela muda uma parte da Igreja, que assumiu uma dimensão mais ampla no trato da questão social e, de certa forma, no modo como encarava a relação eclesial com a estrutura de produção. A Flor do Bosque não secciona o processo de aproximação que setores da Igreja firmavam com a sociedade; na verdade, ela é resultado do aprofundamento do trabalho pastoral iniciado nos últimos anos da década de 1980.

O que se ressalta é essa atuação diferenciada da que se dava nos primeiros anos do seu surgimento em Alagoas. A Igreja não poderia assumir o lugar do semterra, mas inaugurava

⁷² Ver Anexo E

⁷³ ARQUIDIOCESE de Maceió. **Moção de apoio às 300 famílias que ocuparam a fazenda Flor do Bosque em Messias**. Maceió, 29 de novembro de 1998.

um espaço político: o lugar daqueles empobrecidos que tiveram força suficiente para enfrentar o poder senhorial.

Nesse caminho que se está a trilhar, garante-se o espaço do sujeito político e coletivo semterra, realçando o seu protagonismo de resistência no transcurso da ocupação e da conquista das terras da Flor do Bosque. Nascia efetivamente um novo sujeito político, a reclamar e a conquistar seus direitos: tratava-se do sujeito político e coletivo chamado semterra da Flor do Bosque, cujo protagonismo de resistência tem de ser grifado.

As histórias de vida dessas pessoas semterra, anteriores à experiência da ocupação, estão profundamente relacionadas com os fazendeiros e usineiros que exploravam sua força de trabalho nos canaviais implantados no Vale do rio Mundaú. Essa relação ocorria como uma sina. Esse “determinismo” demonstrava a força da subjugação e o quase mote de sua permanente continuidade.

O sistema canavieiro, mesmo com o seu altíssimo grau de exploração, constrói uma imagem na qual não existe vida fora do canavial, como se, fora dele, os explorados não conseguissem oxigênio para se manter vivos. Donos das terras e exploradores da força de trabalho impõem um inferno astral aparentemente intransponível. O latifúndio canavieiro trabalha para naturalizar a sua brutalidade.

Embora os canavieiros sintam nos corpos exaustos e nos bolsos quase vazios a força da dominação, eles continuam a compor esse sistema canavieiro. Ainda que contem com um processo de mecanização, a força de trabalho é condição *sine qua non* na produção de açúcar e álcool, em particular na Zona da Mata, devido ao seu relevo.

A semterra Marinalva Celestina da Conceição conhece muito bem esse sistema de exploração de que ela e a família foram vítimas. Antes de entrar na luta semterra e contestar abertamente o mando senhorial, ela foi canavieira no município de Branquinha. A sua fala é a de quem esteve presa ao canavial, de quem viveu aproximadamente por duas décadas se sujeitando às normas senhoriais: baixíssimo salário, trabalho clandestino e insalubre.

Ela expõe como se dava a sua participação no processo de produção da cana-de-açúcar:

Eu antes morava em Branquinha. Trabalhava no alugado. No alugado. Trabalhava na Usina Laginha. Eu sofri muito na Usina Laginha trabalhando. Trabalhei vinte anos na Usina Laginha clandestina, nunca recebi um centavo. Meus pais foram botados para fora de lá, minha mãe, nunca ganharam nada. Eu saí com vinte anos de serviços na Usina Laginha e nunca ganhei uma prata, além da mixaria que ganhava por semana. Olhe, eu e minha família, minhas irmãs, éramos procuradas na Usina

Laginha para trabalhar no veneno, em cana, em negócio de adubo, em semear cana. Eu trabalhava mais em adubo, adubação de cana, plantação de cana⁷⁴.

Esse encontro entre a CPT/AL e os semterra principia nos canaviais. Neles foram iniciados os trabalhos pastorais em Alagoas. Muitos daqueles que eram explorados no monocultivo da cana encontraram na luta pela reforma agrária a oportunidade de retomar a vida econômica e social, dada a grave conjuntura daqueles anos, marcados pelo desemprego e pela derrubada de moradias.

Naquela mesma época, demonstrando mais uma vez o caráter da exploração dos trabalhadores, foram destruídas, na Zona Mata canavieira, conforme Carvalho (2009), 40 mil casas; essa tragédia de repercussão nacional objetivava, mais uma vez, preservar o latifúndio canavieiro de futuras ações trabalhistas movidas pelos demitidos da cana que ainda residiam nas casas construídas nas propriedades das usinas ou de fornecedores.

Essa ação é esclarecida por Carvalho:

As demolições tiveram como objetivo remover trabalhadores que moravam em casas no interior das propriedades, evitando uma situação que caracterizaria vínculo empregatício e, portanto, o pagamento de encargos trabalhistas. Os proprietários derrubaram as casas e expulsaram trabalhadores por temer que, no futuro, eles entrassem na Justiça pedindo indenização (CARVALHO, 2009, p. 94).

Esse êxodo, imposto às famílias canavieiras que migraram para os centros urbanos, com ênfase para as periferias de Maceió, resultado da ação do latifúndio canavieiro, quando determinou e efetivou as demolições das casas, impactou a capital de Alagoas de tal maneira que, conforme Carvalho (2009), entre 1990 e 1995, surgiram 71 novas favelas em Maceió. Estamos tratando de 40 mil casas derrubadas na região norte de Alagoas, um ação criminosa planejada por usineiros e fazendeiros, com impactos nos tempos atuais.

O quadro desfavorável levava a um abandono do espaço rural, como possibilidade imediata na recomposição do emprego e da moradia. A corrida às periferias de Maceió era o caminho aparentemente mais curto para reaver direitos que lhes foram tomados, mas significou apenas a transferência dos problemas para um novo ambiente. Os empobrecidos do campo passaram a compor o contingente empobrecido da cidade, com a lógica do capital rural sendo substituída pela do capital urbano, especialmente com a política imobiliária a subdividir a cidade em locais de pobreza, refazendo o eixo original em que ela foi plantada desde o século XIX, inaugurando bibocas e grotas.

⁷⁴ CONCEIÇÃO, Marinalva Celestina da. Entrevista gravada e realizada por Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloisa Muniz do Amaral. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 11 de janeiro de 2012.

Nem todos seguiram no mesmo rumo. Nem todos perceberam na migração a solução para aquela agonia. Parte das famílias que não migraram, que se recusaram a aceitar a rota da imposição, logo foram percebidas pelos militantes do MST e pelos agentes da CPT como uma força política que poderia ser obtida a partir de diálogos. As visitas nas pontas de rua foram as vias para encontrar aquelas famílias que viviam no esquecido do mundo urbano, que moravam da forma mais precária e às margens das cidades. Condição que se aproxima do que denominamos de periferia. Foi lá, nas pontas de ruas, que o MST e a CPT agiram com o método conhecido como trabalho de base, quando o Movimento se desloca na direção daqueles que foram vilipendiados, que ocupam dentro da engrenagem do sistema uma posição marginal na vida política e econômica, propondo uma reação capaz de alterar essa realidade.

A missão do Movimento foi juntar, dialogar, animar. Contribuir para transformar essa força esvaziada em reação organizada capaz de contestar a estrutura agrária da região, por meio de ocupações legítimas do latifúndio. O que estava esquecido, vencido e sem perspectiva assume a identidade de Movimento com uma força política que, em luta, propõe mudanças radicais na malha agrária. Com manifestações públicas como ocupações de terras e de órgãos públicos; marchas contra o latifúndio; romarias da terra; em audiências com o INCRA; em paradas de rodovias, a realização da reforma agrária.

Sobre o modo como o Movimento opera na construção da força política semterra, o historiador Luiz Sávio de Almeida expõe:

A função do movimento é coordenar essa força dispersa que iria ser esvaziada e dar densidade à sua presença política, terminando com a destinação das gentes do fundo do poço econômico à cidadania, significando, neste ponto do texto, a capacidade política de intervir no confronto de forma a acentuar linhas de mudança. Jamais estaríamos afirmando que sem-terra é oriundo obrigatoriamente de setores do lúmpem, mas estamos discutindo como os movimentos dão força política ao que o sistema julgava incapacitado politicamente pela absoluta condição de despossuídos. Então os movimentos trabalham com uma mudança essencial no jogo do poder (ALMEIDA, 2010, p. 20).

Disso resulta um processo coletivo de luta contra os seus opressores; o acampamento semterra foi colocado como uma ferramenta capaz de fazer o caminho em busca da liberdade. Essas famílias animaram-se e encorajaram-se a partir das suas histórias de vidas. Elas começaram a enxergar na luta pela terra um meio de manter a esperança em melhores dias, perceberam que a partir das suas fraquezas (sem emprego e sem casa), condição comum a tantas outras famílias, poderiam constituir lutas políticas coletivas e exercer uma força transformadora.

O acampamento, como explica o semterra José Feliciano (Saúba), é o espaço de reconstrução da vida:

Cair na melhor estrada que existe no Brasil, para um colega analfabeto, para uma pessoa que não tem uma profissão, não tem nada, é o semterra. Porque você tendo coragem de trabalhar, sabendo plantar uma roça, sabendo alguma coisa, mesmo que não saiba, mas ele sendo inteligente, aqui a gente ensina para ele e é o único caminho que tem para o pobre. Porque trabalhar para o latifundiário, eu trabalhei na minha vida de nove anos até os meus 52 anos de idade, e nunca arrumei nada. Nunca arrumei nada. Que o trabalhador alugado é o seguinte: ele trabalha o dia todo, e quando é de noite ele está passando fome. E aqui, não. Eu trabalho um dia aqui, eu passo um mês comendo. Foi assim que eu vim para o acampamento (FELICIANO, 2014, p. 67).

Como resultado do trabalho de base, foram formados os primeiros acampamentos semterra no Vale do Mundaú. Nessa experiência a estrutura pastoral foi colocada como um apoio ao processo político conduzido pelo MST. A presença da CPT/AL nessas ocupações ocorria na contribuição no trabalho de base e nas articulações de apoios políticos e solidários às ocupações dos imóveis improdutivos. Coube ao MST a condução política dessas ocupações.

Essa convivência com o MST nas ocupações de terras contribuiu decisivamente nos passos dados em direção da Flor do Bosque. Isso não significa que essa relação foi um estágio, nem que existia um projeto denominado **Ocupação Flor do Bosque**. Resgatando o que já foi visto anteriormente, a CPT paraibana e a pernambucana já vivenciavam as ocupações de terras. É daí, da prática dessas CPT que são membros da CPT Regional Nordeste II (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), sem dúvidas, que advém a maior influência do envolvimento da CPT/AL no acontecimento Flor do Bosque.

Essa atividade política decorre de vários fatores, entre os quais o grande número de desempregados da cana, o acompanhamento missionário da Igreja no Vale do Mundaú e nas comunidades canavieiras, as derrubadas das casas dos canavieiros, as terras improdutivas, a relação política com o MST e a presença da CPT nas bases empobrecidas.

O trabalho de base, nas áreas canavieiras, refletiu com as famílias desempregadas a respeito das ocupações das terras como a oportunidade de recomeçar a vida sem ter de deixar o campo, sem precisar romper com os laços familiares. Um recomeço que ocorreria na localidade, dando-se na mesma região antes predestinada ao plantio da cana. Ali, onde a exploração se consumava, seria o espaço da reconstrução da dignidade.

A estrada estava pavimentada; a dura conjuntura exigia reações coletivas e organizadas. O discurso em defesa da democratização da terra conseguia reunir os

empobrecidos, sendo as ocupações das terras improdutivas uma ação necessária capaz de gerar uma força sobre o Governo Federal na realização da reforma agrária. Havia inúmeros imóveis rurais que estavam de certo modo “disponíveis”, pois não cumpriam a sua função social, tornando-se legítimo que os canavieiros e os expulsos do campo ocupassem essas fazendas.

Foi nesse contexto social da década de 90 que as famílias semterra, com o apoio direto da CPT/AL, ocuparam, no dia 27 de novembro de 1998, a Fazenda Flor do Bosque. Os principais jornais destacaram em suas capas a ocupação no dia 28 de novembro de 1998: **Pastoral da terra comanda ocupação** (Gazeta de Alagoas); **Pastoral lidera ocupação de terra** (O Jornal); **Pastoral da Terra ocupa fazenda no município de Messias** (Tribuna de Alagoas).

Nascia outra orientação política de ocupação de terras em Alagoas, vinculando diretamente a Igreja Católica aos conflitos agrários,

Liderados pela Pastoral da Terra da Igreja Católica, cerca de 300 famílias de agricultores sem terra ocuparam ontem de madrugada a Fazenda Flor do Bosque, em Messias. A área pertence à Usina Bititinga e está arrendada a um advogado, mas permanece coberta de mato e palha de cana. Os sem terra são procedentes de vários municípios da região e alguns são ex-funcionários da usina, que nunca foram indenizados. O arrendatário da fazenda esteve no local e disse que voltaria com a ordem de despejo emitida pela Justiça. É a primeira ocupação liderada pela Pastoral, que se limitava a apoiar as ocupações do MST (O JORNAL, 1998, Capa).

Esse conflito agrário ocorrido nas terras da Flor do Bosque durou oito anos. É possível aferir a intensidade das tensões que ali ocorreram tomando-se a persistência das famílias como fator de aclaramento, diante das vezes que o Poder Judiciário determinou a reintegração de posse ao suposto proprietário e o Estado de Alagoas, por meio do uso da força policial, conseguiu retirar as famílias do imóvel: “Foram 17 despejos, e só acontecia isso na hora de comer; as nossas panelas eram chutadas e nós ia pra BR e sempre tinha despejo, e de toda situação a gente tinha dó e a vida era difícil”⁷⁵.

Foram oito anos de muitas ações do latifúndio contra o acampamento semterra, com o claro intuito de derrotar a ocupação. Promoveram o envenenamento da lavoura e da água da cacimba, houve ameaças de prisão. Conforme Lima, “durante uma paralisação na qual se pedia uma contribuição financeira para amenizar a fome, um caminhoneiro atropelou

⁷⁵ SILVA, Reginaldo Guilherme da. Entrevista gravada e realizada por Maria Cavalcante. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 de março de 2015.

a jovem Josiete da Silva, de 22 anos e mãe de dois filhos, que veio a óbito após ser arrastada por alguns metros” (LIMA, 2013, p. 387).

O tensionamento era habitual entre as famílias semterra e o pseudoproprietário, e também com a arrendatária das terras da Flor do Bosque: a Usina Santa Clotilde. O que estava em questão era o controle da terra, e a luta da Flor do Bosque poderia ser exemplar. O poder senhorial não admitia o surgimento de sujeitos livres. Combater aquela ação nas terras da Flor do Bosque equivalia a manter o agrarismo alagoano.

O semterra Reginaldo Guilherme da Silva explicita como se dava o conflito e como a lavoura e a água foram afetadas:

Quando a gente começou a trabalhar o proprietário não queria que ninguém trabalhasse e começou fazendo pressão em cima da gente. Botando limites e sempre dizendo que a gente não podia plantar. A gente precisando trabalhar pra sobreviver, começava a plantar e ele começou botar veneno nas lavouras, nas cacimbas, pra gente não beber água. Isso foi um conflito grande. Depois ele achou pouco e veio com a polícia pra tirar nós daqui da terra⁷⁶.

A CPT, como uma pastoral de fronteira, nunca recusou o conflito: nasceu em Alagoas para apoiar a luta dos empobrecidos nos canaviais, que eram as vítimas do confronto. A ocupação da Flor do Bosque foi ao mesmo tempo a continuidade e o aprofundamento de um trabalho. Contudo, emergia a possibilidade de perder a sua essência: a pastoralidade. O risco, assumido pelo conjunto da CPT/AL, como visto na parte anterior, não afetou a sua origem de Igreja de base. O seu espírito pastoral foi preservado, o que é facilmente percebido em atividades ordinárias como as romarias, os jejuns, os retiros e as celebrações.

A tensão gerada nas terras da Flor do Bosque representou uma mudança acentuada na vida dos trabalhadores e na CPT/AL, que era coadjuvante do processo e não o sujeito político direto: o trabalhador. Este trabalhador passava a fazer parte de um conjunto, de um sujeito coletivo, esclarecido na tomada de consciência da luta. Não foi a CPT que gerou essa consciência. É necessário repetir que a consciência política se esclarece na prática e que as ações são falas objetivas: não se ocupava por ocupar, mas por ser absolutamente necessário.

É muito importante destacar o quanto a CPT/AL aprendeu com os trabalhadores. Tanto é assim que ela mudou a sua forma de agir, entendendo que as características da luta imprime o caminho estratégico. Ocupar e manter a ocupação eram requisitos; ocorreu uma priorização dos conflitos agrários envolvendo semterra, por se entender a luta pela reforma

⁷⁶ SILVA, Reginaldo Guilherme da. Entrevista gravada e realizada por Maria Cavalcante. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 de março de 2015.

agrária como uma forma concreta e transformadora do espaço rural, o que poderia quebrar com o agrarismo alagoano.

A luta das famílias semterra que ocuparam a Flor do Bosque provocou essa priorização. O envolvimento foi tão intenso que resultou em processos judiciais contra os membros da CPT/AL, atingindo até o arcebispo de Maceió. Foi a juíza da comarca de Messias que em agosto de 1999 condenou o arcebispo de Maceió e o coordenador da CPT/AL a pagarem 5 mil reais “por atrapalharem decisões judiciais”. A mesma magistrada solicitou à Policial Federal que investigasse as atividades políticas do padre maltês Alexander Cauchi, vigário de Messias e membro da CPT, com a intenção de extraditá-lo⁷⁷.

Apesar de ter sido condenado em primeira instância, Dom Edvaldo Gonçalves Amaral manteve-se firme no apoio à luta das famílias semterra. Em 25 de julho de 2000, dia dedicado ao agricultor, ele enviou correspondência ao então ministro do desenvolvimento agrário, Raul Jungmann, expondo a sua preocupação com a perseguição jurídica que membros da CPT/AL e ele estavam sofrendo por parte da titular da comarca de Messias. Também denunciava o terceiro despejo concedido pela magistrada.

O arcebispo dizia que:

A juíza da comarca de Messias condenou, em primeira instância, a mim e ao coordenador da CPT, Carlos Lima, a pagar R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por prestar solidariedade aos camponeses. Os advogados da CPT conseguiram reverter este quadro no Tribunal de Justiça. A magistrada solicitou, por ofício, que a Polícia Federal investigasse a vida do orientador espiritual da CPT/AL, Pe. Alexander Cauchi, ressuscitando institutos da ditadura. E recentemente, a juíza nos deu, a mim e a toda a equipe da CPT, um prazo de 15 dias para nos defendermos, judicialmente, de outro processo movido pelo proprietário, além de determinar pela terceira vez a reintegração de posse (AMARAL, 2000, s. p.).

Eram reações do mando senhorial que não aceitava a ação pastoral da Igreja voltada para legitimar as ocupações de terras. O mando senhorial reagia, na tentativa de evitar o surgimento do primeiro assentamento da cidade de Messias, um município predominantemente canavieiro e dominado pelo agrarismo alagoano.

3.3 O pensamento católico

⁷⁷ A magistrada solicitou, por ofício, que a Polícia Federal investigasse a vida do orientador espiritual da CPT/AL, padre Alexander Cauchi, ressuscitando institutos da ditadura. AMARAL, Edvaldo Gonçalves do. **Carta ao ministro Raul Jungmann**. Maceió, 25 de julho de 2000.

Há uma dupla mudança ensaiada e ensinada pela organização dos trabalhadores. Do ponto de vista deles, a afirmação da consciência política, a recusa de ficar no poço político da pobreza. Do ponto de vista da CPT/AL, o aprendizado foi que não basta propor, mas que se deve integrar o processo político da emancipação dos trabalhadores; por outro lado, introduziu na Arquidiocese de Maceió a questão da reforma agrária, renovando assim a opção pelos pobres. Neste caso, especificamente, os empobrecidos semterra da Flor do Bosque.

O arcebispo de Maceió agia em acordo com o pensamento católico brasileiro sobre a questão agrária. A Igreja se ocupa com os estudos e publicações de documentos que evidenciam uma preocupação com os que foram excluídos da terra e com os empobrecidos que nela vivem. Como parte dessa atenção aos que sofrem ameaças do modelo agrícola e do grande capital, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o Conselho Missionário Indigenista (CIMI), em 1972, e a Comissão Pastoral da Terra, em 1975. Pastorais sociais dedicadas aos índios, lavradores, posseiros e *semterra* que atuam diretamente nos conflitos agrários.

Os bispos, por meio da (CNBB), vêm se posicionando firmemente em defesa da demarcação do território indígena e da reforma agrária. A leitura realizada pela CNBB utiliza como chave a estrutura agrária. Desse modo, os bispos não correm o risco de cair em armadilhas do imediatismo conjuntural.

Os documentos partem da realidade dos que vivem no campo, como demonstrado logo na introdução do documento 17: **A Igreja e Problemas da Terra**, aprovado em 1980, durante a 18ª Assembleia dos Bispos do Brasil:

1. A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la.
2. Reunidos na 18ª Assembleia Geral, nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, decidimos dirigir uma palavra aos nossos irmãos na Fé, a todas as pessoas de boa vontade e responsabilidade, especialmente aos trabalhadores rurais e aos povos indígenas, sobre o problema da terra e dos que nela vivem e trabalham.
3. Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária (CNBB, 1980, p. 1).

No documento **A Igreja e Problemas da Terra**, os bispos utilizaram os termos terra de trabalho e terra de negócio. O primeiro, para legitimar a posse daqueles que utilizam a terra para a subsistência, dela retirando o sustento da família; o segundo, para denunciar a mercantilização da terra e a avidez do capital. Colocando a terra em evidência e distinguindo

o modo de produção, atribuem relevância à questão social da propriedade da terra, a partir das experiências de vida dos ameaçados ou atingidos pelo modelo de utilização da terra.

Anunciam os bispos, ainda na introdução do documento mencionado:

5. Procuramos valorizar, preferencialmente, o ponto de vista, o modo de pensar e a experiência concreta dos que sofrem por causa do problema da terra.
6. É missão de a Igreja convocar todos os homens para que vivam como irmãos, superando toda forma de exploração, como quer o único Deus e Pai comum dos homens. Movidos pelo evangelho e pela graça de Deus, devemos não somente ouvir, mas assumir os sofrimentos e angústias, as lutas e esperanças das vítimas da injusta distribuição e posse da terra (CNBB, 1980, p. 1).

Os textos sobre a questão agrária, elaborados pela Igreja, apontam as causas e orientam na superação da realidade, colocando os empobrecidos como sujeitos históricos que podem e devem se organizar e lutar para viver com dignidade no campo. Esses documentos constituem pronunciamentos dos bispos brasileiros, mas partem da vida do povo e são formulados com base nas escutas nas dioceses, num processo que envolve os organismos, as pastorais sociais, os padres, as religiosas e os assessores da CNBB.

Quando aprovados, são colocados à disposição da sociedade, com o propósito de ampliar os clamores dos ameaçados e dos atingidos, dando ciência aos que participam da vida da Igreja, às autoridades e à sociedade de forma geral de que ali reside um problema que requer solução. Não se trata de uma constatação ou de um lamento, mas de um posicionamento da Igreja e de uma convocação para resolver uma questão:

7. Cientes de que este problema nos chama à prática da justiça e fraternidade, esperamos que o nosso pronunciamento, acompanhado de ações concretas, seja um motivo de ânimo e de esperança a todos os que, no campo, precisam da terra para o trabalho ou, na cidade, para moradia. Fazemos igualmente uma advertência evangélica aos que querem “ajuntar casa a casa, campo a campo, até que não haja mais lugar e que sejam únicos proprietários da terra”, como já denunciava o profeta Isaías (Is 5, 8).
8. Convidamos também todas as pessoas de boa vontade a que se unam e apoiem os nossos lavradores, não só para que eles reconquistem a terra, mas para que possam trabalhar, manter-se dignamente e produzir os alimentos de que todos precisamos, e que se unam e apoiem os que vivem em condições subumanas nas favelas e periferias das cidades (CNBB, 1980, p. 1).

Na mesma esteira, os bispos brasileiros aprovaram em 1984 o documento 31 – **Nordeste: Desafio à missão da Igreja no Brasil**. O contexto era a grande seca que atingiu o Nordeste no início dos anos 80 do século XX. Os bispos iniciam o documento afirmando não ser a seca o principal problema desta região:

Na verdade, não é a seca o problema fundamental do Nordeste. O problema principal é o empobrecimento crescente da população, fruto de uma injustiça diuturna e estrutural. O povo está ameaçado de genocídio. A vida do povo do Nordeste está sendo destruída (CNBB, 1984, p. 1).

No último ponto desse documento intitulado **Antes de mais nada, a Reforma Agrária**, os bispos reafirmam que a reforma agrária é a alternativa mais viável para encerrar o sofrimento dos 36 milhões de nordestinos. Para a CNBB, o problema da miséria do Nordeste é a terra concentrada em poucas mãos:

Se todos os compromissos enumerados são importantes, queremos, contudo, dar especial ênfase à necessidade urgente de uma reforma agrária autêntica e corajosa, adaptada às peculiaridades do Nordeste e acompanhada de uma adequada política agrícola. Chegar-se-á, desta forma, a suprimir a raiz principal dos problemas sociais nordestinos (CNBB, 1984, p. 20).

Documentos como os mencionados (o 17 e o 31) embasam e dão sustentação ao serviço pastoral da CPT e da Arquidiocese de Maceió. Assim, pode-se considerar que a atividade política que resultou na ocupação da Fazenda Flor do Bosque e o agir do arcebispo de Maceió respondem às exigências do compromisso dos bispos brasileiros com os empobrecidos.

Não se está afirmando que a gênese dessa ocupação sejam os documentos citados, mas que a Igreja se relaciona com a tensão agrária através da ação da CPT/AL e dos posicionamentos oficiais dos bispos. Assim, no caso da Flor do Bosque, a experiência pastoral e os pronunciamentos da CNBB se completam como prática e teoria.

No rol das publicações sobre a questão agrária a partir do olhar teológico, merecem destaque **Os pequenos possuirão a terra** (1996), sob a responsabilidade da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e do Conselho Nacional de Igreja Cristã do Brasil (CONIC) e **Os pobres possuirão a terra**, um pronunciamento de bispos e pastores sinodais publicado pelas Paulinas em 2006, ambas ecumênicas.

Atualizando essa temática e colocando o problema da terra em foco permanente, recentemente foi aprovado – após cinco anos de estudo –, durante a 52ª Assembleia Geral da CNBB, realizada em maio de 2014, na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo, o documento **Igreja e Questão Agrária Brasileira no início do século XXI**.

As referências documentais produzidas pela CNBB servem para demonstrar que havia uma ação na rede nacional da Igreja. A CPT/AL era a expressão direta da Igreja no conflito das terras da Flor do Bosque, e atuava balizada pelo pensamento católico e em harmonia com o arcebispo de Maceió e com a CNBB. Os posicionamentos públicos da CNBB em face dos problemas da terra demonstram uma preocupação central com a terra e com aqueles que nela

trabalham ou desejam trabalhar, bem como uma busca para a superação dos conflitos agrários e um cuidado com a integridade física e moral dos empobrecidos.

A Arquidiocese de Maceió, ante a morosidade do INCRA em desapropriar a Flor do Bosque e a persistência dos conflitos, se expressa outra vez, quando reunida em Assembleia Arquidiocesana em 27 de novembro de 1999, exatamente um ano após a ocupação:

O INCRA foi eficiente, agilizou a vistoria, e para felicidade dos trabalhadores e trabalhadoras a área era improdutiva e passível da Reforma Agrária. O que custamos a entender é a demora para que esses trabalhadores sejam definitivamente assentados na terra.

O que não podemos aceitar é que trabalhadores acampados e moradores da fazenda fiquem entregues ao acaso, sofrendo ameaças de expulsão das casas e sem trabalho. Por isso queremos repudiar toda humilhação sofrida pelos trabalhadores, nos despejos, no envenenamento das lavouras, da expulsão da beira da BR e, por último, pelo processo judicial contra D. Edvaldo Amaral e Carlos Lima, pessoas que sempre defenderam a justiça e a paz⁷⁸.

Uma das estratégias utilizadas era conferir visibilidade aos conflitos. Além da articulação em Alagoas, a CPT mantém relações nacionais e internacionais, uma espécie de rede solidária. As famílias da Flor do Bosque, nos momentos mais difíceis como nas ameaças de despejos, receberam apoio solidário do Canadá, da Itália, da França e da Alemanha. Entidades ligadas à Igreja que acompanham a luta dos semterra enviaram correspondência às autoridades brasileiras, solicitando a desapropriação da Flor do Bosque e a garantia da integridade das famílias, a exemplo da correspondência, via *e-mail*, endereçada ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto:

Ilustríssimo Senhor,
Somos membros dum grupo (CPEP) que trabalha para a erradicação da pobreza no Québec, Canadá e soubemos que o caso do acampamento Flor do Bosque, na Alagoas, ainda não está resolvido. O povo que reside neste acampamento está sofrendo muito. O caso fica conhecido no nosso país e deixa uma sombra sobre a atuação do seu governo. Pedimos urgentemente ao Senhor Ministro procurar resolver este caso e fazer justiça aos habitantes do Flor do Bosque. Desde já, agradecemos as medidas que tomará em favor destas pessoas importantes para nós. Assinam: Os membros do Comitê para erradicação da Pobreza (CPEP), Saint-François-du-Lac, Québec, Canadá
Por Mariette Milot⁷⁹.

Sem descuidar da organização interna, dá-se a criação dos grupos de família para garantir a segurança do acampamento, o avanço na produção de alimentos e o funcionamento de salas de aula. A organização interna era um trunfo forte das famílias diante das diversas tentativas de despejo.

⁷⁸ ARQUIDIOCESE de Maceió. Assembleia Diocesana de Maceió. Maceió, 27 de novembro de 1999.

⁷⁹ *E-mail* do Comitê para erradicação da pobreza enviado ao ministro Miguel Rosseto. Québec, Canadá, 12 de fevereiro de 2004.

Sobre a estratégia de expor o conflito para além das fronteiras das fazendas ocupadas, o historiador Luiz Sávio de Almeida escreveu:

Ao contrário, a CPT está claramente acentuando o conflito agrário, único modo de tornar legítima a discussão, inclusive, da própria reforma agrária, pelo estreitamento que o sistema realiza nas malhas de ação; neste sentido, ela é um avanço ante os trabalhos de sindicalização rural que chegaram ao SORAL em Alagoas, por via da Arquidiocese de Natal, por meio do Serviço de Assistência Rural. Possivelmente, a razão fundamental na superação esteja no modo de agir, no qual o meio é essencial como tática e, sobretudo, como enunciado estratégico. Ao que tudo indica, se fôssemos pensar a linhagem, a CPT deriva bem mais da solução pela via das Ligas Camponesas do que pelos sindicatos rurais, que foram decorrentes de uma leitura realizada por parte da Igreja sobre a relação entre campo e liberdade (ALMEIDA, 2010, p. 25).

3.3.1 A Flor do Bosque cartorial

A Fazenda Flor do Bosque, localizada no município de Messias, no leste de Alagoas, tomada pela grande propriedade canavieira foi, conforme a senhora Maria de Lourdes Ferreira Moura, tabeliã escritã do 1º Ofício e oficial do registro de imóveis, hipotecas e documentos de Murici, adquirida pela Usina Bititinga, em 28 de março de 1949, de acordo com a certidão⁸⁰ datada de 4 de julho de 1996:

Certifico por me ser verbalmente pedido que, revendo neste Cartório os livros de REGISTROS DE IMÓVEIS, deles consta que a propriedade agrícola denominada “FLOR DO BOSQUE”, situada neste município, a qual se confronta a Leste com o terreno Paraóes de Mauro Paiva; a Oeste, com a propriedade Catinga pertencente a diversos, e Prazeres, da Cia. Agro Industrial Omena Irmãos; ao Norte a Usina Bititinga; e ao Sul, com terrenos de Prazeres e Bititinga, PERTENCE à COMPANHIA AGRO INDUSTRIAL OMENA IRMÃOS, hoje USINA BITITINGA, conforme registro no Livro nº 3-J, sob o n.º 1.382, fls. 60, por compra feita ao Dr. Diniz Perello de Albuquerque Melo e sua mulher, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, devidamente registrada no Livro acima citado, em data de 28 de março do ano de 1949⁸¹.

Em 4 de março de 1999, a oficial do 1º Ofício de registro de imóveis, hipotecas e documentos de Murici emite outra certidão⁸², atestando que as terras da Fazenda Flor do Bosque pertencem ao senhor Valdemir Rodrigues dos Santos. Ao contrário do que ocorreu na certidão de 4 de julho de 1996, esta faz referência à compra de 500 hectares, transparecendo o que imóvel é bem maior; também esclarece que a aquisição foi resultado de ação da Justiça do Trabalho, com absoluta certeza, para pagamento de ações trabalhistas contra a Usina Bititinga:

⁸⁰ Ver Anexo F

⁸¹ Maria de Lourdes Ferreira Moura, tabeliã (escrivã do 1º Ofício e oficial do registro de imóveis, hipotecas e documentos, de Murici). **Certidão**. Murici, 4 de julho de 1996.

⁸² Ver Anexo G

CERTIFICO por me ser verbalmente pedido que, revendo neste Cartório os livros de REGISTRO DE IMÓVEIS, dele consta que quinhentos hectares (500) hectares de terras da propriedade agrícola denominada “FLOR DO BOSQUE”, situada nesta comarca, PERTENCE ao senhor VALDEMIR RODRIGUES DOS SANTOS, portador do CPF sob o nº 098.798.034/34 e da Cédula de Identidade nº 208.184-SSP.AL., conforme AVERBAÇÃO na MATRÍCULA nº 798, às fls. 165 do Livro nº 2-F e no Livro número 3-J, sob o nº 1.382, às fls. 60 do MANDADO DE AVERBAÇÃO E TRANSCRIÇÃO da JUSTIÇA DO TRABALHO da 19ª Região de União dos Palmares – AL, assinado pelo Dr. Paulo Cesar Santos Bezerra – Juiz Presidente⁸³.

A certidão que confere ao senhor Valdemir Rodrigues 500 hectares de terra na Flor do Bosque foi utilizada judicialmente contra os semterra. Era a “comprovação” de que aquele imóvel não pertencia mais à Usina Bititinga. O suposto proprietário fez uso do documento para comprovar a compra das terras, sendo indispensável na ação judicial que moveu solicitando reintegração de posse.

O que estava sendo articulado eram ações jurídicas para retirar as famílias semterra de uma área improdutiva e coberta de hipotecas. A Usina Bititinga, conforme certidão do mesmo cartório, devia, aos bancos oficiais, como o Banco do Nordeste do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. Ademais, havia inúmeras ações trabalhistas.

Assim descrevia um trecho da certidão:

CERTIFICO AINDA que o imóvel FLOR DO BOSQUE se acha HIPOTECADO em favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE ALAGOAS, conforme auto de penhora, expedido da carta precatória nº 74/94, extraída da EXECUÇÃO DIVERSA nº 93.0041-1 que move a Caixa Econômica Federal contra a Usina Bititinga S.A. Que o imóvel FLOR DO BOSQUE se encontra PENHORADO em favor do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A., conforme Auto de penhora extraído da AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL nº 00194025982-7; AÇÃO DE EXECUÇÃO nº 11.682/95 – execução que tramita na 4ª Vara da Capital Maceió/AL⁸⁴.

As certidões eram parte integrante do conflito. Foram resposta aos semterra, que teimavam em continuar acampados nas terras da Flor do Bosque, mesmo após o relatório preliminar do INCRA/AL sugerir o arquivamento do processo. O que estava sendo produzido eram documentos para barrar a continuidade da luta semterra.

Os ocupantes reagiam a essa trama utilizando o argumento da improdutividade da propriedade para justificar a permanência da ocupação e, também, angariar apoios da sociedade.

A semterra Marinalva Celestina da Conceição traça um panorama do dia em que chegaram à Flor do Bosque:

⁸³ Maria de Lourdes Ferreira Moura, tabeliã (escrivã do 1º Ofício e oficial do registro de imóveis, hipotecas e documentos, de Murici). **Certidão**. Murici, 4 de março de 1999.

⁸⁴ Maria de Lourdes Ferreira Moura, tabeliã (escrivã do 1º Ofício e oficial do registro de imóveis, hipotecas e documentos, de Murici). **Certidão**. Murici, 21 de junho de 1999.

Aqui, quando a gente chegou era tudo capoeira. Era tudo mato. A gente só via capoeira e traço de cana velha. Não via nada de beleza. Uma casa nós não víamos. A única casa que nós víamos aqui, quando nós acampamos, foi aquele grupo que tem ali, um grupinho velho, mais nada tinha. Só capoeira. Não tinha nada, gado, nada, nada tinha. Só capoeira mesmo⁸⁵.

A leitura da semterra Marinalva Celestina, que considerava aquela terra abandonada, sem cumprir a sua função social, se confirma na conclusão do laudo elaborado pelos técnicos do INCRA/AL, que classifica o imóvel Flor do Bosque como grande propriedade improdutiva, em 18 de fevereiro de 1999. Contudo, opina pelo arquivamento do processo administrativo, sob o argumento que os custos das construções elevariam o valor do imóvel, tornando-o inviável para o programa de reforma agrária.

Eis parte da conclusão:

Desta forma o Grau de Utilização da Terra (GUT) atingiu o percentual de 34,9% e o Grau de Eficiência de Exploração (GEE) a 79,9%, índices que permitem classificar o imóvel rural Flor do Bosque como “Grande Propriedade Improdutiva”, não cumprindo, portanto, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 6º da Lei nº 8.629/93. Considerando as informações contidas nos itens 11.2.6 e 11.2.7, bem como o disposto no item b do Art. 65 do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1996, verificou-se a existência de óbices que inviabilizam o imóvel para fins de reforma agrária, razão esta por que opinamos pelo arquivamento do presente processo⁸⁶.

Os pontos considerados impedimentos para a desapropriação do imóvel foram os 11.2.6 e 11.2.7, que tratam respectivamente da capacidade de geração de empregos e do custo por emprego gerado. Em resumo, os obstáculos são os ex-funcionários da Usina Bititinga, num total de 115, que residem precariamente nas terras da Flor do Bosque. A desapropriação da área beneficiaria apenas 67 famílias; como os moradores tinham prioridade em relação aos semterra, estava-se diante de um obstáculo jurídico que impediria a continuidade do processo.

Esses argumentos não foram suficientes para convencer a retirada do acampamento semterra, que se apegava, primeiramente, ao não cumprimento da função social da propriedade, e também contestava que as casas, na sua maioria, estavam em péssimo estado de conservação, conforme o próprio relatório; e, mais ainda, que as casas estavam praticamente num formato de arruado, bem próximo à margem da BR-101. Essa localização geográfica, não prejudicaria a criação do assentamento.

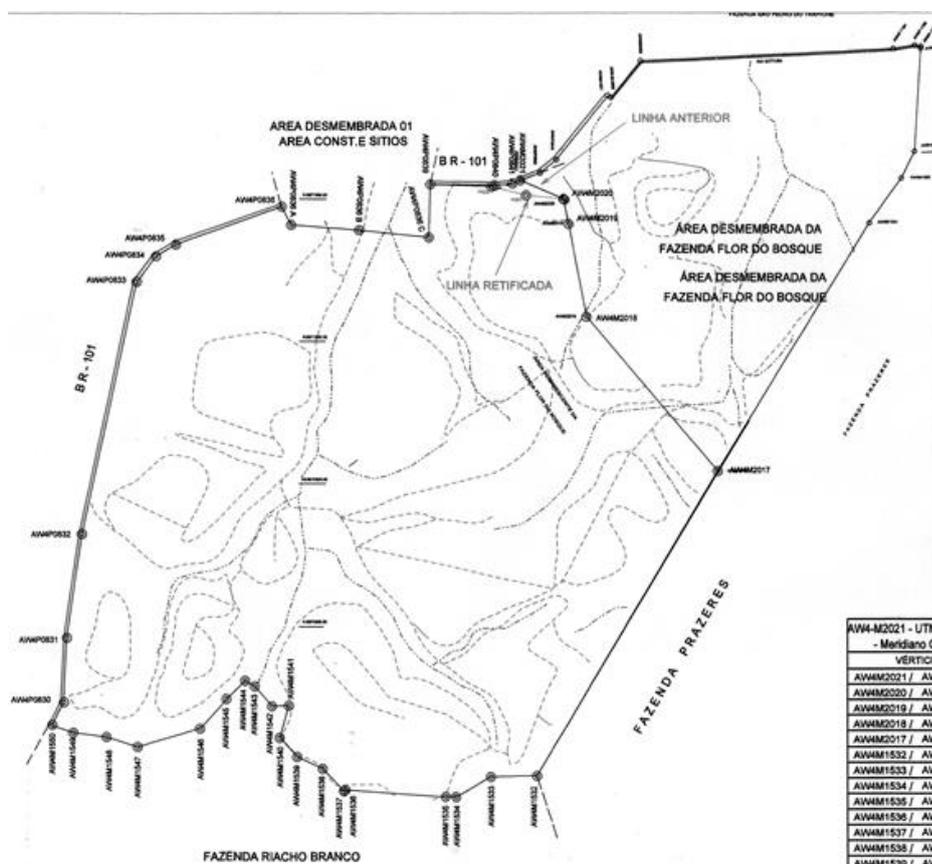
Assim, poderia ser negociada com os ex-funcionários a criação de um povoado e o direito à moradia. Fato consumado quando ocorreu a aquisição do imóvel por parte do

⁸⁵ CONCEIÇÃO, Marinalva Celestina da. Entrevista gravada e realizada por Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloisa Muniz do Amaral. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 11 de janeiro de 2012.

⁸⁶ INCRA/SR (22) AL. **Relatório técnico preliminar**. Maceió, 18 fev. 1999.

governo de Alagoas: criou-se o assentamento numa área de 350 hectares, e os ex-funcionários foram beneficiados com 120 hectares.

Figura 8 - Mapa da Fazenda Flor do Bosque



Mesmo diante dos argumentos levantados pelos semterra, em 25 de abril de 1999 ocorreu o primeiro despejo, conforme consta do histórico da Flor do Bosque⁸⁷, organizado pelo padre Alexander Cauchi, membro da CPT/AL e vigário, à época, de Messias. O despejo foi violento, sem a presença da CPT e do Conselho Estadual de Direitos Humanos; o

⁸⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. **Fundo: um pouco de história de luta e resistência do povo.** Maceió – AL, 2004, p. 3.

“proprietário”⁸⁸, com o apoio dos policiais, queimou as barracas e a plantação e despejou um líquido nas cacimbas, simulando tratar-se de veneno.

As famílias semterra retornaram ao imóvel no mês de maio e sofreram o segundo despejo em 22 de julho de 1999⁸⁹. As decisões judiciais que concediam a reintegração de posse não consideravam a improdutividade da propriedade, apenas observavam o laudo técnico, que opinava pelo arquivamento do processo de desapropriação da Flor do Bosque.

A improdutividade da propriedade, que a titular da Comarca de Messias ignorava, era o que mantinha a esperança dos semterra, que sofriam os despejos e retornavam ao imóvel ou acampavam às margens da BR-101; assim conseguiam manter a lavoura.

Deveu-se à persistência dos assentados em continuar na Flor do Bosque e ao pedido da CPT/AL para rever o arquivamento do processo, a declaração do então superintendente do INCRA/AL, Ricardo Bezerra Vitória, em 28 de julho de 1999⁹⁰, de que aquele imóvel era uma grande propriedade improdutiva e que o processo de desapropriação seria retomado, gerando um documento jurídico de efeito político na sociedade alagoana.

Assim se expressava o superintendente:

DECLARO, a pedido verbal de pessoas interessadas, que o imóvel rural denominado “FLOR DO BOSQUE”, com área de 479,44463 hectares, situado no município de Messias, Estado de Alagoas, pertencente ao Sr. VALDEMIR RODRIGUES DOS SANTOS, referente ao Proc. nº 2.124/98-65, foi considerado pela comissão de vistoria e avaliação como **grande propriedade improdutiva**, atingindo um Grau de Utilização da terra – GUT de 34,9% e um Grau de Eficiência da Exploração – GEE de 79,9%, não cumprindo, portanto, o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º da lei nº 8.629, e que o mesmo procedimento administrativo foi reaberto com o nº 065/99-71, por solicitação da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas⁹¹.

Utilizando, ainda, as informações contidas no relatório **Um pouco de história de luta e resistência do povo**⁹², verifica-se que em 13 de setembro de 1999 novamente as famílias foram despejadas e montaram acampamento, contrariando a vontade do “proprietário” e da juíza da comarca de Messias, nas margens da BR-101, demonstrando que aquela situação era provisória e que o retorno seria inevitável. O retorno ocorreu praticamente seis meses após o

⁸⁸ Serão utilizadas aspas por se entender que o imóvel pertencia à Usina Santa Clotilde, o que se comprova quando Governo de Alagoas adquiriu 350 hectares de terras na Flor do Bosque, abatendo da dívida desta usina com o banco do Estado de Alagoas (Produban).

⁸⁹ Idem, ibidem.

⁹⁰ Ver Anexo H

⁹¹ VITORIO, Ricardo Bezerra (Superintendente Regional do Incra em Alagoas). **Declaração**. Maceió, 28 de julho de 1999.

⁹² Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Um pouco de história de luta e resistência do povo**. Maceió - AL, 2004, p. 4.

despejo, quando em 11 de março de 2000 as famílias reocuparam a Flor do Bosque, reerguendo o acampamento e plantando roça.

Corria paralelamente a essas batalhas judiciais e políticas uma articulação com a prefeitura de Messias, com o objetivo de criar um povoado. Discutia-se o desmembramento de 120 hectares das terras da Flor do Bosque para atender os ex-funcionários da Usina Bititinga que residiam praticamente às margens da BR-101. O êxito dessa estratégia removeria o obstáculo jurídico e econômico responsável pelo arquivamento do processo de desapropriação.

O primeiro encontro para a formação do povoado começou em 23 de agosto de 1999, ocorrendo o segundo em 4 de maio de 2000; deste, além da prefeita Maria Teresa Calheiros, participaram representantes da Câmara de Vereadores de Messias e o INCRA/AL. O processo eleitoral municipal impôs uma pausa nas conversações entre os semterra e a prefeitura de Messias; o diálogo foi retomado em 6 de fevereiro.

Em 19 de fevereiro de 2001, o prefeito de Messias, Jarbas Maya de Omena Filho, dando continuidade à discussão iniciada na gestão anterior, sobre a criação do povoado para beneficiar os ex-funcionários da Usina Bititinga, enviou o ofício nº 49/2001⁹³ ao superintendente do INCRA/AL, José Quixabeira, solicitando a cópia do processo de desmembramento e a criação de um povoado no município de Atalaia.

O objetivo era adaptar a experiência de Atalaia à realidade de Messias, com a intenção de criar um povoado nas terras da Flor do Bosque, o que poderia contribuir no encerramento do conflito:

Mediante o primeiro contato no dia 6 de fevereiro deste ano, estamos solicitando em caráter de urgência a parceria com este órgão, em relação a uma solução do conflito da Fazenda Flor do Bosque.

Sabedora do interesse de Vossa Excelência, neste sentido, solicitamos uma cópia da documentação referente ao processo do desmembramento ocorrido no município de Atalaia, que o INCRA ficou de nos enviar, para posteriormente entrarmos em contato⁹⁴.

3.3.2 O acampamento semterra

Tomando como roteiro de base o relatório **Um pouco de história de luta e resistência do povo**, com informações que começam em 1998 (quando foi ocupada a Fazenda Flor do Bosque) até 2004, as falas semterra e as matérias de jornais, constata-se a intensidade dos

⁹³ Ver Anexo I

⁹⁴ OMENA FILHO, Jarbas Maya de (prefeito de Messias). **Ofício nº 49/2001**. Messias, 19 de fevereiro de 2001.

tensionamentos que ocorreram durante oito anos nas terras da Flor do Bosque. Essa longa contenda começa na madrugada do dia 27 de novembro de 1998, quando as famílias semterra montaram o acampamento.

No centro do acampamento uma cruz foi fincada como símbolo da ocupação, e um pedaço de trilho de trem foi pendurado numa estaca, também fincada no centro do acampamento. O trilho era utilizado como um sino e estava vinculado à ideia de alerta: quando era acionado, todos saíam dos barracos ou de onde estivessem e corriam para o centro do acampamento. Quando o trilho “tocava” poderia ser desde uma assembleia para definições dos encaminhamentos da luta, uma visita que se aproximava, até um ataque ao acampamento. De facões, foices e enxadas nas mãos, todos corriam para o centro do acampamento.

Dona Marinalva Celestina da Conceição lembra esses momentos:

A gente estava com uma panela de feijão no fogo, uma panelinha de água para fazer um arroz, deixava lá, o arroz às vezes tava no fogo, o feijão... Deixava lá no fogo, pegava o facão, botava na mão e saía na carreira para a assembleia. Chegava lá, a assembleia tocando, a gente fazia aquela roda, todo mundo lá, começava a cantar e tudo mais. E o feijão ficava lá no fogo, esquecia o arroz, queimava. Quando a gente saía da assembleia, que voltava para comer o feijão, estava mais preto que a terra. Feijão queimado, às vezes a gente comia arroz queimado, às vezes nem conseguia comer, jogava fora. Mas sempre permanecemos, sempre continuamos⁹⁵.

Era necessário viver em alerta permanente. As pessoas que protagonizaram a ocupação entendiam a necessidade de criar mecanismos de segurança, afinal conheciam os métodos usados pelo latifúndio canavieiro para manter a propriedade da terra e o mando político. Quem estava acampado e as entidades que apoiavam o acampamento semterra compreendiam que a disputa com o poder econômico e político era extremamente desproporcional. A arma que poderia ser utilizada, com eficácia, para enfrentar o agrarismo era a organização.

As tensões geradas no conflito deveriam ser enfrentadas pelo conjunto do acampamento, daí a ideia do sino como elemento aglutinador. Era um instrumento de alerta geral, e seu uso estava relacionado à segurança do acampamento, sendo um dos componentes organizativos que contribuía na caracterização do acampamento semterra. Ele não impedia as tensões, os ataques; sua função era contribuir na organização interna e na defesa do acampamento.

O esforço central foi manter o acampamento como expressão máxima da luta semterra. Semterra existem em todos municípios de Alagoas, mas os organizados

⁹⁵ CONCEIÇÃO, Marinalva Celestina da. Entrevista gravada e realizada por Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloisa Muniz do Amaral. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 11jan. 2012.

politicamente são aqueles que levantam acampamento nas terras do latifúndio e as reivindicam por meio da luta da reforma agrária. O acampamento Flor do Bosque, para se constituir numa força política, organizou-se internamente formando as equipes de segurança, de saúde, de limpeza e de acolhimento.

Havia uma equipe de coordenação política, que trabalhava em sintonia com as outras equipes, responsável pela organização do acampamento, por articular apoios e participar de audiências com o INCRA, com o governo de Alagoas, com a prefeitura de Messias e com a Igreja. A base dessa organização eram os grupos de famílias; deles derivam as equipes de segurança, de saúde, de limpeza, de acolhimento e a coordenação do acampamento, sendo as decisões tomadas coletivamente nas assembleias.

A semterra Maria Cavalcante expõe o processo organizativo do acampamento:

Quando a gente entrou para lá, era organizado em grupos; então tem os grupos de famílias. Então cada grupo tinha 15, 17 famílias, e se reunia. E cada grupo tinha a sua coordenação e tinha a reunião em grupo, e depois essa reunião se transformava em assembleia, para ver as decisões e o encaminhamento (CAVALCANTE, 2013, p. 26).

Neste sentido o acampamento, segundo Koselleck (2006), é construído no curso daquilo que ainda não se realizou, mas se concebe na experiência do acampamento. Ou seja, um processo de experiência que almeja o horizonte da expectativa. O assentamento começa a ser pensado, sem se realizar, ainda no acampamento. Daí a necessidade de construir solidamente o acampamento; ele é o presente de um futuro que não se pode definir. Mas pode-se caminhar num rumo, colocando a organização como um lastro que servirá ou não para o que há de vir. Há nos passos semterra o caminho para a liberdade, para a autonomia, indo além da conquista da terra e da criação do assentamento.

Tomando esse horizonte de expectativa, a organização política deve prosseguir no caminho da consolidação do acampamento. Avançar na plantação da lavoura, construir salão para reuniões, salas de aulas, moradias. Criar raiz na terra.

No caso da Flor do Bosque, a decisão da juíza da comarca de Messias, Ana Raquel Gomes, em 3 de dezembro de 1998, após se reunir com a coordenação do acampamento e com a coordenação da CPT (padres, religiosas e leigos) em baixo da lona preta, de não conceder a reintegração de posse e estipular um prazo de 90 dias para o INCRA vistoriar o imóvel, representou uma trégua de três meses, o suficiente para transformar as terras abandonadas da Flor do Bosque, num jardim de esperança. Novos barracos eram levantados

todos os dias, pois outras famílias chegaram ao acampamento e, conseqüentemente, crescia a área plantada.

A decisão da magistrada contribuiu para o fortalecimento do acampamento. Trouxe, também, um clima de paz na área. As famílias chegariam em 1999, sem o fantasma do despejo. A tranquilidade foi intensamente trabalhada, e o tempo de paz revertido em atividades na roça. Esse período também foi utilizado para trabalhar a consciência semterra, a identidade semterra, o que foi essencial para enfrentar as batalhas, que se iniciaram em 25 de abril, quando, atendendo à determinação da juíza, a força policial efetivou um despejo violento, com derrubadas das moradias e destruição das lavouras.

A respeito desse despejo, expõe-se:

A magistrada, que apresentou uma postura digna de elogios no início do conflito, quando suspendeu a reintegração de posse e concedeu ao INCRA um prazo para vistoriar o imóvel, além de determinar o despejo das famílias, passou a perseguir os agentes da CPT. Em 25 de abril de 1999, as famílias perceberam a força do Estado durante o primeiro despejo violento, no qual os barracos foram derrubados e queimados, e as lavouras destruídas. Destruíram o acampamento e a plantação, e, ainda, colocaram um líquido nas cacimbas, que segundo os jagunços, tratava-se de veneno (LIMA, 2013, p. 376-377).

Apesar do sofrimento decorrente da violência de que foram vítimas, quando tiveram as suas casas e suas lavouras destruídas, as famílias semterra retomaram o acampamento em maio de 1999, quando reergueram os barracos e recomeçaram a plantação; em 22 de julho de 1999 foram despejadas pela segunda vez; entre os meses de julho e setembro do mesmo ano, entraram novamente no imóvel, sendo despejados, pela terceira vez, em 13 de setembro de 1999. Num curto período de cinco meses ocorreram três despejos e duas reocupações.

O clima tenso estava restabelecido nas terras da Flor do Bosque. Os semterra não desistiam e continuavam lutando pela desapropriação do imóvel. Insistiam em manter o acampamento e a plantação de alimentos. Já o fazendeiro fazia uso de meios legais e ilegais para retirar o acampamento e as lavouras. O Poder Judiciário concedia as reintegrações de posse, desconsiderando tratar-se de área improdutivo. Como os semterra se recusavam a sair ordeiramente de uma terra que não cumpria a sua função social, o uso da força policial era acionado como um mecanismo eficaz para coibir, momentaneamente, a luta semterra.

Com essas remoções, o Estado declarava apoio à manutenção de um latifúndio comprovadamente improdutivo. Os semterra e o latifundiário brigavam pela posse das terras da Flor do Bosque. A frequência de despejos e de reocupação fez da Flor do Bosque uma zona de conflito permanente.

Sobre a tensão constante, opina o semterra José Mariano da Silva:

O fazendeiro não queria perder a terra pra gente e fazia de tudo pra tirar a gente de lá; sempre derrubava os barracos, teve uma polícia, 350, tudo armado, uma vez que veio e com cachorro, atirador de elite, tivemos 17 despejo com cavalaria, caminhão com cavalo, trator de pneu pra gradear tudo que a gente tinha. Então, daí por diante, a gente sempre resistindo, porque a gente quando vem ocupar uma terra a gente não tem medo de nada, está pronto pra tudo. Outra vez mais chegou o fazendeiro, botou veneno nas roças, botou veneno nas águas, mas nunca nós desistiu⁹⁶.

Os semterra retornaram às terras da Flor do Bosque em 17 de março de 2000. Levantar o acampamento e preparar a terra para a plantação foram as primeiras tarefas. Tradicionalmente, as famílias camponesas plantam o milho no dia 19 de março, dedicado a São José. Pela proximidade da data, provavelmente a retomada estava vinculada ao forte apelo religioso e à produção de alimentos. O latifúndio improdutivo reagiu, recorrendo outra vez ao Poder Judiciário; seu pleito foi, mais uma vez, atendido.

As famílias foram despejadas em 19 de julho de 2000 e montaram o acampamento nas margens da BR-101. Os semterra permaneceram acampados nas margens da BR-101 de 19 de julho, quando sofreram o quarto despejo, até o dia 10 de abril de 2001, quando reocuparam o imóvel, durante a marcha contra o latifúndio organizada pelo MST, MT e CPT.

A ocupação de 17 de março de 2000 foi noticiada por O Jornal com o título **Pastoral volta a ocupar fazenda**. A matéria realiza um pequeno histórico da ocupação:

A Fazenda Flor do Bosque, situada no município de Messias, foi reocupada ontem por 68 famílias de trabalhadores rurais sem terra ligados à Pastoral da Terra, da Igreja Católica. O imóvel – que fazia parte da falida Usina Bititinga – pertence ao advogado Valdemir Rodrigues e já foi considerada improdutivo pelo INCRA.

Segundo a Pastoral, o processo de desapropriação encontra-se arquivado no INCRA. A alegação para o arquivamento foi que sairia muito caro indenizar o proprietário por causa do alto valor das casas da propriedade. Entretanto, o relatório do órgão atesta que as casas se encontram em péssimo estado de conservação e na sua maioria são de taipa.

A Flor do Bosque foi ocupada pela primeira vez em novembro de 1998, por famílias da região da Mata Norte – Murici, Branquinha e União dos Palmares – que são acompanhadas pela Pastoral. Foi a primeira vez que a entidade coordenou uma ocupação de terra em Alagoas. Atualmente a Pastoral acompanha oito ocupações e o assentamento Dom Helder Câmara (O JORNAL, 2000, Caderno A5).

3.3.3 O acirramento: segunda fase do conflito

⁹⁶ SILVA, José Mariano da. Entrevista gravada e realizada por Maria Cavalcante. Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 de março de 2016.

O conflito nas terras da Flor do Bosque assume outro formato quando a Usina Santa Clotilde S.A., sediada na Fazenda Pau Amarelo, na zona rural de município de Rio Largo/AL, em janeiro de 2001, inicia o plantio de cana nas terras da Flor do Bosque. Estava em curso uma reação que retirava dos semterra o seu principal argumento: a improdutividade. A usina ingressa no conflito como suposta arrendatária. Mas, para os semterra, estava sendo revelada a identidade de quem detinha aquela propriedade. A usina possuía maquinários e mão de obra suficientes para modificar, rapidamente, a realidade encontrada pelas famílias semterra ao raiar do dia 27 de novembro de 1998, quando entraram na Flor do Bosque.

O poder econômico e político da Usina Santa Clotilde entra em cena. Esse fato novo pode esclarecer a causa de as reintegrações de posse serem concedidas numa área tecnicamente classificada como propriedade improdutiva. Talvez, também, resida aí o motivo dos constantes arquivamentos do processo de desapropriação da Flor do Bosque, a exemplo do parecer jurídico nº 11/99, de 30 de setembro de 1999, assinado pelo procurador do INCRA, José Quixabeira Neto. Em três linhas, ele conclui: “Pelo exposto e por tudo que está registrado e fundamentado neste trabalho, opino pela exclusão do imóvel rural ‘Flor do Bosque’ do Programa Nacional de Reforma Agrária”.

A usina não entra apenas nas terras da Flor do Bosque, ela assume o conflito agrário que já se arrastava por mais de dois anos; o seu propósito era cobrir aquelas terras com cana-de-açúcar, numa tentativa de derrotar a ocupação, expulsar os semterra e obstar a luta pela democratização do uso da terra num município predominantemente canavieiro. Evidente que se tratava de uma reação da retomada do espaço geográfico e político reivindicado pela pauta semterra.

Coincide, não por acaso, que a usina começa a trabalhar nas terras da Flor do Bosque no período em que os semterra estavam com um pé na fazenda e o outro na BR-101, plantavam na Flor do Bosque e moravam na área de domínio da União, condição imposta pelo despejo realizado em 19 de julho de 2000⁹⁷. O acampamento estava montado no limite da fazenda com a BR-101, o que garantia aos semterra continuarem a produzir na Flor do Bosque, preservando a relação com a terra e mantendo a pauta da desapropriação em evidência. Havia nessa conjuntura uma resistência semterra que era identificada no cultivo da lavoura, no acampamento nas margens da BR-101 e nas mobilizações, denotando uma existência semterra. Era necessário resistir para continuar a existir.

⁹⁷ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Um pouco de história de luta e resistência do povo**. Maceió/AL, 2004, p. 5.

As famílias reafirmaram a disposição de prosseguir na luta pelas terras da Flor do Bosque e de permanecerem em posição de enfrentamento. A nova circunstância não seria suficiente para afastá-las do horizonte inaugurado com a ocupação. Essa disposição é comunicada ao INCRA/AL por meio do ofício nº 01/01, de 22 de janeiro de 2001, da coordenação da CPT/AL, que expõe a determinação dos semterra, definida em assembleia, em manter-se no imóvel:

Vimos pelo presente externar a nossa preocupação com as recentes informações que tivemos a respeito do arrendamento da Fazenda Flor do Bosque, em Messias, à Usina Santa Clotilde. Acrescente a este fato os boatos sobre uma possível reintegração de posse da área federal ocupada pelas 65 famílias.

É do conhecimento desta superintendência que o imóvel Flor do Bosque foi ocupado em 27 de novembro de 1998. As famílias vêm cobrando do INCRA agilidade quanto à desapropriação. Recentemente, os trabalhadores com o apoio da CPT, MT e MST ocuparam a BR-101 norte, durante nove horas, cobrando a imediata desapropriação. O INCRA, através do seu superintendente, prometeu o máximo de empenho para finalizar o processo e amenizar a tensão, fruto da incerteza das famílias quanto ao rumo do processo.

Em dois anos, apesar de não terem a posse da terra e viverem na margem da BR 101, arriscando a vida, inclusive de idosos e crianças, os trabalhadores vêm produzindo e colhendo o suficiente para não passar fome.

Os despejos, as perseguições da Justiça e do latifúndio transformaram as vidas desses agricultores sem terra em defensores da reforma agrária e resistentes às ações dos fazendeiros. Os agricultores estão dispostos a reagir à ação da Usina Santa Clotilde. Em assembleia definiram que irão permanecer no local, custe o que custar (CPT, 2001).

3.3.4 A marcha em defesa da reforma agrária e contra o latifúndio

Diante de um inimigo do porte da usina, não caberiam ações de pequenas proporções, na visão da luta semterra. Foi necessário articular uma reação política e organizada capaz de equilibrar a correlação de forças nas terras da Flor do Bosque. O retorno à Flor do Bosque, em 10 de abril de 2001, foi resultado de um movimento coletivo dos semterra: a Marcha pela Reforma agrária e contra o latifúndio.

Organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores (MT) e Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Marcha saiu do município de Colônia de Leopoldina, em 5 de abril de 2001, na fronteira com Pernambuco, percorrendo 130 quilômetros, até Maceió. Os movimentos anunciaram que 2 mil pessoas marcharam de Colônia Leopoldina a Maceió.

O Jornal Tribuna de Alagoas noticiou que:

Mais de oitocentas pessoas, entre integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores (MT) e Comissão Pastoral

da Terra (CPT), iniciaram ontem, ao meio-dia, na divisa de Alagoas com Pernambuco, a Marcha pela Reforma Agrária e contra o latifúndio. Os trabalhadores sem-terra e assentados percorreram um trajeto de 12 quilômetros, a pé, até a cidade de Novo Lino, que fica a 98 quilômetros de Maceió. Na cidade, eles realizaram um ato público e colheram assinaturas para um abaixo-assinado contra o latifúndio (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2001, p. 7).

A Marcha, conforme a sua pauta⁹⁸, foi marcada por atos públicos contra o decreto presidencial 2.250, que proibia vistorias em terras ocupadas; contra o Banco da Terra; pela desapropriação das áreas ocupadas em todo o estado. Promoveu a coleta de assinaturas, propondo: uma emenda constitucional limitando a propriedade da terra; o fim da violência e da impunidade no campo; o desarmamento dos latifundiários.

Por onde passava, ela abria debates em defesa da reforma agrária e denunciava a violência no campo. No município de Flexeiras, ela solicitou agilidade na emissão de posse de áreas da região e a prisão dos mandantes e assassinos do trabalhador rural semterra Sebastião Felipe; em Messias, o Movimento reivindicou a desapropriação das terras da falida Usina Bititinga, em particular, das Fazendas Flor do Bosque e Prazeres:

De acordo com nota divulgada, ontem, pela Comissão Pastoral da Terra, a marcha terá início às 9h da próxima quinta-feira, reunindo cerca de mil trabalhadores rurais ligados à CPT, ao MST e ao MT, os movimentos Sem terra que atuam em Alagoas. A estimativa dos organizadores é de que entre a divisa e a praça Afrânio Jorge (da Faculdade, no Prado), onde acontecerá o ato público em memória dos mortos em Eldorado dos Carajás, no dia 17, os participantes percorrerão um total de 130 km. Ao longo do trajeto, eles farão em todos os municípios por onde passarem atos públicos, debates e coletas de assinatura para propor uma emenda à Constituição, limitando a dimensão da propriedade rural no País. Eles reivindicam ainda combate governamental aos produtos transgênicos (obtidos a partir de sementes que passaram por melhoramento genético) e revogação do decreto 2.250, que proíbe vistorias em áreas invadidas (O JORNAL, 2001, Caderno A-6).

Após marcharem cinco dias, saindo de Colônia Leopoldina, passando pelos municípios de Novo Lino, Joaquim Gomes e Flexeiras, os trabalhadores chegaram a Messias no dia 9 de abril de 2001. A permanência neste município, de 9 a 13 de abril, foi marcada por ações que geraram tensionamentos: fechamento da BR-101 e a prática do furto famélico de alimentos; retirada de uma parte do canavial da Fazenda Flor do Bosque e a reocupação desta; além disso, foram deflagrados tiros contra o acampamento Prazeres, localizado às margens da BR-101.

Figura 9 – Marcha (17/04/2001)

⁹⁸ Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: **Marcha em defesa da Reforma Agrária – acabar com 500 anos de latifúndio**. Maceió, 2001.



Em 9 de abril, entre os municípios de Flexeiras e Messias, os semterra integrantes da Marcha em defesa da reforma agrária e contra o latifúndio interditaram a BR-101 das 8h às 13h, cobrando a desapropriação dos imóveis ocupados por famílias semterra na região da Mata Norte de Alagoas, que passa pela área da Flor do Bosque. A Marcha exigiu a presença do superintendente do INCRA à época, José Quixabeira Neto. Quando chegou ao local da paralisação, conforme as notícias jornalísticas, foi ignorado pela coordenação da Marcha, retornando a Maceió sem travar qualquer diálogo com os participantes, como noticiou a Gazeta de Alagoas:

O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), José Quixabeira, afirmou, ontem, que foi “ignorado” pelas lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores (MT) e Comissão Pastoral da Terra quando esteve na BR-101 para negociar uma pauta de reivindicações solicitada por eles. Quixabeira salientou ter informado ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, sobre o bloqueio da BR-101 pelos movimentos sociais. (GAZETA, 2001, Caderno A5).

Em consulta aos jornais da época e a um documento protocolado pela coordenação da Marcha na Procuradoria-Geral da República em 16 de abril de 2001⁹⁹, identifica-se que estava em curso uma ação coletiva para desgastar publicamente o superintendente, com o objetivo de retirá-lo da direção política do INCRA de Alagoas. Ele, anteriormente, ocupava o cargo de procurador do órgão; fora, como já mencionado, o responsável pelo parecer (11/99, de 30 de setembro de 1999) que opinou pela exclusão da Flor do Bosque do programa nacional de reforma agrária. A coordenação da marcha o acusava de “burocrático” e incapaz de conduzir

⁹⁹ “Pelo exposto, solicitamos do Ministério Público Federal que exerça suas atribuições neste caso, intermediando o diálogo entre os movimentos e o Incra, a ser realizado na sede deste órgão, objetivando a negociação e a intervenção federal no Incra, o que visa à deflagração da discussão acerca da exoneração do Superintendente, Dr. José Quixabeira, por se apresentar como um burocrata, distante da realidade dos movimentos do campo, incapaz de responder aos anseios das 15 mil famílias sem terra acampadas em Alagoas, que apesar de pacíficas não arredam um passo dos seus direitos”.

o órgão responsável pela realização da reforma agrária. O superintendente suportou a pressão por 16 meses, sendo forçado a deixar o cargo no dia 2 de agosto de 2002¹⁰⁰.

Retornando ao bloqueio da BR-101, ocorrido em 9 de abril de 2001, fica clara a estratégia da Marcha em chamar a atenção da sociedade para a situação de abandono por que passavam os semterra acampados no estado. Além da paralisação da BR-101, em protesto contra a política de reforma agrária conduzida pelo superintendente do INCRA de Alagoas, que, na leitura do Movimento, não tinha compromisso com as famílias acampadas, foi realizado um furto famélico, justificado pelo estado de necessidade a que estavam submetidas as famílias que viviam acampadas, num caminhão de alimentos que passava pela BR-101.

Essa atividade foi destaque nos jornais locais e também em periódicos de circulação nacional, como o Jornal O Globo:

Uma marcha de sem-terra pela reforma agrária, ontem, em Flexeiras, a 73 quilômetros de Maceió, foi marcada por tensão, violência e saque de caminhão. Os militantes interditaram a Rodovia BR-101, que acompanha o litoral do Nordeste, e saquearam um caminhão de Chapecó, Santa Catarina. O saque aconteceu na presença do superintendente do INCRA em Alagoas, José Quixabeira Neto, do deputado estadual e presidente do diretório do PT, Paulo Fernandes dos Santos, e dos policiais militares que foram desobstruir a rodovia (O GLOBO, 2001, p. 10).

No dia seguinte, 10 de abril de 2001, a BR-101 foi bloqueada outra vez, o que corrobora a impressão de que os integrantes da marcha queriam utilizar as paradas da rodovia para evidenciar a sua extensa pauta de reivindicações e, ao mesmo tempo, deixá-las claras para as comunidades por onde passavam. Foi um bloqueio rápido, em torno de uma hora, e que serviu apenas para atrair os olhares para o sentido político de permanência da Marcha em Messias: retomar a Flor do Bosque. O que sucedeu logo após a liberação da BR-101, quando os semterra entraram na propriedade e removeram uma parte de cana, prepararam a terra e iniciaram as roças.

Foi uma atividade arrojada que retirou em torno de um hectare de cana no imóvel e, em seu lugar, plantou-se milho, numa ação simbólica em que a cana da usina era transformada em plantio de alimento. Com a reocupação da Flor do Bosque, os semterra atacaram frontalmente a estratégia de reverter, por via da plantação de cana, a improdutividade do imóvel e de manter os semterra distantes da propriedade.

¹⁰⁰ **Pressão de sem-terra tira Quixabeira do Incra.** A pressão dos movimentos dos sem-terra provocou ontem a saída do cargo do superintendente regional do Incra em Alagoas, José Quixabeira Neto. Ele foi acusado pelo MST, MT e CPT de “emperrar o programa de reforma agrária no Estado” (GAZETA DE ALAGOAS, Caderno Cidades A8, 2002).

O Jornal Gazeta de Alagoas em 11 de abril divulgou as ações dos semterra da seguinte forma:

Cerca de 800 trabalhadores rurais sem-terra interditaram, ontem, das 10 às 11 horas, a BR-101, nas imediações da ex-Usina Bititinga, em Messias, causando alguns transtornos no trânsito.

O protesto faz parte da programação da semana de atividades do Movimento Sem Terra, Pastoral da Terra e Movimento Pela Terra, que culminará com a marcha internacional da categoria, no próximo dia 16, em defesa da vistoria das propriedades agrícolas em estado de ociosidade há mais de dois anos.

“Também estamos protestando pela impunidade do massacre ocorrido em El Dourado dos Carajás, no Pará, e pelo assassinato dos companheiros alagoanos José Elenilson e Otávio Amaro”, afirmou Margarida da Silva, da direção estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Após o protesto na BR, os sem-terra entraram na Fazenda Flor do Bosque e queimaram oito hectares de canavial. Quando o fogo baixou, eles fizeram no local outro plantio: o do milho.

“Tudo isso aqui era uma lavoura enorme, onde nossos familiares roçavam e cultivavam vários tipos de comida: milho, feijão, mandioca, batata. Uma terra boa para arar e semear muitas coisas. Uma família rica invadiu, passou o trator, plantou cana e colocou capangas para os trabalhadores rurais não chegarem mais perto. A gente só quer recuperar a terra que é da gente por herança” (GAZETA, 2001, Caderno A9).

A noite do dia 10 abril foi bem movimentada. Um carro passou deflagrando tiros contra o acampamento, uma criança de 11 anos foi atingida no abdômen. Os semterra, revoltados com a ação dos pistoleiros, atearam fogo num trator da usina. Os semterra acusaram a usina de patrocinar o ato criminoso contra a criança e de tentar intimidar o Movimento com perseguições durante o dia 11 de abril. Uma das intimidações ocorreu quando o padre Alexander Cauchi conduzia a criança atingida pelos tiros; ele foi perseguido por dois homens num carro. Essa provável reação foi a responsável pela permanência da Marcha por mais dois dias no município de Messias. As autoridades foram forçadas a se deslocar até Messias, para se reunir com a coordenação da Marcha, que solicitou um delegado especial a fim de descobrir os responsáveis pelo atentado.

O clima tenso tomou conta da atividade semterra, conforme divulgou o Jornal Gazeta de Alagoas:

Os sem-terra acampados perto da Usina Bititinga, em Messias, viveram momentos de tensão, quando dois homens, num veículo, seguiram o padre Alex Cauchi, coordenador da Pastoral da Terra. Ele retornava de Maceió com a menina Tassineide dos Santos Ângelo, 11 anos, que foi atingida com um tiro durante ataque realizado na noite de terça-feira por dois capangas.

Ao chegar ao acampamento, as famílias contaram ao padre que viram homens rondando a área e tirando fotografias. “Acredito que são as mesmas pessoas que me seguiram na estrada, na volta da Unidade de Emergência”, afirmou.

Na reunião de ontem à tarde, realizada na sede da prefeitura de Messias, os dirigentes dos sem-terra cobraram do secretário de Defesa Social, Mario Pedro, a designação de um delegado especial para presidir o inquérito que vai apurar o ataque contra as famílias acampadas perto da Usina Bititinga. (GAZETA, 2001, Caderno A5).

A programação da Marcha retomou a normalidade no dia 13 de abril, quando seguiu de Messias em direção a Maceió. No percurso, como previsto, houve uma parada no Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas, localizado no município de Rio Largo, onde pernoitaram; no dia seguinte, marcharam até a Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C Simões, localizada em Maceió, no bairro Tabuleiro dos Martins.

A Marcha chegou ao Centro de Maceió no dia 16 de abril de 2001; a sua pauta continha dois pontos, o primeiro, a violência no campo, quando se falou dos 19 semterra assassinados em Eldorado dos Carajás (PA) em 17 de abril de 1996 e dos três semterra assassinados em Alagoas; e o segundo, a intervenção federal no INCRA de Alagoas.

Carregando foices e enxadas, contrariando a recomendação inicial da Polícia Militar (PM), cerca de 2 mil sem-terra chegaram ontem à Maceió, encerrando a marcha que iniciaram há cerca de 15 dias, no município de Colônia de Leopoldina. Eles participam hoje de um protesto nacional contra o assassinato de 19 trabalhadores, na chacina ocorrida há cinco anos, no município paraense de Eldorado dos Carajás. Pela primeira vez, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores (MT), facções que lutam pela reforma agrária no País, estão juntos em um protesto. Depois de pernoitarem na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), os sem-terra seguiram em marcha até o centro de Maceió (GAZETA DE ALAGOAS, 2001, Caderno A6).

A celebração da memória dos semterra assassinados em Eldorado dos Carajás e em Alagoas foi conduzida pelo arcebispo de Maceió, dom Edvaldo Amaral, e pela equipe da CPT/AL, no período da manhã do dia 17 de abril, na Praça Afrânio Jorge, conhecida como Praça da Faculdade, no bairro do Prado. O arcebispo dirigiu a celebração da Palavra, e participaram da atividade religiosa mais de 2 mil semterra. Durante a celebração dom Edvaldo proclamou aos semterra: “Vocês são a verdadeira Igreja de Jesus Cristo” (GAZETA DE ALAGOAS, 2001, Caderno A7).

É necessário realçar o empenho público do arcebispo de Maceió com a causa dos semterra desde a ocupação da Flor do Bosque, em 27 de novembro de 1998. Sensível ao sofrimento das famílias semterra, o religioso salesiano participou das celebrações, assinou moções e realizou visitas nos acampamentos. Numa atividade de compromisso pastoral e, portanto, eclesial, o que constituiu uma atitude inusitada de participação do alto clero da arquidiocese nos movimentos sociais.

Ao presidir a celebração da Palavra, a sensibilidade de dom Edvaldo se manifestou em lágrimas, o que foi noticiado na matéria do O Jornal em 18 de abril de 2001:

O arcebispo de Maceió, D. Edvaldo Amaral, chorou ontem pela manhã ao final da celebração da palavra para cerca de 2 mil trabalhadores rurais sem-terra, acampados na Praça Afrânio Jorge, Prado. Emocionado, o arcebispo recebeu de presente

bandeiras dos três movimentos dos trabalhadores (MT, MST e CPT), que coordenam a marcha local pela luta em favor da Reforma Agrária (O JORNAL, 2001, A6).

Ainda no dia 17, a coordenação da Marcha se reuniu com o superintendente do INCRA em Alagoas. O encontro foi muito tenso. O Movimento e o superintendente, mesmo com a colaboração dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, não se entenderam. O Movimento manteve na pauta a solicitação do afastamento do superintendente da direção do órgão, como requisito para o desenvolvimento da ideia de reforma agrária em Alagoas.

Quando a Marcha chegou à capital, o superintendente se apressou em informar que não receberia a sua coordenação na sede do INCRA¹⁰¹, o que gerou uma “quebra de braços”, pois o Movimento se recusou a tratar do tema da reforma agrária em outro espaço que não fosse no INCRA e anunciou que na tarde do dia 17 de abril seguiria em caminhada até o Edifício Walmap, no centro da cidade, onde estava localizada a referida repartição pública.

A atitude do superintendente seria uma resposta ao ocorrido na paralisação da BR-101 em 10 de abril, quando o Movimento não dialogou com ele, como também da correspondência protocolada no Ministério Público Federal em 16 de abril, pedindo uma intervenção federal no órgão. O fato é que o superintendente voltou atrás e recebeu a coordenação da Marcha, oficializando o acirramento entre as partes.

A marcha teve fim no dia 19 de abril, quando os semterra retornaram para suas áreas. As coordenações dos movimentos negociaram as suas pautas com o INCRA, mantendo o pedido de afastamento do superintendente.

Sobre a reunião na sede do INCRA, o Jornal Tribuna de Alagoas destacou:

Tensão e acusações contra a direção do INCRA em Alagoas marcaram a audiência realizada, ontem à tarde, entre militantes do MST, MT e CPT, na sede do órgão. A reunião foi intermediada por representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal.

Membros da Comissão de Direitos Humanos da PM, OAB e prefeitura de Maceió também participaram da audiência, concluída sem que um canal de negociações tivesse se reestabelecido entre os movimentos sociais e a direção estadual do INCRA.

O ato público, previsto para o início da tarde na Praça dos Martírios, também foi suspenso.

Lideranças dos movimentos aproveitaram a audiência para denunciar o superintendente do INCRA em Alagoas, José Quixabeira Neto. “Queremos a intervenção federal e o afastamento dele do INCRA”, reivindicou Reginaldo Pacheco, da direção estadual do MST (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2001, p. 5).

¹⁰¹ “Quixabeira, porém, se opôs à realização do encontro no Incra. Segundo ele, não haverá mais reuniões com lideranças sem-terra na sede do órgão. ‘Houve uma quebra de confiança, e ela foi motivada pelos sem-terra’, alega ele. O superintendente refere-se ao fato de ter sido ‘ignorado’ após convocado pelos movimentos para intermediar a suspensão do bloqueio da BR-101 na terça-feira da semana passada” (O JORNAL, 17 de abril de 2001, p. 5).

Insatisfeita com a forma como o INCRA estava sendo conduzido, a coordenação da Marcha, após se reunir com os semterra que estavam acampados na Praça da Faculdade, decidiu formalizar o pedido de afastamento do superintendente ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann. Conforme já mencionado, o afastamento do superintendente só ocorreu em 2 de agosto de 2002.

Repercutindo a decisão da coordenação da Marcha, o Jornal Gazeta de Alagoas de 19 de abril de 2001 noticiou:

Após uma reunião, ontem pela manhã, na Praça da Faculdade, os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores (MT) decidiram enviar ao secretário do desenvolvimento agrário Raul Jungmann o pedido de afastamento do superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), José Quixabeira. “Já protocolamos o documento, reforçando o pedido de intervenção federal no órgão”, afirmou um dos líderes do MT, Valdemir Augustinho. Ele lembrou que o documento também foi protocolado no Ministério Público Federal. Os sem-terra acusam funcionários do INCRA de modificar laudos e engavetar processos com a conivência de Quixabeira (GAZETA DE ALAGOAS, 2001, Caderno A7).

Com relação à reocupação da Flor do Bosque, que foi realizada durante a Marcha, quando foi fundada uma roça de milho, a usina reagiu com o pedido de reintegração de posse em 30 de abril de 2001, apresentando-se como arrendatária das terras da Flor do Bosque:

1. A autora tem a posse, através de contrato de arrendamento (registrado sob nº 40.381 do cartório do 4º Ofício de Maceió), da propriedade agrícola denominada Flor do Bosque, situada no município de Messias, Estado de Alagoas, com uma área total de 500 (quinhentos) hectares, ou seja, 1.650 (hum mil seiscientos e cinquenta) tarefas, devidamente registradas no cartório de registro de imóveis de Murici, no livro 2-F, fls. 165, em 30/9/96 (contrato – doc. 2), onde desenvolve atividades de plantio de cana-de-açúcar para processamento em sua unidade industrial no município de Rio Largo.
2. O MST e a CPT, em movimento de legalidade duvidosa, sobre serem as invasões informadas segundo critérios subjetivos, iniciou campanha com o fulcro de assentamento ou apoio nas terras do imóvel supramencionado, para a marcha de protesto que realizaram até a capital do Estado no último mês de abril.
3. Centenas de famílias, lideradas pelo Movimento dos Semterra (MST) e pela Pastoral da Terra (CPT), invadiram e fixaram acampamento na manhã de 10 de abril de 2001 na Fazenda Flor do Bosque, destruindo e queimando cerca de 1 hectare de cana-de-açúcar, de onde realizaram protestos e atos criminosos, como o saque a caminhão de frios e a queima de um trator da Autora (jornais de 12.4 e fotos anexas) (Ação de reintegração de posse, 30 de abril de 2001).

Anteriormente ao pedido de reintegração de posse realizado pela Usina Santa Clotilde, o imóvel Flor do Bosque passou a constar na lista divulgada pelo Governo Federal, em 26 de abril de 2001, como uma propriedade “invadida” em 10 de abril de 2001 e, portanto, não poderia ser vistoriada pelo prazo de dois anos. Quando a lista foi atualizada em maio do

mesmo ano, a Flor do Bosque constou novamente. Este foi um grande obstáculo no caminho dos semterra.

O edital público assinado pelo superintendente Marcelo Afonso Silva rezava o seguinte:

A Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA torna pública a relação dos imóveis rurais invadidos ou esbulhados no ano de 2001, ficando, portanto, vedada, pelo prazo de dois anos, a realização de vistoria para fins de desapropriação destinada ao programa de reforma agrária nos termos da Medida Provisória nº 2.190-50, de 27 de março de 2001, da Portaria/INCRA/P/nº101, de 22 de fevereiro de 2001 e da Portaria/MDA/nº 62, de 27 de março de 2001¹⁰².

Em julho de 2001, o juiz substituto da Comarca de Messias, Gilvan Santana, concedeu, a pedido da usina, a reintegração de posse do imóvel. As famílias montaram, mais uma vez, o acampamento às margens da BR-101, garantido a proximidade com a Flor do Bosque para a manutenção da lavoura. O magistrado tentou impedir que os semterra ficassem próximos à propriedade, mas não conseguiu. Eles contestaram alegando que a área que margeia a BR é de domínio federal, o que impede um juiz estadual de atuar. Assim, o acampamento foi erguido, novamente, na fronteira entre a Flor do Bosque e a área de domínio da União.

Conforme o relatório **Um pouco de história de luta e resistência do povo**, em 1º de setembro, a comissão de gerenciamento de crises da Polícia Militar foi até onde estava instalado o acampamento e comprovou que se achava em área de domínio da União. Contudo, informou que o magistrado determinou a destruição da lavoura, o que não ocorreu, visto que as famílias se colocaram contra a destruição e não havia um efetivo militar que garantisse a retirada da lavoura.

Posteriormente, em 7 janeiro de 2002, a usina ameaçou destruir a lavoura existente na propriedade, passando a máquina para avançar com o plantio de cana-de-açúcar. Os semterra foram ao INCRA em 8 de janeiro, denunciar a gravidade do que estava em curso. O INCRA informou que não tinha interesse no imóvel, alegando que a Flor do Bosque encontrava-se na lista de imóveis que não poderiam ser vistoriados e que havia um contrato de arrendamento entre a usina e o proprietário, que poderia ter alterado a classificação de propriedade improdutivo.

¹⁰² Edital Público, relação dos imóveis rurais impedidos de serem vistoriados para fins de desapropriação. Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrut/snda/iriv.htm> Acesso em: 7 maio 2001.

O órgão propôs um prazo de 75 dias para encontrar outra propriedade na região norte de Alagoas, que seria desapropriada para beneficiar as famílias da Flor do Bosque. Também se comprometeu a negociar com a usina um tempo de 100 dias para garantir a colheita da lavoura semterra, vinculando o pedido ao fim do conflito, porquanto outro imóvel seria adquirido para fins de reforma agrária.

Considerando a proposta do INCRA, em abril as famílias estariam em outra propriedade; isso não se efetivou pelo fato de o INCRA não ter aberto um processo administrativo que culminasse na aquisição de outro imóvel. Em 18 de junho, durante outra audiência com o INCRA, o órgão se comprometeu a indicar o imóvel até o dia 25 de junho; mais uma vez, o compromisso não se materializou.

Ainda utilizando as informações do relatório **Um pouco de história de luta e resistência do povo**, observa-se que o ano de 2003 já começa com a decisão judicial de despejar as famílias e destruir as lavouras. A lavoura tinha um apelo muito forte, pois o país estava numa grande cruzada para suplantar a miséria. Acertadamente, a coordenação da CPT/AL saiu em defesa das roças e das famílias, quando enviou ofício circular em 17 de janeiro de 2003 ao comando da Polícia Militar (PM), descrevendo a realidade do acampamento, que estava sendo ameaçado de despejo. Argumentou que a fome é constante em Alagoas e que destruir alimentos não seria um ato aceitável:

Em Alagoas são apresentados os piores índices sociais do Brasil; a fome e a miséria beiram os 60% da população. Estes são motivos suficientes para acreditarmos que o Governo do Estado, o Conselho de Direitos Humanos, a sociedade organizada, o Poder Judiciário, afinal, ninguém em sã consciência permitirá que uma desumanidade desse porte aconteça, aumentando ainda mais estes índices, em um momento em que todo o Brasil conclama o fim da fome de uma vez por todas (CPT-AL, 2003, s. p.).

O oficial de justiça declarou em 22 de janeiro de 2003 que esteve no acampamento Flor do Bosque com o intuito de fazer cumprir a determinação judicial do juiz da comarca de Messias: despejar os semterra e destruir as lavouras. Conforme declarou o oficial de justiça, as famílias tanto recusaram deixar o local ocupado como não aceitaram a destruição da lavoura. Elas afirmaram que a lavoura era o instrumento de resistência e que alimentavam a esperança de conquistar as terras da Flor do Bosque; abrir mão disso significaria, praticamente, deixar de lutar por aquelas terras.

Porém, o Poder Judiciário insistiu na retirada dos semterra e na destruição da lavoura:

Certifico que em cumprimento ao mandado do Dr. Gilvan de Santana Oliveira, MM. Juiz de Direito funcionando especialmente neste processo, eu, Oficial de Justiça abaixo assinado, dirigi-me à fazenda denominada Flor do Bosque, acompanhado das

seguintes autoridades: TEN. CEL. PM. ADILSON, TEN. LIMA, CB. ALBINO E SGT. HONORATO, e após tentativa de reintegração de posse pacífica na qual não obtivemos êxito, pois os sem-terra não concordam com a destruição das lavouras plantadas na área da usina, fato este que impossibilitou o cumprimento do referido mandado, em face de o efetivo policial ser insuficiente para o cumprimento do mesmo. Certifico ainda que o TEN. CEL. PM Adilson comprometeu-se a reunir efetivo suficiente para o cumprimento do feito, avisando previamente a este Juízo o dia da “**OPERAÇÃO**”. O referido é verdade e dou fê. Messias/AL, 22 de janeiro de 2003 (PODER JUDICIÁRIO, 2003, s. p.) (**Grifos no original**).

Os semterra recusavam-se a deixar o imóvel e permitir a destruição das lavouras. Já o magistrado insistia que a Polícia Militar cumprisse a sua determinação. A pressão aumentava no sentido da efetivação do mandado judicial; o Estado, pressionado, ameaçava usar a força policial para remover o acampamento e efetuar a retirada das roças.

A CPT reagiu e articulou uma campanha para garantir a permanência das famílias e suas lavouras, buscando apoio dentro e fora do país. Os endereços das autoridades relacionadas com a questão agrária e os direitos humanos foram por ela disponibilizados, resultando no envio de correspondências pessoais e de organizações. Essa rede demonstrou que não havia fronteiras estabelecidas; o conflito da Flor do Bosque passou a ser conhecido nacional e internacionalmente.

O Comitê para Erradicação da Pobreza (CPEP), de Quebec, no Canadá, foi uma das organizações que enviaram correspondência às autoridades brasileiras. Membros do Comitê já haviam visitado a Flor do Bosque e conheciam o povo e o conflito. Assim foi demonstrado o apoio em correspondência enviada ao INCRA em 25 de janeiro de 2003:

Aqui no Canadá, soubemos que o acampamento Flor do Bosque, no município de Messias, está ameaçado de destruição pelos proprietários da Usina Santa Clotilde. Conhecemos o lugar e o povo de lá por tê-los visitado no ano passado. Achamos este ato totalmente contrário aos direitos humanos e queremos denunciar publicamente o fato, se vier a acontecer. É por isso que pedimos para o senhor usar da sua influência para que este ato não aconteça e que o povo possa ficar no lugar, continuando a lutar para obter a sua terra. Vamos continuar a nossa vigilância neste caso e ir até o governo de Lula da Silva, se for o caso (CPEP, 2003, s. p.).

Com receio da repercussão do uso da força policial contra os semterra, o Governo Federal, por meio da Ouvidoria Agrária, enviou em 10 de fevereiro de 2003 um pedido de suspensão da reintegração de posse, utilizando o argumento de que o INCRA estava empenhado em desapropriar outro imóvel.

O ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, percebendo a gravidade do conflito, veio a Maceió em fevereiro, para tentar saídas que evitassem mais violência nas terras da Flor do Bosque. Como percebeu que a proposta de uma área alternativa não se concretizava, trabalhou para um estudo técnico e jurídico do processo de desapropriação da Flor do Bosque.

Assumiu o conflito como uma pauta do Governo Federal, inclusive com uma criação de uma equipe especial, na tentativa de desapropriar o imóvel:

A Ouvidoria Agrária Nacional requisitará uma equipe especial de Brasília para compor uma comissão que fará um reestudo técnico e jurídico das Fazendas Flor do Bosque ou Boa Vitória, localizadas no município de Messias, para verificar a possibilidade de sua destinação à reforma agrária. (BRASIL, Ouvidoria Agrária, 2003, s. p.).

O magistrado, em 8 de agosto de 2003, alterou o clima de aparente tranquilidade que pairava sobre as terras da Flor do Bosque, resultado da intervenção do ouvidor agrário nacional no mês de fevereiro de 2003, quando expediu o mandado de citação (Processo 838/2001)¹⁰³, concedendo a liminar de reintegração de posse e garantindo um prazo de 15 dias para a CPT/AL contestar o mérito da ação.

A coordenação da CPT/AL, de imediato, informou a situação ao ouvidor agrário nacional; em resposta, ele encaminhou outra correspondência ao Juízo da Comarca de Messias, solicitando a suspensão da reintegração por um prazo de 120 dias e argumentando que estava em curso uma negociação entre o INCRA e o “proprietário” do imóvel:

[...] tenho a elevada honra em dirigir-me a Vossa Excelência visando solicitar, **respeitosamente**, a suspensão do cumprimento do mandado de reintegração de posse da Fazenda Flor do Bosque, localizada no município de Messias, consoante decisão prolatada no bojo do processo nº 838/2001, **pelo prazo de 120 dias**, haja vista que o INCRA está negociando com o proprietário da área, senhor Valdemir Rodrigues, a possível aquisição do aludido imóvel rural em processo de compra e venda estabelecido no Decreto 433/92 (BRASIL, Ouvidoria Agrária, 2003, p. 1) **(Grifos no original)**.

Contrária à negociação entre o INCRA e o “proprietário”, a usina, na condição de arrendatária, insistiu na realização do despejo. Em 2 de setembro, o Estado enviou um efetivo da Polícia Militar, incluindo o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e a cavalaria, para Messias, a fim de promover o despejo das 107 famílias e destruir em torno de 11 hectares de roça. A tensão no acampamento aumentou quando foi confirmada a notícia de que o Bope estava em Messias, aguardando a decisão do comando para despejar as famílias e destruir a lavoura.

Os semterra mantiveram a posição de resistência, recusando-se a sair do imóvel pacificamente e dispostos a enfrentar a força policial, estimada em 300 homens. “Só do Bope havia 50 homens, segundo as contas do Tenente-Coronel Adilson Bispo” (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2003, p. 5). A tensão aumentava a todo instante, o confronto parecia inevitável. “Cada trabalhador rural, incluindo as mulheres, os mais velhos e até algumas crianças, se

¹⁰³ Ver Anexo J

posicionaram no meio fio da pista, em frente aos PM, com cassetete (sic) e foice na mão, numa posição de confronto” (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2003, p. 5).

Figura 10 - Semterra X Polícia Militar



Fonte: Jornal Tribuna de Alagoas, 2003 (Capa)

A tragédia prenunciada foi contornada devido à intervenção do ouvidor agrário nacional. Este anunciou que desembarcaria em Maceió e participaria de reuniões com o INCRA, a CPT/AL, o governo estadual e a usina, em mais uma tentativa de pôr fim ao conflito que já se estendia por cinco anos. O desembargador Geraldo Tenório também interveio, solicitando ao juiz de Messias a suspensão da reintegração de posse.

A iminência do conflito e a construção de um acordo foram estampadas na capa da Tribuna de Alagoas de 3 de setembro de 2003:

A decisão do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL) de conceder mandado de reintegração de posse da Fazenda Flor do Bosque, em Messias, invadida em 1998 por cerca de 107 famílias de sem-terra ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), por pouco não acabou em conflito entre a polícia e os trabalhadores rurais. Um efetivo de 250 policiais militares e 50 homens do Bope foi para o local providenciar a reintegração da área e destruir a plantação de milho, feijão e mandioca. Depois de uma negociação tensa, que só terminou à tarde, o TJ decidiu prorrogar para hoje,

quando chega ao Estado o ouvidor agrário nacional, Gercino Filho, a desocupação do imóvel (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2003, Capa).

Apesar dos esforços para evitar o confronto entre os semterra e a polícia militar, incluindo a vinda do ouvidor agrário nacional à Maceió, o Poder Executivo do Estado de Alagoas anunciou no dia 4 de setembro que o despejo seria realizado em quatro dias. A tentativa de acordo fracassou; a usina insistiu em permanecer utilizando as terras da Flor do Bosque e requeria que o estado promovesse a desocupação do imóvel:

Sem acordo. Foi assim que terminou a rodada de negociação, mediada pelo ouvidor agrário, desembargador Gercino José da Silva Filho, com representantes da Fazenda Flor do Bosque, em Messias, trabalhadores rurais ligados à Comissão Pastoral da Terra e representantes do governo do Estado. Depois de um dia inteiro tentando convencer o proprietário legal da fazenda, Valdemir Rodrigues dos Santos, a vender a terra invadida para a União, sem sucesso, está mantida a reintegração de posse para a próxima segunda-feira (8), conforme determinou o juiz Gilvan Santana (GAZETA DE ALAGOAS, 2003, Caderno A3).

A situação chegava ao limite. Os trabalhadores sabiam que a realização daquele despejo poderia corresponder ao fim da luta, com o fim do diálogo e, conseqüentemente, ao descarte de um acordo. Não havia outra solução senão a resistência. Os semterra não deixariam o imóvel pacificamente; o Estado teria de usar a força policial, o que seria uma tragédia.

Consciente de que a resistência teria de ser ampla e representativa, a CPT/AL articulou a campanha “O bosque é nosso”, atraindo sindicalistas ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), parlamentares, estudantes, a Igreja e os semterra acampados na região. O sentido da resistência foi manter o acampamento e a produção de alimentos:

Quando o dia amanheceu na entrada do acampamento, bandeiras da Central Única do Trabalhador (CUT-AL), faixas de protestos, além de representantes de partidos políticos de esquerda, sindicatos rurais, freiras e padres estiveram ao lado dos semterra, dispostos a ajudar na resistência dos trabalhadores rurais ligados à Comissão Pastoral da Terra.

A menos de cinco quilômetros da fazenda, mais de 200 homens da Cavalaria, do canil e do Batalhão de Choque da Polícia Militar, além de agentes da Polícia Rodoviária Federal (PRF), estavam de prontidão e aguardavam a ordem para cumprir a reintegração de posse (GAZETA DE ALAGOAS, 2003, Caderno A3).

O governo de Alagoas, ante a persistência dos semterra em continuarem a ocupar o imóvel e com receio da repercussão de ação violenta do Estado contra os semterra, intensificou as negociações com o apoio do ouvidor agrário nacional. Estava sendo costurado outro acordo que envolvia outro acampamento: tratava-se da Bota Velha em Murici. Nesse acordo, a usina abriria mão da Flor do Bosque e a Fazenda Bota Velha seria desocupada. O INCRA teria um prazo de 90 dias para viabilizar outra área às famílias de Bota Velha. Esse acordo amplo desmontou a operação militar que ocorreria nas terras do acampamento.

Conforme o Jornal Gazeta de Alagoas, a operação foi suspensa e o diálogo foi retomado:

No fim da manhã, veio a informação tranquilizadora de que a polícia havia suspenso, mais uma vez, a ação da desocupação da área. Surgiu a solução negociada para o que parecia um conflito. “Não queremos guerra. A resistência é por necessidade”, disse uma das lideranças dos sem-terra.

“A Fazenda Flor do Bosque, que era área improdutiva, agora tem 23 hectares plantados com milho, feijão, mandioca, batata e inhame”, disse Antônio Laurindo da Silva, 65 anos, ex-cortador de cana que, hoje, alimenta o sonho de ser um pequeno produtor no lugar onde nasceu e chegou à velhice na miséria (GAZETA DE ALAGOAS, 2003, Caderno A3).

Os semterra que ocupavam a Fazenda Bota Velha e que viviam em conflito com a usina concordaram com os termos do acordo e foram transferidas para a Flor do Bosque, montando acampamento nas margens da BR-101. Contudo, o acordo serviu apenas para remover as famílias que ocupavam a Bota Velha; a usina continuou explorando as terras da Flor do Bosque e as de Bota Velha. E as famílias da Flor do Bosque e da Bota Velha moravam precariamente nas margens da BR-101.

Quando perceberam que foram ludibriados, os semterra reagiram reocupando a Flor do Bosque em 5 de dezembro de 2003. Com o apoio das famílias que chegaram da Bota Velha, realizaram um mutirão brocando em torno de 40 hectares de terra, o equivalente ao tamanho da área que, conforme o acordo seria destinada para abrigar, provisoriamente, as famílias da Flor do Bosque e da Bota Velha enquanto o INCRA concluiria o processo de aquisição da Flor do Bosque e adquiriria outra área para as famílias de Bota Velha. O fato é que outra vez o acordado não foi cumprido e as famílias que vieram de Bota Velha reocuparam a propriedade em 2005, permanecendo até então na condição de acampados.

Sobre a reocupação da Flor do Bosque, a Gazeta de Alagoas de 6 de dezembro de 2003 divulgou que:

Os trabalhadores ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) decidiram pela reocupação da área em virtude da demora no início do processo de desapropriação do imóvel por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujo representante em Alagoas, Mário Agra, conversou com os manifestantes, na quinta-feira, mas não conseguiu encontrar solução para o impasse com o proprietário do imóvel, Valdemir Rodrigues, que, segundo os sem-terra, não estaria interessado em viabilizar o acesso dos técnicos para que fosse feita a vistoria. Atualmente, os acampados dividem espaço às margens da Rodovia BR-101, próximo à Usina Bititinga. Das 300 famílias acampadas, aproximadamente 180 foram despejadas da fazenda Bota Velha em Murici, de onde saíram depois de firmarem acordo com o INCRA e o proprietário do imóvel. Três meses depois ainda não houve o cumprimento do acordo segundo o qual 40 hectares da Fazenda Flor do Bosque seriam desapropriados para abrigar os acampados.

Tão logo reocuparam o imóvel, os acampados deram início a um mutirão para a retirada da cana-de-açúcar, além do plantio de lavoura de subsistência (GAZETA DE ALAGOAS, 2003, Caderno B9).

Em 5 de março de 2004, o Governo Federal tomou a decisão de adquirir, em caráter extraordinário, o imóvel rural Flor do Bosque, por acordo assumido pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, quando elaborou um termo de compromisso¹⁰⁴ comunicando ao governo de Alagoas, ao Tribunal de Justiça de Alagoas, ao proprietário e à Comissão Pastoral da Terra de Alagoas a decisão de adquirir, em caráter extraordinário, o imóvel rural Flor do Bosque:

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGÁRAIO COMUNICA AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, AO PROPRIETÁRIO DA “FAZENDA FLOR DO BOSQUE” E AOS INTEGRANTES DA PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS, A SUA DECISÃO EM ADQUIRIR, EM CARATER EXTRAORDINÁRIO, O IMÓVEL RURAL “FLOR DO BOSQUE”, RECONHECENDO O ESTADO DE TENSÃO SOCIAL INSTALADO NESTA PROPRIEDADE, RECONHECENDO O FATO DE O INCRA TER VISTORIADO O IMÓVEL POR TRÊS VEZES CONSECUTIVAS, RESULTANDO SEMPRE EM IMÓVEL RURAL “IMPRODUTIVO”, NÃO HAVENDO, ENTRETANTO, O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO. FINALMENTE, DETERMINA QUE A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA ATUE JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, VISANDO À IMEDIATA ADOÇÃO DE PROCEDIMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DESTA DECISÃO (BRASIL, 2004).

Foi mais um acordo que não se cumpriu, mas foi mantida a reivindicação da Flor do Bosque na pauta política do Estado. Tomando mais uma vez o relatório **Um pouco de história de luta e resistência do povo**, encontra-se outro acordo, firmado em 26 de maio de 2004, que preservava a área de 40 hectares retomada em 5 de dezembro de 2003, desde que o acampamento e as lavouras permanecessem limitados ao espaço ocupado.

De acordo em acordo, as famílias iam fixando-se nas terras da Flor do Bosque. A usina e os semterra conviviam em suposta harmonia, com espaços de fronteiras definidos pelo acordo firmado em 26 de maio de 2004. Esse clima também derivava do empenho do governo de Alagoas em solucionar o conflito. O governo estava disposto a adquirir o imóvel e doá-lo ao INCRA de Alagoas, para atender as famílias da Flor do Bosque. A aquisição seria um acerto de contas entre o governo e a Usina Santa Clotilde, abatendo o valor da dívida da usina com o extinto Banco do Estado de Alagoas (Produban).

A tensão voltou a pairar sobre a Flor do Bosque em 1º de agosto de 2005, quando a Polícia Militar de Alagoas recebeu comunicado do juiz de Messias, solicitando força policial para remover os semterra da Flor do Bosque. Foi a declaração do secretário do Gabinete Civil ao

¹⁰⁴ Ver Anexo K

magistrado, em 4 de agosto de 2005, apontando para o fim do conflito, que neutralizou o despejo em curso:

DECLARO, para os fins de comprovação junto ao Juízo de Direito da Comarca de Messias, Estado de Alagoas, que tramita neste Gabinete Civil do Governador, Processo Administrativo sob o nº 1101-814/2004, que versa sobre a elaboração de Projeto de Lei que autoriza o liquidante do Banco do Estado de Alagoas S.A – Produban a quitar débitos de usinas de açúcar relacionadas no referido projeto, mediante pagamento e/ou dação em pagamento de imóveis de propriedade das devedoras ou de terceiros, estando relacionado, dentre os vários imóveis disponíveis para celebração do acordo, o denominado **FAZENDA FLOR DO BOSQUE**, situado no município de Messias/AL, com área de 350 hectares, a ser desmembrado de outro de maiores proporções. A presente declaração é a expressão da verdade. (ALAGOAS, Gabinete Civil do Governador, 2005, s. p.) (**Grifo no original**).

A declaração do secretário do Gabinete Civil, além de demonstrar o interesse do Estado de Alagoas em adquirir a propriedade, colocou outro problema quando expôs que a área negociada seria de 350 hectares de terra: não estava sendo adquirida a totalidade do imóvel. Tomando as informações do laudo técnico do INCRA, de 1999, a área da propriedade corresponde a 479,44 hectares, mesmo o “proprietário” tendo apresentado uma certidão de 500 hectares, considerando que na área encontrada pelos técnicos do INCRA seriam beneficiadas 67 famílias. Tomando a área negociada entre o Estado de Alagoas e a Usina Santa Clotilde, as famílias assentadas seriam equivalentes a 35, o que foi confirmado com a aquisição.

Foram oito anos de conflito (de novembro de 1998 a julho de 2006) nas terras da Flor do Bosque. De ações e reações a todo tempo. Despejos e reocupações, acordos e promessas. A contenda engrossou quando em janeiro de 2001 foi revelado que as terras seriam exploradas pela usina Santa Clotilde. Um inimigo de grande porte econômico e político que exigiu muita mobilização política.

3.3.5 A BR-101: memória política

Um aliado importante na luta dos semterra foi a Rodovia BR-101, ora como espaço físico utilizado para montar o acampamento em decorrência dos despejos realizados, ora como instrumento político, quando os semterra a interditavam. O trancamento da BR-101 era uma atitude extrema, que atingia, em cheio, o fluxo de capital, que utiliza essa via para transportar todo tipo de mercadoria. Trata-se de uma rodovia federal. O seu início é no município de Touros (RN), e o seu término na cidade de São José do Norte (RS), portanto uma rodovia importante, com cargas diversas e valiosas. Fechar um caminho tão significativo para o abastecimento dos mercados local, regional e nacional gerava efeito imediato.

Esse instrumento foi utilizado pela primeira vez em 22 de julho de 1999, quando as famílias foram despejadas e o oficial de justiça não permitiu que o acampamento fosse erguido às margens da BR-101; após o bloqueio da rodovia, a “permissão foi concedida” e as famílias armaram o acampamento. A comemoração do segundo ano da ocupação, em novembro de 2000, foi outro trancamento, numa ação conjunta do MST e do MT, com o objetivo de denunciar as dificuldades dos acampados da Flor do Bosque e de outros acampamentos.

Em 5 de novembro de 2003, outra paralisação, das 7h às 19h; o tráfico de veículos só foi liberado após o compromisso do governador em receber os trabalhadores, a CPT e o INCRA; a pauta era a vistoria do imóvel.

Os semterra fecharam a rodovia em 4 de dezembro de 2003, exigindo a compra da Flor do Bosque, a aquisição de um imóvel para atender as famílias de Bota Velha e a liberação de cestas básicas. Em 5 de dezembro de 2003, os semterra da Flor do Bosque e da Bota Velha intensificaram a pressão, reocupando a Flor do Bosque.

O Jornal Gazeta de Alagoas publicou em 6 de novembro de 2003 que:

Mais de 400 trabalhadores rurais ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) bloquearam, ontem, a Rodovia BR-101, no município de Messias, exigindo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o cumprimento de acordo firmado há três meses e, segundo o qual, a Fazenda Flor do Bosque e uma outra área naquela região seriam desapropriadas para abrigar 180 famílias (GAZETA DE ALAGOAS, 2003, Caderno A4).

Em 5 de julho de 2006 a BR-101 foi interrompida por um período de 30 horas, a fim de exigir que o governo de Alagoas concretizasse a aquisição da Flor do Bosque. A persistência em manter o bloqueio provocou uma reunião na cidade de Messias entre representantes do governo, semterra e INCRA. O governador informou que a aquisição estava na reta final; solicitou um prazo de 15 dias. A Flor do Bosque foi adquirida pelo Estado de Alagoas em 10 de julho e doada ao INCRA em 26 de julho de 2006.

A Rodovia BR-101 voltou a ser bloqueada, ontem, na altura da cidade de Messias, por cerca de 200 trabalhadores rurais, ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT). O grupo exige cesta básica e a agilização do processo de desapropriação da Fazenda Flor do Bosque, atualmente administrada pela Usina Santa Clotilde, prometendo somente deixar o local quando tiver suas reivindicações atendidas (TRIBUNA DE ALAGOAS, 2006, p. 11).

Figura 11 - Paralisação da BR-101



05-12-2003, Gazeta - Flor do Bosque - Bloqueio (Capa)

3.3.6 Desfecho

Como resultado do bloqueio da BR-101 de 5 de julho de 2006, ocorreu uma audiência em 7 de julho de 2006, com o governador Luís Abílio, quando os semterra entregaram uma carta¹⁰⁵ com um breve histórico da luta pelas terras da Flor do Bosque, ressaltando o descaso dispensado pelo Estado às famílias acampadas e cobrando o compromisso do governo de Alagoas de resolver o conflito através da aquisição de parte do imóvel:

Como é do conhecimento da sociedade, em 27 de novembro de 1998, cerca de 450 famílias ocuparam o imóvel FLOR DO BOSQUE, localizado no município de Messias, Mata Norte do Estado. Passaram-se quase oito anos e o conflito continua.

As famílias foram vítimas de diversas formas de violência e humilhação por parte do Estado, da Usina Santa Clotilde e do INCRA. Tiveram sua água de beber envenenada por um oficial da Polícia Militar; o acampamento foi alvejado por tiros; o então ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Jungmann perdeu o processo; o arcebispo de Maceió na época, Dom Edvaldo Amaral, foi condenado em primeira instância por ser solidário à luta das famílias, e o sangue da jovem Josiete, 21 anos e mãe de dois filhos, foi derramado durante um bloqueio na BR-101.

No Governo Lula, em 5 de março de 2004, o ministro Miguel Rosseto assinou, no Palácio República dos Palmares, um documento autorizando ao INCRA/AL a desapropriar o imóvel por interesse social.

Nesses quase oito anos convivemos com seis superintendentes e dois ministros da Reforma Agrária. Todos, sem exceção, se comprometeram a desapropriar a área. Por três vezes o imóvel foi vistoriado e classificado como “grande imóvel improdutivo”. As palavras se perderam no vento e os acordos foram quebrados.

No final de 2004, o governador Ronaldo Lessa, mediante a incapacidade do INCRA de desapropriar a fazenda, anunciou para a sociedade que o Estado de Alagoas resolveria o impasse da Flor do Bosque, adquirindo o imóvel e abatendo o valor na dívida dos usineiros.

Diante de tantas idas e poucas vindas, tomamos a decisão extrema de fechar a BR-101 por trinta horas, para acordar o Governo e trazer de volta para a pauta a luta das famílias da Flor do Bosque (FAMÍLIAS DE FLOR DE BOSQUE, 2006, s. p.).

¹⁰⁵ Ver Anexo L

O governador Luís Abílio garantiu que a propriedade seria adquirida e doada ao INCRA; o objetivo da doação seria beneficiar as 35 famílias com os créditos disponibilizados pelo programa nacional de reforma agrária. Restavam algumas assinaturas para a conclusão do processo. O compromisso do governador foi confirmado na matéria veiculada no Diário Oficial de Alagoas em 10 de julho de 2006¹⁰⁶, “Governo de Alagoas inicia processo histórico ao doar fazenda aos sem-terra”. A doação ao INCRA/AL ocorreu em 26 de julho do mesmo ano.

Os semterra da região, acompanhados pela CPT/AL, realizaram um ato político no município de Messias, em razão da conquista dos 350 hectares de terra. O acontecimento público percorreu as principais ruas da cidade, com paradas estratégicas na Câmara de Vereadores, no Fórum e na Prefeitura. O Fórum, de onde saíram inúmeras reintegrações de posses, foi duramente criticado pelos manifestantes, sendo o mesmo tratamento dispensado à Câmara de Vereadores.

Fogos e cantos da luta expressavam a força política dos semterra, que conduziam, na frente da caminhada, uma faixa representativa dos oito anos de luta: Flor do Bosque: luta, resistência e vitória, destacando a organização, a mobilização e a resistência como elementos essenciais na resolução do conflito.

Figura 12 - Ato político em Messias, comemoração da conquista da Flor do Bosque



27-07-2006, Gazeta - Flor do Bosque, Sem terra comemoram posse de fazenda (Cidades A16)

¹⁰⁶ Ver Anexo M

4 NO CAMINHO DA CONCLUSÃO

Este conflito não poderia ser suficiente para a superação do modelo agrário alagoano, porquanto era incapaz de atingir a organização estrutural da produção, mas foi capaz de questioná-la e provocar uma derrota pontual do mando senhorial, sendo mais uma cunha a demonstrar que existe brecha para as vitórias do Movimento. O fato principal foi a continuidade do processo de enfrentamento, tendo como tática “aceitar” algumas derrotas, quando, por exemplo, cumpriam-se as determinações judiciais, em situações em que não era mais possível resistir, saindo do imóvel e retornando em seguida, montando novo acampamento e retomando o plantio.

A resistência cotidiana dos semterra foi uma forte ação política contra a dominação. Sempre uma vitória local acentua a ideia de que o movimento não é mera utopia. No caso, o local fala para o geral da luta pela reforma agrária; ele a inspira e dela tem o retorno da continuidade do Movimento. Cada local denuncia o inacabado brasileiro, expressão e sentido que se toma de empréstimo a Ianni (2003). A afirmação dos locais como a Flor do Bosque e a luta que se promove são relações da consciência formada pela prática que se desenvolve.

O que era impossível converteu-se em realidade. Há um testemunho claro de que a transformação é possível e que a composição do mando não é nem pode ser eterna: tudo que é solido se desmancha no ar. A cana-de-açúcar inaugurou com a *plantation* uma forma de produzir e de mandar que foi contestada e vencida.

A luta pode ser considerada demonstrativa e exemplar; ela ensina, demonstra e torna-se um exemplo, ou seja: a luta não se esgota em si mesma e transforma-se em resultados. Uma das demonstrações efetuadas pela Flor do Bosque foi de uma força política densa e forte. Não há uma solidão dos empobrecidos, pois em toda e qualquer situação, independentemente da qualidade e quantidade implicadas, tem-se um pacto de solidariedade contra situações que são aberrantes na injustiça que as fundamenta.

As manifestações públicas nas diversas especificidades deram evidência à resistência dos semterra e atingiram diretamente os interesses do capital, que chegou a mobilizar a estrutura da usina Santa Clotilde, e todo o seu aparato de poder, como foi visto. Não há limite. Ela chega a praticar ações consideradas ilegais pelo semterra, Nada do que foi feito, como perseguição e pressão, abalou a disposição de conquistar a terra, não como mero instrumento de produção, mas como a construção de uma nova realidade política no seio da estrutura agrária de Alagoas.

Foi, sem dúvida, a teimosia e a persistência das famílias semterra, quando souberam contornar as derrotas e organizar as reações, tendo, inclusive com a capacidade de envolver o governo de Alagoas, aquilo que resultou na compra da Flor do Bosque pelo Estado de Alagoas, mesmo sendo uma atribuição do Governo Federal, que tem a responsabilidade para com a reforma agrária. É importante registrar que nem o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, nem o governo do pacto de classes de Luiz Inácio Lula da Silva, apesar de inúmeras promessas, efetivaram a desapropriação da Flor do Bosque.

É justo e relevante colocar o posicionamento político da Arquidiocese de Maceió na história da luta pela terra em Alagoas. Isto, especialmente, por sua pastoral, mediante a CPT, atuando nos conflitos agrários com uma postura bem definida. Desta forma, ela esteve e está ao lado dos assalariados da cana, dos posseiros e das famílias semterra. Esse empenho em agir na tensão e, em alguns casos, contribuindo na geração dessa tensão, foi possível devido à firme posição da CNBB. Esta, desde 1980, instiga o debate sobre a questão agrária, partindo sempre do sofrimento das pessoas vitimadas pelo capital, percorrendo todas as dioceses do país e influenciando a sociedade. Os pronunciamentos, dos bispos do Brasil muito contribuíram nas lutas do campo em todo o país.

O processo de luta que possibilitou a formação do assentamento Flor do Bosque representa, sem dúvida, uma mudança radical. Trabalhadores que basicamente estavam no exército de reserva passaram para um novo tipo de sociedade e para uma nova categoria política: os assentados. Este talvez seja o principal resultado político do movimento do semterra: a obtenção da consciência política que se esclarece pela luta por princípios, por defesa de direitos, por enfrentamento da injustiça do sistema.

O exemplo da Flor do Bosque aproxima-se do conceito de Charles Tilly (2004) sobre repertório. Isso ocorre quando a própria estrutura social e política possibilitam mudanças e quando o Movimento está aberto a traduzir estas mudanças em novas formas de ação política. Alude-se aqui às mudanças provocadas pelo setor sucroalcooleiro na década de 1990, quando da sua reestruturação e da concentração da sua produção nas áreas de tabuleiro. Esse deslocamento da produção promoveu um fluxo populacional convertido em levas de trabalhadores desempregados para os centros urbanos de Alagoas.

À medida que o agrarismo penaliza uma parte significativa de trabalhadores canavieiros, com desemprego em massa e a derrubada das suas moradias, o Movimento reforça seu mecanismo de ação política, atuando de forma contundente e organizada e enfrentando a situação social que se agravava. Em consequência dessa mudança estrutural e social, bem como econômica, o Movimento recrudescer as suas formas de ação política. A ocupação da Flor do Bosque é, também, decorrência dessa conjuntura.

Como resultado do conflito da luta da Flor do Bosque, tomando as informações disponíveis no Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), elaborado em 2011, a emissão de posse foi dada a 12 de dezembro de 2006, e, portanto, tem-se em torno de uma década de funcionamento das atividades produtivas organizadas na Flor do Bosque, uma área registrada de 350,8 hectares, com uma capacidade de ocupação por 35 famílias, o que gera uma razão média de sete unidades familiares por hectare, coordenada por uma entidade denominada associação comunitária do assentamento Flor do Bosque, obrigatoriamente fora dos padrões da área canavieira e do seu entorno.

Pode ser considerada uma área nobre para o plantio da cana-de-açúcar pelos solos, regime de água e ondulação territorial. O que era potencialidade para o capital transformou-se em potencialidade para o desenvolvimento da agricultura do tipo de subsistência e abastecimento do mercado de alimentos. Como se pode verificar, a mudança é radical também quanto à destinação econômica da atividade e à produção para a sociedade. A área tem 9% de terreno plano, e o restante com diversos graus de ondulação, que pode ser considerado como

montanhoso, corresponde a 21% da área total. O solo praticamente não sofreu erosão de monta e há disponibilidade de água para o consumo e a lavoura.

Este conjunto de situações ocasiona uma possibilidade de alta produção de alimentos. As famílias assentadas ainda lidavam prioritariamente com a cana-de-açúcar, sendo o restante distribuído em diversos itens, entre os quais se destacam a macaxeira, a banana, a laranja etc. Basicamente, àquela época, a área poderia ser considerada como de pastagem e cana-de-açúcar, mas a qualidade da cana não possibilitava o reaproveitamento; era uma cultura a bem dizer inútil e demonstrava o encaminhamento para mudança no trato agrícola: não era mais uma área de economia e mando do açúcar. Isto significa uma transformação radical e impede a hegemonia territorial que o capital sempre tentou manter.

A Flor do Bosque correspondia a uma nova razão econômica e política com suas 35 famílias, à época do documento, com 125 indivíduos, 65% do sexo feminino. Este era o novo sujeito coletivo que se implantava com a agregação da força de trabalho de pessoas que estavam dispersas por Murici, União dos Palmares, São José da Laje, Flexeiras, áreas contíguas territorialmente e pela lógica do açúcar, predominando pessoas na faixa de 25 a 49 anos de idade.

A luta política transformou em pessoas de assentamento a domésticas, donas de casa, vigias, frentistas, prestadores de serviço gerais, pedreiros, pintores automotivos, serventes, comerciantes, vaqueiros, administradores de fazenda, motoristas, carregadores de açúcar, feirantes, soldados em assentados, mas a maioria absoluta era de trabalhadores rurais que deixaram de vender a sua força de trabalho a preço aviltante e transformaram-se em coletividade, como sujeito político diferenciado e anunciador de que é possível o novo mesmo contra as adversidades decorrentes da perseguição dos senhores de terra.

Esses simples dados são suficientes para que se perceba o esforço despendido para que se desse a requalificação da paisagem econômica e política da Flor do Bosque. A luta não para no assentamento, ela é uma nova fase do confronto.

Então, o mais desejado pelo poder, no fundo, é que fracassem os assentamentos; no fim do túnel, para o mando político, é difícil existir a economia política do desenvolvimento, possibilidade de conter a probabilidade (acampamentos) de novos assentamentos e, então, a estratégia é esvaziar o evento e dar suporte a um terrorismo de resultados, com as táticas mais diversas. E nisto, ao estarmos pensando que ainda existe a mentalidade estatal de gerência efetiva de resultados de planejamento, como se houvesse a fabricação de resultados sociais que viabilizem as condições políticas da sociedade civil (ALMEIDA, 2010, p. 26-27).

Esse trabalho é dos poucos na historiografia alagoana a tratar sobre os semterra e, especificamente, sobre a caracterização da luta por assentamento. As famílias conquistaram e hoje vivem a realidade do assentamento, mas tanto o governo estadual quando o federal pouco fazem ou fizeram para isso. Um assentamento como a Flor do Bosque é uma verdadeira exceção para que se entenda o interesse do Estado brasileiro em quebrar a estrutura agrária; um dos caminhos é tentar integrar o assentamento aos projetos que o sistema pretende desenvolver, atrelando-os à lógica da modernização do capital que, na verdade, se interessa pelo que vem sendo chamado de *agrobusiness*. O Estado tem de mudar e entender o assentamento como um sujeito coletivo de produção e não tentar reduzi-lo à manipulação de programas, que ensaiam o crédito como chamariz para a redução da nova propriedade à velha ordem de produção.

O assentamento vive uma tensão permanente; ele é a continuidade da luta que não para em face da reconstrução nacional. Isso demonstra que os assentamentos e os acampamentos devem formar uma rede de luta integrada que supere as diferenças de bandeiras e as orientações políticas, com suas diversas leituras da realidade. O que interessa é o coletivo, traduzindo resultados também coletivos.

No entanto, se não existisse a Flor do Bosque, nada existiria para as 35 famílias assentadas; elas não poderiam somar com outras tantas que povoam os assentamentos de Alagoas e do país em geral. Isto dá o tom da universalidade do local e amplia o significado do sofrimento de quem enfrentou 17 despejos, envenenamento de lavouras e águas, incêndios no acampamento e tantas outras formas opressivas que pretenderam aniquilar a disposição de luta.

Somente a alta consciência política poderia levar a tamanho esforço na defesa de um compromisso, para o que contribuiu uma ação pastoral que coparticipe dessa mesma consciência política que uniu a todos: trabalhadores e agentes da CPT. Resta dizer que a CPT aprendeu a recolocar-se nos conflitos agrários e a trilhar uma caminhada que resultou em 14 acampamentos e 15 assentamentos distribuídos por todas as regiões do Estado de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ADITAL. Notícias da América Latina e Caribe. A transposição não fará a reforma agrária. Nota do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia2.asp?lang=PT&cod=27935>.

AGRICULTORES garantem que não saem da área pacificamente. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidade, p. 5, 3 set. 2003.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla et al. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Cana, casa e poder**. Maceió: Edufal, 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Memorial biográfico de Vicente de Paula**: capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: Edufal, 2008.

_____. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. **Economia Política do Desenvolvimento**, Maceió, v. 3, Edição Especial, ago. 2010.

_____. Índio, capital e terra: o aldeamento do urucu. In: Almeida, Luiz Sávio de; Lima, José Carlos da Silva e Oliveira, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: Edufal, 2013.

_____. A experiência Cabana nas matas do município de Jacuípe. Maceió: Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/2014/09/experiencia-cabana-e-tema-de-discussao.html>

AMARAL, Edvaldo Gonçalves do. **Carta ao ministro Raul Jungmann**. Maceió, 25 de julho de 2000.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1989.

_____. **A Guerra dos Cabanos**. Recife: EDUFPE, 2005.

_____. **Área do sistema canavieiro**. Recife: SUDENE, 1988 (Série Documentos Regionais).

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ. **Moção de apoio às 300 famílias que ocuparam a Fazenda Flor do Bosque em Messias**. Maceió, 29 nov. 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRASIL. Ouvidoria Agrária Nacional. Correspondência enviada ao Juiz da comarca de Messias. **FAX/AON/n. 177** (10/2/2003). Brasília, 2003.

BRASIL. Ouvidoria Agrária Nacional. Correspondência enviada ao Juiz da comarca de Messias. **FAX/AON/n. 1912** (18/8/2003). Brasília, 2003.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.

_____. **Formação histórica de Alagoas**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2015.

COMEÇA marcha pela reforma agrária. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidade, p. 7, 6 abr. 2001.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **A luta pela terra: A Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois**. São Paulo: Paulus, 1997.

COMITÊ para erradicação da pobreza. **E-mail...** Enviado ao ministro Miguel Rosseto. Québec, Canadá, 12 fev. 2004.

_____. Carta à equipe da CPTM da Zona da Mata e do Sertão de Alagoas. Goiânia, 1 nov. 1994. Disponível em: <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>

_____. **Conflitos no Campo: Brasil 2009**. CANUTO, Antônio, LUZ; Cássia Regina da Silva; WICHINIESKI, Isolete (coord.). São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Conflitos no Campo: Brasil 2013**. CANUTO, Antônio, LUZ; Cássia Regina da Silva; LAZZARIN, Flávio (coord.). Goiânia, 2013.

_____. **CPT: Pastoral e compromisso**. NUPECS, Uberlândia, 1983. Disponível em: <http://www.nupecs.incis.ufu.br/node/522>

_____. **Missão da CPT**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/missao>. Acesso em: 1/3/2015.

_____. **Os Regionais da CPT**. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/quem-somos/organizacao/regionais> Acesso em: mar. 2015.

_____. **Almanaque Poronga**. Goiânia, 2015.

_____. **Almanaque Poronga 2**. Goiânia, 2015.

_____. **Almanaque Poronga 3: Perspectiva de ação**. Goiânia, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS. Carta à CPT Nacional. União dos Palmares /AL, 21 dez. 1994.

_____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: ENCONTRO ESTADUAL SOBRE VIOLÊNCIA, Alagoas. 1993.

- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: ENCONTRO DOS ASSALARIADOS DA CANA DE ALAGOAS, 2. Maceió/AL, 29–31 ago. 1986.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Painel: Missão nos espaços sociais. Presença no campo. Novo Lino, 1992.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. **Fundo:** A pastoral rural na Arquidiocese de Maceió. Maceió/AL, 1986.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. **Fundo: carta:** Na confiança nos dirigimos a você. LIBERATO, Arnaldo; ANDRADE, Flávio; ALDO, José; MARQUES, Lenivaldo. Recife, 26 de setembro de 1994.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Projeto de apoio à formação e organização dos trabalhadores no Estado de Alagoas. Maceió, 1988.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Avaliação final da CPT Alagoas, Maceió, 1992.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Avaliação CPT Mata Norte. Maceió/AL, 1994.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Relatório de avaliação. Maceió/AL, 1993.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Assembleia da CPT em Colônia Leopoldina. Colônia de Leopoldina/AL, 1991.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Assembleia CPT. Maceió/AL, 1993.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. Comissão Pastoral da Terra. Fundo: Carta ao governador de Alagoas. Colônia Leopoldina/AL, 1989.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Encontro da CPT Alagoas. Arapiraca/AL, 1993.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Carta ao grupo João Lyra. União dos Palmares /AL, 1997.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Informativo Terra de Deus, Terra de Irmãos. Maceió, 2000.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Um pouco de história de luta e resistência do povo. Maceió - AL, 2004.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: Ofício nº 01/01. Maceió/AL, 22 jan. 2001.
- _____. Arquivo Eclesiástico de Alagoas. CPT. Fundo: **Ofício circular da CPT.** Maceió, 17 jan. 2003.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NE II. Histórico da CPT Nordeste. Disponível em: <http://www.cptne2.org.br/index.php/quem-somos/historico-da-cpt-nordeste.html> Acesso em: jan. 2016.
- CONCEIÇÃO, Marinalva Celestina da. **Entrevista...** (Gravação e realização: Luiz Sávio de Almeida, Anke Nikolaus e Heloisa Muniz do Amaral). Assentamento Flor do Bosque, Messias, 11 jan. 2012.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Termo de acordo entre a CNBB e a CPT sobre a natureza da CPT e seu relacionamento com a CNBB.** Brasília, 26 de outubro de 1989. (Comunicado mensal da CNBB), Rio de Janeiro, v. 39, n. 438, jan./fev. 1990.

_____. **Pastoral da terra.** Estudos da CNBB, n. 11, 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

_____. Documento 17. **Igreja e o problema da terra.** São Paulo: Paulinas, 1980.

COSTA, Craveiro. Dicionário corográfico do Estado de Alagoas. In: Indicador Geral do Estado. Maceió: Ramalho e Murta, 1902.

CPT bloqueia BR-101 e exige desapropriação de fazenda. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidades A14, 5 dez. 2003.

CPT reocupa Flor do Bosque e reinicia cultivo de lavouras. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidades B9, 6 dez. 2003.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas Alagoas:** traços da influência do sistema do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: Edufal, 2006 (Coleção Nordeste).

DIRIGENTE do INCRA reclama de atitude dos líderes do movimento. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Geral, 12 abr. 2001.

EU OUVI os clamores do meu povo (Êxodo, III, 7): Documento dos Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste. Salvador: Beneditina, 1973.

FAMÍLIAS de Flor de Bosque. Carta ao Governador. Maceió, 7 jul. 2006.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Estado, apropriação e concentração de terra e poder:** da propriedade como direito natural ao questionamento da função social da terra. In: GARCIA, Maria Franco; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio; VIANA, Pedro Costa Guedes (org.). **A Questão Agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflito territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FERNANDES, Bernardes Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Questões da Nossa Época, 92).

_____. Reforma agrária no Brasil, para além de um projeto: uma luta permanente. In: GARCIA, Maria Franco; MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio; VIANA, Pedro Costa Guedes (org.). **A questão agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflito territoriais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

FLOR do Bosque. Sem-terra enfrentam polícia em Messias. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidade, p. 5, 3 set. 2003.

GABINETE do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Superintendência Regional de Alagoas (SR) (22). **Relatório Técnico preliminar.** Maceió, 18 fev. 1999.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres.** Trad. de Álvaro Cunha. Petrópolis: Vozes, 1981.

IANNI, Octávio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, jan./abr. 2004. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003

IGREJA apoia ocupação de terras em Messias. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno A10, 6 de novembro de 1998.

INCRA/SR (22) AL. **Parecer Jurídico nº 11/99**. Maceió, 30 set. 1999.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. O cardeal que ensinou a Igreja a “ver, julgar e agir”. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/43540-o-cardeal-que-ensinou-a-igreja-a-ver-julgar-e-agir> Acesso em: 3 jan. 2015.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

LIMA, José Carlos da Silva. Terra e violência histórica e cultural: estudo do caso do acampamento Lucena. In: FRANÇA, José Nascimento de (org.). **Agricultura familiar e reforma agrária em Alagoas**: alguns elementos. Maceió: Edufal, 2011.

_____. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: Edufal, 2013.

_____. Romaria da Terra e das Águas: o povo de Deus em caminhada. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; NIKOLAUS, Anke; SANTOS, Alexsandra Timóteo dos (org.). **Terra e pastoral em Alagoas**: conflito e liberdade. Maceió: Edufal, 2014.

_____. Jejum solidário em busca da dignidade dos filhos e filhas de Deus. **Jornal Pastoral da Terra**, Goiânia, abr./jun. 2013.

LESSA, Golbery Luiz. Por um programa agrário para a esquerda alagoana. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: Edufal, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil (1916 - 1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MANIFESTAÇÃO lembra massacre em Eldorado dos Carajás-PA. **O Jornal**, Maceió, Caderno A6, 4 abr. 2001.

MARCHA em defesa da reforma agrária e contra o latifúndio. Maceió, 15 de abril de 2001.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus**: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. Alagoas: sindicatos rurais e dominação. 1990. Dissertação (Mestrado em Sociologia)—Universidade Federal do Rio de Janeiro. Itaguaí, RJ, 1990.

MITIDIERO, Marcos Antônio. A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)—Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2008.

- MOURA, Marcos Pontes de. Questão agrária em Alagoas: a problemática do latifúndio canavieiro. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.
- MOURA, Maria de Lourdes Ferreira (tabeliã escritã do 1º OFÍCIO e oficial do registro de imóveis, hipotecas e documentos, de Murici). **Declaração...** Murici, 4 jul.1996.
- OMENA FILHO, Jarbas Maya de. **Ofício nº49/2001**, Prefeitura de Messias. Messias, 19 fev. 2001.
- OS POBRES possuirão a terra (SI 37,11): **Pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra**. São Paulo: Paulinas, 2006.
- PASTORAL da Terra comanda ocupação. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Capa, 28 nov. 1998.
- PASTORAL da Terra ocupa fazenda no município de Messias. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Capa, 28 nov. 1998.
- PASTORAL lidera ocupação de terra: Agricultores acampam em fazenda desativada da Usina Bititinga em Messias. **O Jornal**, Maceió, Matéria de Capa, 28 nov. 1998.
- PASTORAL volta a ocupar fazenda. **O Jornal**, Maceió, 18 mar. 2000.
- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO (PDA). Comissão Pastoral da Terra. Assistência Técnica, Social e Ambiental. Maceió, 2001.
- PODER JUDICIÁRIO. Oficial de Justiça da Comarca de Messias. **Certidão (22/1/2003)**. Messias, 2003.
- PONTÍFICE CONSELHO JUSTIÇA E PAZ. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Tradução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). 7. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.
- PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- PRESSÃO de sem-terra tira Quixabeira do INCRA. **Jornal Gazeta de Alagoas**. Maceió, Caderno Cidades A8, 3 ago. 2002.
- PROTESTO traz 2 mil sem-terra para manifestação em Maceió. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Geral A6, 17 abr. 2001.
- REIS, Elisa Pereira. **Processos e escolhas: estudos de Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- ROMAN, Artur Roberto. O conceito de polifonia em Bakhtin: o trajeto polifônico de uma metáfora. **Revista Letras**, Curitiba, n. 42, 1992-1993, p. 207-220.
- SEM-TERRA bloqueiam BR-101 em Messias. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Caderno Cidade, p.11, 6 jul. 2006.
- SEM-TERRA da Flor do Bosque lamentam crime contra o MST. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Política A3, 9 set. 2003.
- SEM-TERRA desafiam PM em Messias. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Capa, 3 set. 2003.
- SEM-TERRA interdita BR e queimam canavial. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Geral A9, 11 abr. 2001.
- SEM-TERRA pedem intervenção no INCRA de AL. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Geral A7, 19 abr. 2001.

SEM-TERRA saqueiam caminhão diante da polícia. **Jornal O Globo**, São Paulo, Caderno O País, 10 abr. 2001.

SILVA, Célia Nonata da. Os pobres herdarão a terra: conflitos rurais e Igreja católica no Brasil na segunda metade do século XX. **Revista Crítica Histórica**, Maceió, ano I, n. 2. 2010.

SILVA, José Feliciano da. Entrevista In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; NIKOLAUS, Anke e SANTOS, Alexsandra Timóteo. **Terra e Pastoral em Alagoas: conflito e liberdade problemas**. Maceió: Edufal, 2014.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Maceió: Edufal, 1997.

SILVA, José Mariano da. **Entrevista...** (Gravação e realização por Maria Cavalcante). Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 mar. 2016.

SILVA, José Roberto da. Um pouco da história do MST em Alagoas: dos começos até 2007. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). **Terra em Alagoas: temas e problemas**. Maceió: Edufal, 2013.

SILVA, Reginaldo Guilherme da. **Entrevista...** (gravada e realizada por Maria Cavalcante). Assentamento Flor do Bosque, Messias, 14 mar. 2015.

SIQUEIRA, Rubem. A CPT nas encruzilhadas e caminhos dos povos do campo. CONGRESSO NACIONAL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA: biomas, territórios e diversidade camponesa, 3. Goiânia, mar. 2010.

TABULEIRO DE CANA, XADREZ DE CATIVEIRO. Direção: Thalles Gomes. Produção: Carlos Lima e Lilian Nunes. Roteiro: Carlos Lima, Lilian Nunes e Thalles Gomes. Pós-produção e finalização: Tevê Mangue. Realização: Comissão Pastoral da Terra de Alagoas. Alagoas, 2005.

TILLY, Charles. **Social Movements: 1768-2004**. New York. Paradigm Publish, 2004.

TRABALHADOR Rural impede reintegração da terra. **Jornal Tribuna de Alagoas**, Maceió, Capa, 3 set. 2003.

TRABALHADORES rezam pelos mortos do Pará e Alagoas. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Geral A7, 18 abr. 2001.

TRABALHADORES voltam a se sentir ameaçados em acampamento. **Jornal Gazeta de Alagoas**, Maceió, Caderno Geral A5, 12 abr. 2001.

USINA SANTA CLOTILDE. **Santa Clotilde S/A. Ação de reintegração de posse**. Maceió, 30 abr. 2001.

VITORIO, Ricardo Bezerra (Superintendente Regional do INCRA em Alagoas). **Declaração...** Maceió, 28 jul. 1999.

APÊNDICE A
- ASSEMBLEIA ESTADUAL CPT (13/02/2003) -



- DOM TOMÁS BALDUÍNO, PRESIDENTE NACIONAL DA CPT (2003) -



(Fonte: Arquivo CPT)

APÊNDICE B
- MISSA ROMARIA DA TERRA E DAS ÁGUAS (1998) -



(Fonte: Arquivo CPT)

APÊNDICE C
– JEJUM DA SOLIDARIEDADE –

(30/04/2001)



(11/04/2003)



JEJUM (30/03/2001)

(Fonte: Arquivo CPT)

ANEXO A
- NATAL DOS TRABALHADORES -

Acampados da mata norte celebrarão o Natal amanhã

A Pastoral da Terra vai realizar, amanhã, no acampamento Flor do Bosque, em Messias, a segunda edição do Natal das famílias acampadas na região da mata norte, área de maior conflito agrário do Estado.

A iniciativa conta com o apoio da arquidiocese de Maceió e dos padres Emílio April, de União dos Palmares, e Jemi Xeri, de Murici, além de vários médicos, entre eles o vereador e militante cristão Aliomar Lins.

“O nosso acampamento já está preparado para receber a todos. Já erguemos um barracão e construímos uma lapinha para lembrar o nascimento de Jesus”, afirmou o agricultor sem-terra Adeildo dos Santos,

coordenador do acampamento Flor do Bosque.

Para o padre Alex Cauchi, pároco de Messias e membro da Pastoral da Terra, os acampamentos lembram o ambiente no qual o salvador nasceu: os animais, a presença dos pastores e a estrebaria se assemelham bastante à realidade dos acampamentos.

Com o tema “Eu vim para que todos tenham vida”, os acampados, agentes pastorais, religiosos e padres passarão todo o dia refletindo o nascimento de Jesus. As pessoas que quiserem doar brinquedos devem procurar a sala da pastoral da terra na Cúria Metropolitana ou pelo telefone 326-5900.

Fonte: O Jornal, Maceió, Caderno Cidade A5 (22/12/2000)

JUBILEU 2000 – Natal dos Trabalhadores - São Miguel dos Milagres/AL (22/12/2002)



(Fonte: Arquivo CPT)

ANEXO B

- INFORMATIVO CPT - XIII ROMARIA DA TERRA -



TERRA DE IRMÃOS

Informativo da Comissão Pastoral da Terra-AL - nº 02 - novembro/2000

Romeiros da Terra vão ocupar Messias

A décima terceira edição da tradicional Romaria da Terra acontecerá em Messias, Mata Norte de Alagoas, dias 11 e 12 de novembro. Os romeiros vão percorrer 12 quilômetros, da antiga Usina Bititinga até a cidade, que fica na região onde ocorrem os maiores conflitos agrários no Estado.

O coordenador da romaria em Alagoas, padre Alexander Cauchi, esclarece que a decisão de descentralizar a romaria, realizada durante doze anos na Serra da Barriga, em União dos Palmares, foi previamente discutida com todos os que vêm participando dessa caminhada.

“Messias foi o primeiro local escolhido para esta nova fase da romaria porque pertence a uma região de tensão agrária e, ao mesmo tempo, tem infra-estrutura para receber

os romeiros, como também pelo apoio irrestrito da paróquia local e do Vale do Mundaú”, justifica padre Alex.

Com o tema “Conquistar a Terra, Multiplicar o Pão”, a 13ª Romaria da Terra terá quatro momentos de reflexão durante o percurso, quando serão discutidos os subtemas “Terra”, “Água”, “Questão Indígena e Negra”, “Mártires da Terra” e “Pão Multiplicado”.

da celebração final, que será ecumênica.

Feira e exposição

Para chamar a atenção da população de Messias e de toda a região sobre os objetivos da Romaria da Terra e sua ligação com os movimentos em favor de uma melhor distribuição de renda no país, dois eventos paralelos foram pro-



O pastor Waldir Martins, da Igreja Batista; o reverendo Waldyr Hoffmann, da Igreja Luterana; e cónego Washington Franco, da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, vão participar da caminhada e

(Fonte: Arquivo CPT)

ANEXO C

- CARTAZ CPT - II ROMARIA DA TERRA -



(Fonte: Arquivo CPT)

ANEXO D

- CARTAZ 21ª FEIRA CAMPONESA (Outubro de 2014) -

21ª Feira Camponesa

15 a 18 de Outubro
Praça da Faculdade

Plantar, colher e repartir

Programação Noturna

15/10 - Quarta-Feira
Kleber Canto e Pinóquio do Acordeon

16/10 - Quinta-Feira
Lançamento do Livro da CPT
Nó Cego e Guila Gomes

17/10 - Sexta-Feira
Bingo do Carneiro
Gustavo Gomes e Pinóquio do Acordeon

Realização:  CPT

Apoio:  ALAGOAS
Quem sabe faz que importa
Quem não sabe não importa

 MISEREOR
DAS HILFswerk

(Fonte: Arquivo CPT)

ANEXO E
- MOÇÃO DE APOIO -

**MOÇÃO DE APOIO ÀS 300 FAMÍLIAS QUE OCUPARAM A FAZENDA FLOR DO BOSQUE EM
MESSIAS**

Atendendo à solicitação da Pastoral da Terra de Alagoas, a Arquidiocese de Maceió decidiu em 29 de novembro de 1998, aprovar uma MOÇÃO de apoio às 300 famílias que ocupam desde a madrugada do dia 27 de novembro de 1998, a fazenda Flor do Bosque em Messias. Nós cristãos, representantes de paróquias, Pastorais, movimentos, padres, religiosas e leigos, reunidos de 28 a 29 de novembro de 1998, na Assembléia Diocesana, apoiamos a luta e a ocupação das famílias que estão acampadas na fazenda Flor do Bosque, por que é pacífica e necessária.*

Esperamos que a estrutura fundiária do nosso estado seja repensada e que os pobres possam Ter acesso as terras improdutivas e que a terra possa cumprir a sua missão sagrada: Alimentar a humanidade.

Gostaríamos que houvesse por parte do governo federal maior empenho na causa do campo e agilização na promoção da reforma agrária.

Com base no nosso maior ensinamento: "amar o próximo como ti mesmo", repudiamos qualquer violência ou perseguição que venha acontecer as famílias e os agentes pastorais que estão a frente da ocupação.

Maceió, 29 de novembro de 1998.

Participantes da Assembléia.

Edvaldo G. Amaral, arcebispo de Maceió
 Sr. Frei Milton Brandão Leão
 Sr. Luiz de Oliveira Santos
 Bernadete Rodrigues Santos - Pastoral da Criança
 Srmã Arnaldina Fernandes dos Santos - RB. 300.308/M
 Rodrigo Veniciano dos Santos
 Roberto Bessa de Almeida
 Cecília de Almeida F. Almeida
 Queclide Coutinho dos Santos
 Sérgio Cavalcanti Henriques dos Santos,
 Ângela Maria de Oliveira Brandão -
 Miguel Camilo de Andrade Neto.
 Sr. Maria Aparecida Zaccarias - FSCS
 Laurina Costa dos Santos
 Sr. Diego Bonzette
 Sr. Maria de Jesus
 Uldiana Xavier dos Santos

ANEXO F
- CERTIDÃO DE AQUISIÇÃO DA FAZENDA FLOR DO BOSQUE -



MARIA DE LOURDES FERREIRA MOURA

TABELIÃ, ESCRIVÃ, DO 1º OFÍCIO e Oficial do Registro
de Imóveis, Hipotecas e Documentos.

EPITÁCIO LINS DE MOURA NETO - Substituto
Murici - Alagoas - Fones: 286-1114 - 286-1265



C E R T I D ã O

CERTIFICO por me ser verbalmente pedido que, revendo neste =
Cartório os livros de REGISTRO DE IMÓVEIS, deles consta que=
a propriedade agrícola denominada "FLOR DO BOSQUE", situada=
neste município, a qual se confronta a Leste com o terreno =
Parações de Mauro Paiva; a Oeste, com a propriedades Catinga=
pertencente a diversos, e Prazeres, da Cia. Agro Industrial=
Omena Irmãos; ao Norte, a Usina Bititinga; e ao Sul, com ter=
renos de Prazeres e Bititinga, PERTENCE a COMPANHIA AGRO IN=
DUSTRIAL OMENA IRMÃOS, hoje, USINA BITITINGA, conforme regis=
tro no Livro nº 3-J, sob o nº 1.382, fls.60, por compra =
feita a Dr. Diniz Perello de Albuquerque Melo e sua mulher, =
conforme Escritura Pública de Compra e Venda, devidamente re=
gistrada no Livro acima citado, em data de 28 de março do =
ano de 1949. CERTIFICO MAIS, que no registro supramencionado
não consta a área do imóvel. O referido é verdade e dou fé ;
Eu, *Mauro de Almeida Ferrer* MARIA DE LOURDES =
FERREIRA MOURA, Oficial de Registro de Imóveis, datilografei,
subscrevo, dou fé e assino.

Murici, 04 (quatro) de Junho de 1996

Mauro de Almeida Ferrer
MARIA DE LOURDES FERREIRA MOURA
- Oficial -

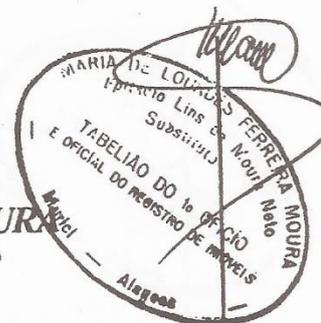
ANEXO G
- CERTIDÃO DE PERTENCE -



MARIA DE LOURDES FERREIRA MOURA

TABELIÃ, ESCRIVÃ, DO 1º OFÍCIO e Oficial do Registro
de Imóveis, Hipotecas e Documentos.

EPITÁCIO LINS DE MOURA NETO - Substituto
Murici - Alagoas - Fones: 286-1114 - 286-1265



C E R T I D Ã O

CERTIFICO por me ser verbalmente pedido que, revendo neste Cartório os livros de REGISTRO DE IMÓVEIS, deles consta = que quinhentos hectares (500)hectares de terras da proprie = dade agrícola denominada "FLÔR DO BOSQUE", situada nesta = Comarca, PERTENCE ao senhor VALDEMIR RODRIGUES DOS SANTOS, portador do CPF. sob o nº 098.798.034/34 e da Cédula de I = dentidade Nº 208.184-SSP.AL., , conforme AVERBAÇÃO na MA = TRÍCULA Nº 798, às fls. 165 do Livro nº 2-F e no Livro nú = mero 3-J, sob o nº 1.382, às fls.60 do MANDADO DE AVERBA = ÇÃO E TRANSCRIÇÃO da JUSTIÇA DO TRABALHO da 19a. Região de União dos Palmares-AL., assinado pelo Dr. Paulo Cesar Santos Bezerra- Juiz Presidente. O referido é verdade e dou = fé. Eu, *Maria de Lourdes Ferreira Moura* MARIA DE LOUR = DES FERREIRA MOURA, Oficial do Registro Geral de Imóveis e Hipotecas, datilografei, subscrevo, dou fé e assino.

Murici, 04 de março de 1999

Maria de Lourdes Ferreira Moura
MARIA DE LOURDES FERREIRA MOURA

-Oficial -

ANEXO H
- DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE IMPRODUTIVA -



Serviço Público Federal

DECLARAÇÃO

DECLARO, a pedido verbal de pessoas interessadas, que o imóvel rural denominado " FLOR DO BOSQUE", com área de 479,4463 hectares, situado no município de Messias, Estado de Alagoas, pertencente ao Sr. VALDEMIR RODRIGUES DOS SANTOS referente ao Proc. N° 2124/98-65, foi considerado pela comissão de vistoria e avaliação como **grande propriedade improdutiva**, atingindo um Grau de Utilização da terra – GUT de 34,9 % e um Grau de Eficiência da Exploração – GEE de 79,9%, não cumprindo, portanto, o disposto nos parágrafos 1° e 2° do artigo 6° da lei n° 8.629, e que o mesmo procedimento administrativo foi reaberto com o .n° 065/99-71 por solicitação da Comissão Pastoral da Terra em Alagoas.

Maceió, 28 de julho de 1999

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ricardo Bezerra Vitório', written over a horizontal line.

RICARDO BEZERRA VITÓRIO
Superintendente Regional do INCRA em Alagoas

ANEXO I

- OFÍCIO SOLICITAÇÃO DE CÓPIA DE PROCESSO DE DESMEMBRAMENTO -





Estado de Alagoas
Prefeitura Municipal de Messias
 Gabinete do Prefeito

Ofício nº49/2001 Messias, 19 de Fevereiro de 2001

Senhor Superintendente,

Mediante o primeiro contato no dia 06 de Fevereiro deste ano, estamos solicitando em caráter de urgência a parceria com este órgão, em relação de uma solução do conflito da fazenda Flor do Bosque.

Sabedora do interesse de vossa Excelência, neste sentido, solicitamos uma cópia da documentação referente ao processo do desmembramento ocorrido no município de Atalaia, que o INCRA ficou de nos enviar, para posteriormente entrarmos em contato.

Só tenho a lhe agradecer; e contar com sua preciosa atenção, desde já meus sinceros agradecimentos.

Respeitosamente,

Prefeitura Municipal de Messias
 Járbas Mays de Omena Filho
 Prefeito

Recebido em 19.02.01
 Sandra Melville de Souza Tenório
 Secretária/GAB.
 INCRA/AL

Ilmo Sr.
Dr. José Quixabeira

Prefeitura Municipal de Messias
 Gabinete do Prefeito
 Recebido em 20/02/01
 RASSI-S

Rua Elpidio Cavalcante Lins, s/n - Fone/Fax (82) 262-1316
 Centro - Messias/AL - CEP 57.990-000

ANEXO J
 – MANDADO DE CITAÇÃO (PROCESSO 838/2001) –



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MURICI
CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE MESSIAS/AL.
 Rua Elpidio Cavalcante Lins, n° 39, centro – Messias/AL.
JOSÉ CÍCERO DOS SANTOS SILVA
 Escrivão

- MANDADO DE CITAÇÃO -

PROC. Nº 838/2000

O Doutor **GILVAN DE SANTANA OLIVEIRA**, MM. Juiz de Direito da Comarca de Flexeiras, Estado de Alagoas, funcionando especialmente neste processo, através de Portaria 217/2001, na forma da lei, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça desta Comarca de Messias, a quem este for entregue, expedido dos Autos da Ação de Reintegração de Posse com respectivo Mandado "initio litis", registrada no Cartório do Único Ofício de Messias sob o n 838/2001, em que figura como Requerente: **UBINA SANTA CLOTILDE S/A**, e como Requerido: **COMISSÃO DA PASTORAL DA TERRA e MOVIMENTO DOS SEM TERRA**, que em seu fiel cumprimento sob as penas da Lei, proceda a **CITAÇÃO** da parte requerida através dos representantes que lá estiver: **PADRE ALEX CAUGHY**, ou que fizer sua vez, **para que em querendo contestem o pedido em toda sua extensão no prazo de (15) quinze dias, quando, não o fazendo, presumir-se-ão como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, conforme cópias da exordial e decisão anexas. CUMPRASE.** Dado e passado nesta cidade de Murici, Estado de Alagoas, aos oito (08) dias do mês de agosto do ano de dois mil e três (2003). Eu _____, Escrivão o digitei e o subscrevo.

Dr. Gilvan de Santana Oliveira
Juiz de Direito Designado

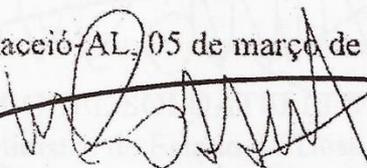
ANEXO K
- TERMO DE COMPROMISSO -

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

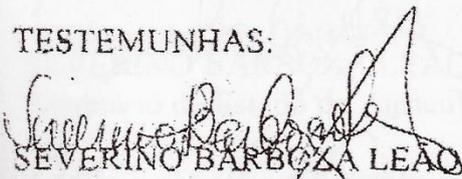
TERMO DE COMPROMISSO

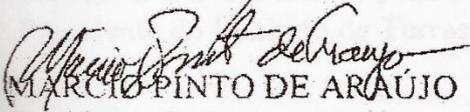
O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO COMUNICA AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, AO PROPRIETÁRIO DA "FAZENDA FLOR DO BOSQUE" E AOS INTEGRANTES DA PASTORAL DA TERRA DE ALAGOAS, A SUA DECISÃO EM ADQUIRIR, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO, O IMÓVEL RURAL "FLOR DO BOSQUE", RECONHECENDO O ESTADO DE TENSÃO SOCIAL INSTALADO NESTA PROPRIEDADE, RECONHECENDO O FATO DO INCRA TER VISTORIADO O IMÓVEL POR TRÊS VEZES CONSECUTIVAS RESULTANDO SEMPRE EM IMÓVEL RURAL "IMPRODUTIVO" NÃO HAVENDO, ENTRETANTO, O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E, FINALMENTE, DETERMINA QUE A SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA FAÇA INJUNÇÕES JUNTO AO GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, VISANDO A IMEDIATA ADOÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DESTA DECISÃO.

Maceió-AL, 05 de março de 2004.

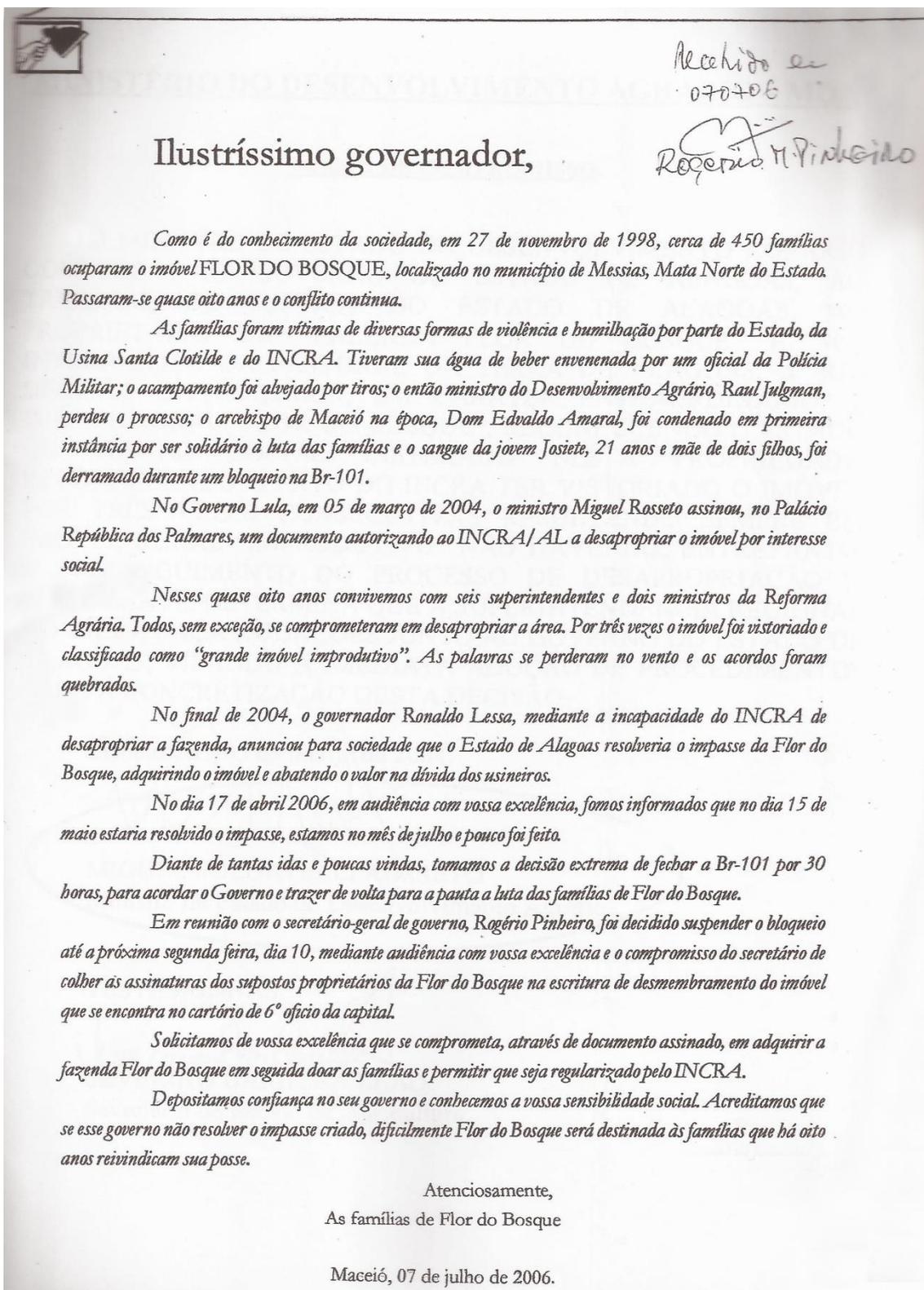

MIGUEL SOLDATELLI ROSSETO
Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário

TESTEMUNHAS:


SEVERINO BARBOSA LEÃO
Secretário de Estado da Agricultura


MARCIO PINTO DE ARAÚJO
Presidente do Instituto de Terras de Alagoas

ANEXO L
- CARTA-HISTÓRICO DE LUTA PELAS TERRAS



ANEXO M
- MATÉRIA VEICULADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE ALAGOAS -

Sub-secção

Diário Oficial
Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil
Maceió, segunda-feira, 10 de julho de 2006
Ano XCIV - Número 127
RS 1,40

GOVERNO DE ALAGOAS
INFORMAÇÃO, DIREITO DO CIDADÃO

Governo de Alagoas inicia processo histórico ao doar fazenda aos sem-terra



O governador Luis Abílio entregou na última sexta-feira, aos dirigentes da Comissão Pastoral da Terra, a escritura da Fazenda Flor do Bosque, localizada em Murici, que há oito anos vinha sendo reivindicada pelos trabalhadores rurais. “Com essa primeira doação estamos iniciando um processo histórico da reforma agrária em Alagoas”, ressaltou Abílio durante a solenidade. As áreas foram entregues por usineiros como pagamento de dívida contraída junto ao extinto

(Fonte: Arquivo CPT)